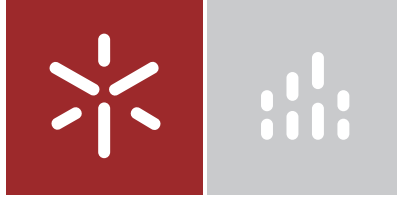


Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

Denise Isabel Pinto Coelho

(Re) Interpretar o Mosteiro de Santa Clara
em Vila do Conde,
do estudo à representação

Denise Isabel Pinto Coelho (Re) Interpretar o Mosteiro de Santa Clara em Vila do Conde,
do estudo à representação



Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

Denise Isabel Pinto Coelho

(Re) Interpretar o Mosteiro de Santa Clara
em Vila do Conde,
do estudo à representação

Dissertação de Mestrado
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Arquitectura
Área de Cultura Arquitectónica

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Jorge Manuel Simão Correia

e co-orientação da
Professor Doutor Teresa Sofia Cunha Ferreira

O “projecto de restauro” deverá basear-se num conjunto de opções técnicas apropriadas e ser elaborado segundo um processo cognitivo que integra a recolha de informações e a compreensão do edifício ou do sítio. Este processo pode incluir (...) análises gráficas e dimensionais e a identificação dos significados histórico, artístico e sócio-cultural.”

in Carta de Cracóvia, Principios para a conservação e Restauro do património construído, 2000.

AGRADECIMENTOS

Antes de mais tenho de agradecer a disponibilidade, paciência e apoio do Professor Jorge Correia e da Professora Teresa Ferreira que com os seus conhecimentos, em muito me ajudaram na concretização deste trabalho de investigação.

À Professora Doutora Amélia Polónia pelo incentivo inicial e ajuda. Ao arqueólogo Paulo Costa Pinto, pela disponibilidade, simpatia e encorajamento ao longo da investigação.

De seguida, um especial obrigado aos meus pais que sempre me apoiaram e suportaram nesta fase tão importante como é a vida académica.

À minha irmã, pela paciência na leitura atenta de todo o trabalho, à medida que este se ia desenvolvendo.

Ao Zé Carlos, à Sonia e ao João Paulo que me foram substituindo no horário de expediente enquanto escrevia grande parte dos textos.

Aos meus amigos, Natacha, Claudia e Pedro que sempre me desafiaram a aliviar a pressão do trabalho e eu peço desculpa por todas as negas.

À Tânia um especial agradecimento pela amizade, companheirismo, compreensão e ajuda.

Aos meus restantes companheiros, o Joel, o Pedro e o Jorge que de uma maneira saudável fomos competindo para terminar esta etapa a tempo.

Por fim, ao Gonçalo, por tudo que representa na minha vida, pelo apoio, pela paciência, pela motivação e pelo amor. Obrigado por todas as críticas, foi sem dúvida o meu braço direito não só nesta fase final, como também ao longo destes cinco anos.

A todos, muito obrigado.

RESUMO

(RE) INTERPRETAR O MOSTEIRO DE SANTA CLARA EM VILA DO CONDE- do estudo à representação

A reflexão sobre o património e os seus usos é um dos temas que têm sido mais debatidos no contexto atual. Nesse sentido, a presente dissertação surge do interesse em perceber de que forma se pode interpretar e valorizar edifícios históricos na contemporaneidade.

O caso de estudo selecionado foi o Mosteiro de Santa Clara em Vila do Conde por se tratar de um conjunto edificado devoluto. As suas características arquitetónicas, entre as quais se destacam a sua escala, transformam-no num ex-libris urbano. O facto de estar abandonado e sem uma função ativa associada, favorece o seu estudo e a sua análise tipo-morfológica.

Com intuito de refletir acerca do percurso histórico-constutivo desta casa monástica, a dissertação pretende ser usada como uma ferramenta de consulta para o entendimento do conjunto conventual. A análise baseou-se primeiramente, na recolha da informação visual e documental dispersa de modo a criar uma leitura original do edifício. Através do estudo da sua implantação territorial e relacional com o espaço urbano, bem como da sua evolução construtiva ao longo da vida do monumento, foram reconstituídos os seus estratos arquitetónicos. O trabalho desenvolveu-se em articulação com dados bibliográficos, suporte essencial, para a (re)interpretação e criação dos vários modelos tridimensionais. Posteriormente à reconstituição do desenvolvimento volumétrico do Mosteiro de Santa Clara, foi possível relacioná-lo com outros casos de estudo compreendendo e enquadrando as influências que conformam o edifício atual.

(Re) interpretar o Mosteiro de Santa Clara- do estudo à representação pretende, assim, estudar, refletir e dar a conhecer à sociedade civil a importância patrimonial do edifício. A sua história complexa necessita de um conhecimento pluridisciplinar visto que “a conservação e o restauro dos monumentos constituem uma disciplina que apela à colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que possam contribuir para o estudo e salvaguarda do património monumental.” Assim, a compreensão do valor patrimonial permite uma reflexão crítica acerca de uma intervenção contemporânea.

Carta de Veneza, Conservação dos Monumentos e dos sítios, art. 2º, 1964.

ABSTRACT

(Re) INTERPRET THE SANTA CLARA MONASTERY IN VILA DO CONDE- from the study to the representation.

To rethink about the patrimony and its uses it is one of the themes that have been more debated on the current context. In that way, this dissertation arises from the interest on the understanding in which way historical buildings should be interpreted in the contemporaneity.

The case of study was the Santa Clara Monastery in Vila do Conde because it is a vacant building. Its architectonic characteristics, as its scale, make it in an urban major symbol. The fact that it is empty and without an active function associated, promotes its study and its type-morphological analysis.

With the intention to reflect about the historical-constructive course of this monastic house, this dissertation intends to be used as a consultation tool for the understanding of the monastery complex. The analysis was firstly, based on visual and documental information to create an original reading and understanding of the building. Through the study of its territorial and relational implantation with the urban space, as well as the constructive evolution, was possible reconstituted its architectural layers. The developed work was articulated with bibliographic information, essential support, for the (re)interpretation and creation of tridimensional models.

After the reconstruction of the volumetric development of the Monastery of Santa Clara, it was possible to relate it with other study cases, understanding and fitting its influences that shaped the current building.

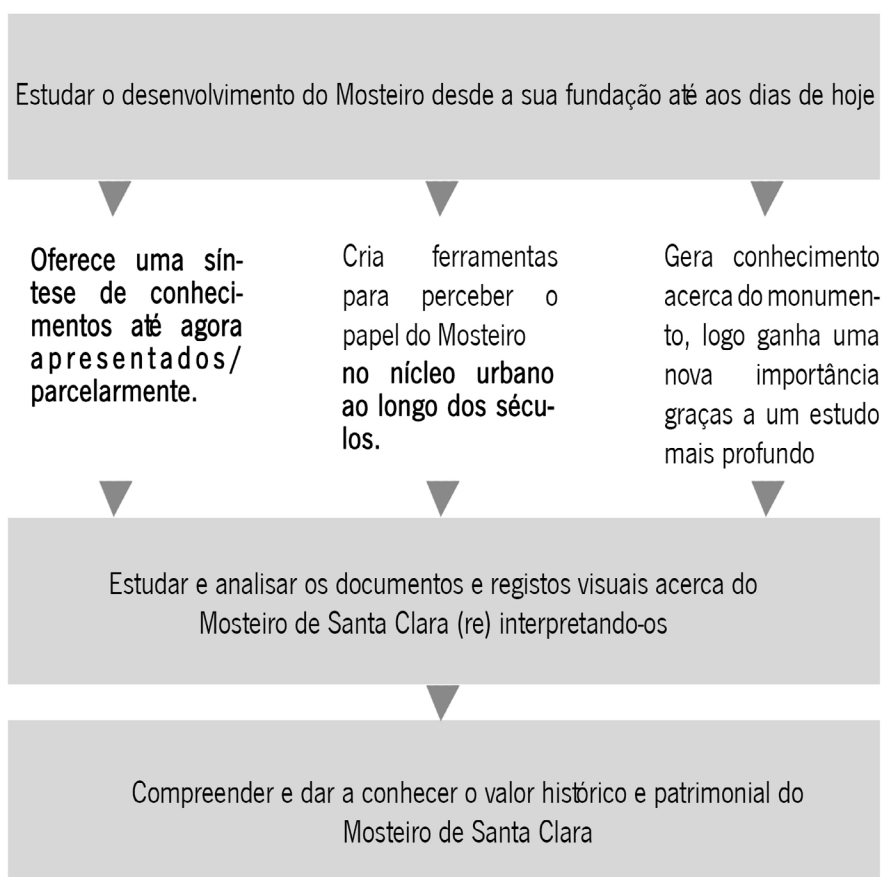
(Re) interpret Santa Clara Monastery in Vila do Conde – from the study to the representation pretends, so, study, reflect and make known the patrimonial importance of the building to the society. Its complex history needs a multidisciplinary knowledge since “*the conservation and restoration of monuments constitute a discipline that calls for involvement of all sciences and all techniques that can contribute to the study and protection of the architectural heritage.*” Therefore, understanding the heritage value allows a critical reflection of a contemporary intervention.

Venice Charter, Conservation of Monuments and sites, art. 2, 1964.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	
1.1. Objetivos da investigação	2
1.2. Metodologia	4
1.3. Organização da dissertação	6
2. ENQUADRAMENTO DO OBJETO DE ESTUDO	
2.1. Vila do Conde	8
2.2. Mosteiro de Santa Clara	16
2.3. Evolução da malha urbana	20
3. EVOLUÇÃO CONSTRUTIVA DO CONJUNTO CONVENTUAL	
3.1. Mosteiro Primitivo	36
3.1.1. Composição arquitetónica inicial	38
3.1.2. Ampliação do programa religioso	42
3.1.3. A marca territorial	46
3.2. Expansão do Mosteiro	50
3.2.1. O novo mosteiro de Santa Clara	52
3.2.2. A queda do dormitório primitivo	56
3.2.3. A reestruturação do espaço conventual	60
3.3. Mosteiro na Contemporaneidade	64
3.3.1. O reformatório de Vila do Conde	66
3.3.2. O abandono do edifício	70
3.4. O Sonho das Clarissas	74
4. RELAÇÃO COM OUTRAS CASAS RELIGIOSAS	
4.1. Do estudo geométrico	80
4.2. Comparação com outros casos de estudo	84
4.3. Referências arquitetónicas	90
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
6. BIBLIOGRAFIA	111
7. ÍNDICE DE IMAGENS	117
8. ANEXOS	120

1.1. OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO



A presente investigação tem como objetivo uma reflexão sobre o Mosteiro de Santa Clara, utilizando a sua história como instrumento ativo para questionar os pressupostos para uma futura intervenção. Como o percurso do mosteiro foi estudado por vários autores, hoje a sua informação encontrar-se bastante fragmentada. Desta forma, pretende-se registar o processo evolutivo deste conjunto conventual, completando os dados já existentes com deduções feitas a partir de novas (re)interpretações históricas. Pelo facto de ser um edifício com vários estratos construtivos, é de igual modo relevante e fundamental ilustrar todas as etapas pelas quais foi passando. A compreensão tridimensional do mosteiro torna-se crucial, uma vez que, permite restituir uma sequência histórica ainda pouco conhecida, dando-lhe uma forma, uma composição volumétrica de compreensão acessível.

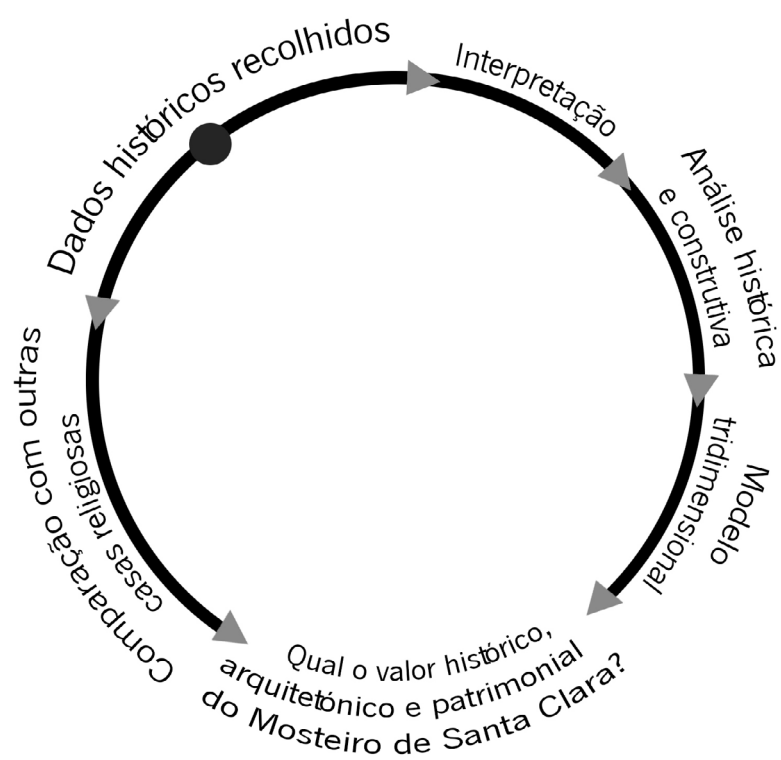
O conhecimento gerado através da análise bibliográfica tem como objetivo criar uma base sólida de interpretação acerca do edifício, possibilitando desenvolver um pensamento crítico não só sobre os usos do extinto Mosteiro, como também da conseqüente relação do mesmo com a cidade. Este pensamento será útil para refletir sobre que forma é que os volumes (igreja e novo dormitório) que conhecemos poderão hoje voltar a ser reocupados ou reabilitados.

O presente estudo poderá servir de base a uma futura reflexão sobre a ocupação do edifício uma vez que analisa as suas diversas fases construtivas, explora a relação do edifício com a cidade ao longo dos anos, constituindo um pensamento prévio acerca do extinto Mosteiro.

A questão que aqui se coloca é a seguinte: de que forma a história da arquitetura, os seus processos e a interpretação das suas fases construtivas nos dão ferramentas para entender o edifício e para melhor conceber o projetar? É importante perceber que o património histórico é fruto da sobreposição de inúmeras camadas, resultantes da necessidade da atualização funcional ao longo dos tempos. O estudo dessas diferentes etapas dá-nos a entender o como e o porquê destas sobreposições sucessivas. Desta forma, a reflexão feita sobre a ocupação do Mosteiro não pode negligenciar uma das mais importantes componentes do edifício, a sua evolução tipo-morfológica.

Este pensamento crítico, baseia-se não só no passado, como também nos dias de hoje, nas necessidades urbanas e do próprio edifício de modo a que um novo projeto passe a ser apenas mais uma camada construtiva na sequência cronológica deste edifício secular.

1.2. METODOLOGIA



A metodologia de trabalho seguida resulta de dois momentos essenciais que tendo sido realizados em simultâneo, permitiram a concretização deste trabalho - a recolha da bibliografia local designadamente registos documentais da cidade e do mosteiro, uma análise mais focada na leitura do objeto arquitetónico e da sua evolução construtiva; e a reinterpretação desses mesmos dados históricos, para a representação tridimensional do conjunto conventual para futuras reflexões.

No que diz respeito à pesquisa histórica, esta centrou-se na documentação referente ao objeto de estudo e a Vila do Conde. O acesso a estes recursos possibilitou a recolha de *fotografias*⁽¹⁾ e pinturas antigas que juntamente com a bibliografia, suportaram grande parte da reconstrução do modelo tridimensional. Elementos como a cartografia militar e os ficheiros digitais, cedidos pela Câmara Municipal de Vila do Conde, permitiram uma análise mais fidedigna acerca da evolução da cidade. Desta forma, os recursos cedidos por entidades como a Câmara, Centro de Memória ou o Arquivo Municipal, são parte da base teórica que, fundamenta e sustenta muitas das deduções feitas ao longo desta dissertação.

Sucintamente, o segundo capítulo relaciona-se diretamente com a informação introdutória. É uma apresentação e contextualização do objeto de estudo, fundamentado em matéria já catalogada e, por vezes, até publicada. O terceiro capítulo, diz respeito à reinterpretação dos documentos históricos, à sua análise e à transformação do seu texto em imagem. O modelo tridimensional parte assim, de uma leitura transversal de todas as fontes (livros, artigos, dissertações) reinterpretando-os, dando-lhes uma forma, uma composição volumétrica. *“As abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando. Uma teoria desenvolvida deste modo, procede de baixo para cima, em vez de cima para baixo, com base em muitas peças individuais de informação recolhida que são interrelacionadas.”*⁽²⁾ Assim sendo, o próprio esquema tridimensional permite retirar conclusões que, juntamente com uma análise *in loco*, justificam algumas teorias acerca da história do conjunto conventual.

Numa fase posterior, quarto capítulo, é explorada a análise direta do Mosteiro de Santa Clara, a sua evolução tipo-morfológica e construtiva, comparando o caso de estudo com outras casas religiosas do país. Este confronto com outros casos de estudo possibilita, assim, a criação de uma base de dados referente às ferramentas construtivas o que permite posteriormente, estabelecer reflexões acerca do modo de construir/ intervir em edifícios com o mesmo programa.

O quinto e último capítulo, baseia-se numa análise do objeto arquitetónico. O pensamento crítico fundamentou-se segundo uma leitura cuidada de notícias, opiniões públicas e sobretudo, baseia-se num olhar mais específico sobre os usos e necessidades funcionais da cidade de Vila do Conde. Pretende analisar e, conseqüentemente, refletir acerca do valor histórico e patrimonial do Mosteiro de Santa Clara.

(1) Grande parte das fotografias antigas apresentadas ao longo da dissertação pertencem ao espólio fotográfico de Carlos Adriano e foram cedidas pelo Arquivo Municipal de Vila do Conde. O fotógrafo Carlos Adriano nasceu há cerca de 100 anos. As suas fotografias, formam uma boa parte da história de Vila do Conde, documentada em imagens do século XX. In <http://www.curtas.pt/solar/index.php?menu=88&submenu=150>.

(2) BOGDAN, Robert, BIKLEN, Sari. - *Investigação qualitativa em educação: fundamentos, métodos e técnicas. Investigação qualitativa em educação*, Portugal, 1994 p.50.

1.3. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A presente investigação divide-se em três partes distintas: a apresentação do caso de estudo e da cidade onde está implantado; a análise do edifício em concreto e, por fim, a reflexão sobre a análise feita anteriormente, de modo a desenvolver uma crítica reflexiva acerca da reativação funcional do Mosteiro de Santa Clara em Vila do Conde.

O primeiro capítulo, referente à apresentação do conjunto conventual e à cidade de Vila do Conde, tem como função dar a conhecer ao leitor a história e a evolução paralela entre o edifício e o núcleo urbano.

Numa primeira fase, o capítulo baseia-se em factos já documentados enquadrando o caso de estudo no tempo e no espaço. Posteriormente, é feita uma análise da evolução da cidade e do Mosteiro de Santa Clara, de modo a que se compreendam os acontecimentos mais relevantes entre ambos, podendo concluir se os momentos de prosperidade da cidade coincidem ou não com os do conjunto conventual. Esta análise dá a conhecer os vários ambientes vividos ao longo dos séculos e mostra a relação entre cidade-mosteiro. É importante este pensamento seguir uma linha cronológica crescente, de maneira a que o leitor consiga perceber em que condições urbanas chega o edifício até nós hoje. O estudo mais generalista acerca do conjunto de Santa Clara possibilita-nos perceber sucintamente o seu enquadramento em Vila do Conde. Todavia, interessa aqui também explorar de que modo, o edifício se foi adaptando à cidade.

A análise, a interpretação e o estudo das várias fases construtivas do Mosteiro de Santa Clara constituiu uma parte fundamental desta investigação, uma vez que, o edifício se foi adaptando às suas várias funções e muitas vezes, ao desenvolvimento do próprio espaço urbano. Desta forma, esta parte da dissertação analisa minuciosamente cada uma das intervenções projetuais executadas no mosteiro, mostrando ao leitor os sucessivos processos construtivos que foi sofrendo, cada acrescento volumétrico ou cada demolição executada. Numa primeira abordagem é feito um estudo de cada etapa. Aqui, cada acontecimento construtivo é importante, pois cada camada representa uma nova construção. Perceber o percurso da casa monástica é conhecer o edifício e a sua importância na sociedade. As várias camadas foram-se sobrepondo consoante a necessidade programática ou consoante a prosperidade do momento.

Numa última fase de análise, são feitas comparações construtivas que nos ajudam a perceber as semelhanças, tais como a métrica ou os modos arquitetónicos, entre o caso de estudo e outros exemplos selecionados ao longo do país. São feitas comparações entre o mosteiro e outras casas religiosas que nos ajudam assim, a entender a transversalidade da história e a desenvolver um espírito crítico acerca dos usos e da reconversão dos mesmos, tema que dá assim o mote para o capítulo seguinte.

Por fim, a última parte desta dissertação pretende utilizar as ferramentas desenvolvidas nos capítulos anteriores, de modo a formar um pensamento crítico acerca de como se pode intervir no Mosteiro de Santa Clara em Vila do Conde. O estudo da evolução construtiva, da sua conformação espacial e do seu potencial enquanto objeto a ser intervencionado, leva-nos a refletir sobre o papel do edifício na contemporaneidade. A dissertação pretende descobrir de que forma se pode criar uma base histórica e de conhecimento sólido que ajude a intervir e a valorizar a casa monástica de Vila do Conde de forma a perpetuar a sua história.

2.1 VILA DO CONDE

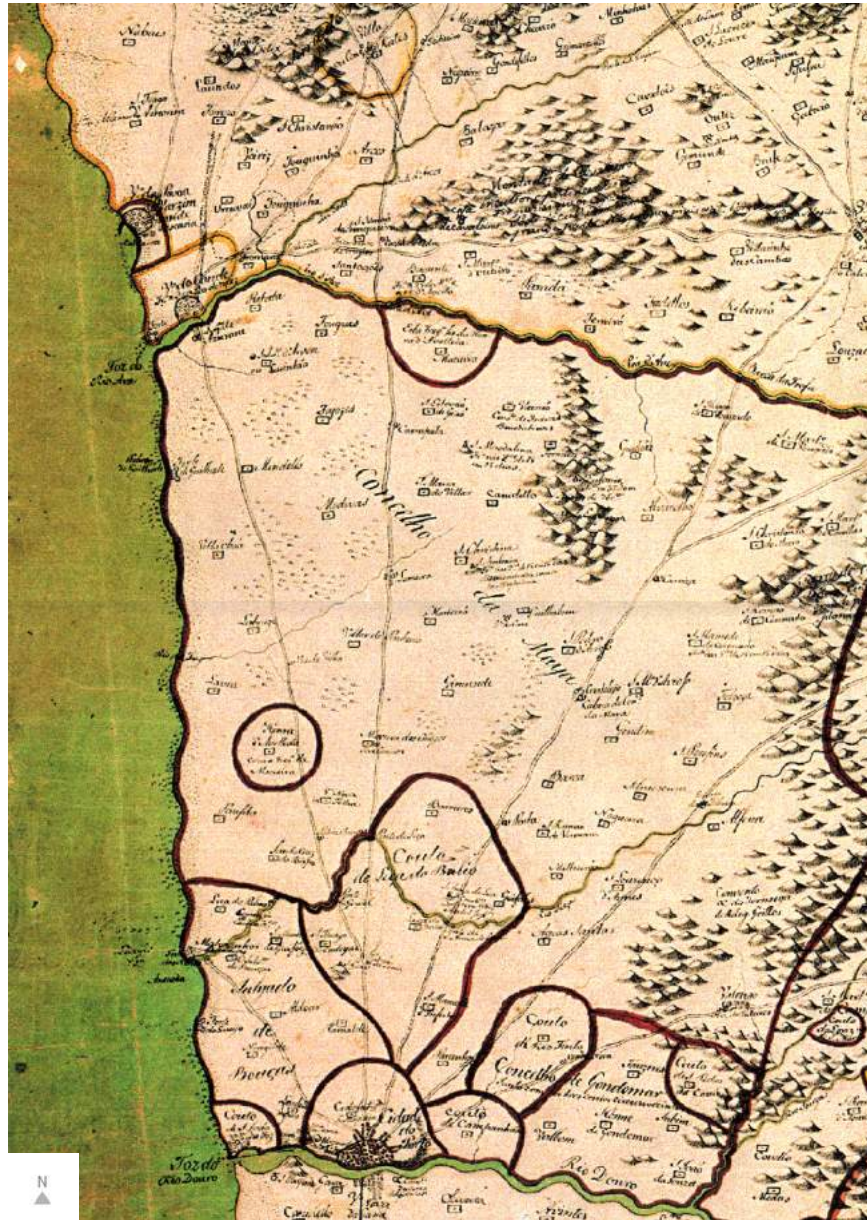


FIGURA 1. Vila do Conde, Enquadramento geral.

Concelho de Vila do Conde in Custódio José Gomes Villas Boas, Mapa da Provincia de Entre o Douro e Minho (1798), AIGC, carta 60 (pormenor).

Vila do Conde situa-se a norte de Portugal e é a cidade onde se encontra implantado o Mosteiro de Santa Clara, objeto de estudo da presente investigação.

O primeiro povoado de Vila do Conde localizou-se no cimo do Monte de S. João, o mesmo monte onde viria a ser construído o Mosteiro de Santa Clara. A primeira povoação conhecida antecessora da cidade pertenceu à cultura Castreja, crendo-se que “(...) *O núcleo original da povoação tenha sido um castro, estrategicamente construído no ponto mais alto do terreno e sobranceiro ao rio (...)*”⁽³⁾. A sua fortificação em redor do monte permitia-lhes defender e vigiar o seu território, não só através do rio e mar, como também por terra.

Mais tarde, com a romanização do castro, a região passou a ter uma nova organização, a população começou a urbanizar-se. O povo começou a explorar as encostas uma vez que “*os Romanos, (...) obrigam-nos, na maioria, a descer das montanhas para as planícies, reduzindo as suas cidades a simples povoados, melhorando-os com o estabelecimento de algumas culturas.*”⁽⁴⁾. Atividades como pesca, agricultura e salicultura fizeram com que o povo realizasse as primeiras trocas comerciais e se gerasse riqueza para a região. Ainda graças aos romanos, Vila do Conde recebeu os seus primeiros traçados viários, sendo que alguns deles ainda hoje subsistem. O esquema viário passou, assim, a organizar o centro, existindo um espaço administrativo, um espaço religioso e uma malha que conformava quarteirões à medida que a população se densificava.

A paisagem começou a mudar, as atividades económicas aumentaram e a população adotou novos sistemas construtivos como aconteceu com o espaço casa, que deixou de ser um castro e passou a ser uma estrutura mais elaborada: “*A telha substituiu na cobertura das casas o colmo, a lousa ou o barro, e o ladrilho o chão de terra batida.*”⁽⁵⁾

Quanto à identidade e à origem do nome da cidade existem várias especulações por parte de diversos autores. Contudo, esta investigação focou-se apenas em dados irrefutáveis referentes à origem e senhorio da cidade. Assim sendo, é de 953 que data o primeiro registo da cidade. Numa carta de venda das terras de Flâmula DeoVota a Mumadona Diaz, fundadora do Mosteiro de Guimarães pode ler-se: “*Em nome do Senhor, eu, Flâmula filha de Pilágio e Ibéria, a vós abade de Gonta e irmãos e irmãs que habitais no cenóbio de Guimarães, saúde no Senhor, Ámen. Em verdade a minha consciência aprova que, de coração desinteressado e por minha própria vontade, vos faço, como faço esta escritura nas nossas próprias Vilas (...) Flâmula DeoVota nesta carta de venda e segurança feita pela minha mão(...) Esta carta foi escrita em Lamego no mês de Julho da era de 1247 e Nós, Rei, que mandamos escrever esta carta a vós subscrever e nela pomos o sinal real (...)*”⁽⁶⁾.

(3) MIRANDA, Marta - *Vila do Conde, Cidades e Vilas de Portugal*, p.15.

(4) Idem, p. 23

(5) Idem, p. 22

(6) Transladado da conferência feita pelo Sr. Dr. António de Sousa Pereira no Salão nobre da Camara Municipal de Vila do Conde quando das comemorações do Milenário. (“BOLETIM DA CÂMARA DE VILA DO CONDE, n°1 in IV Encontro de História de Vila do Conde, Património Edificado: Memória e Reabilitação; Decreto de lei: Diário do Governo, n°86, de 19 de Abril de 1902.

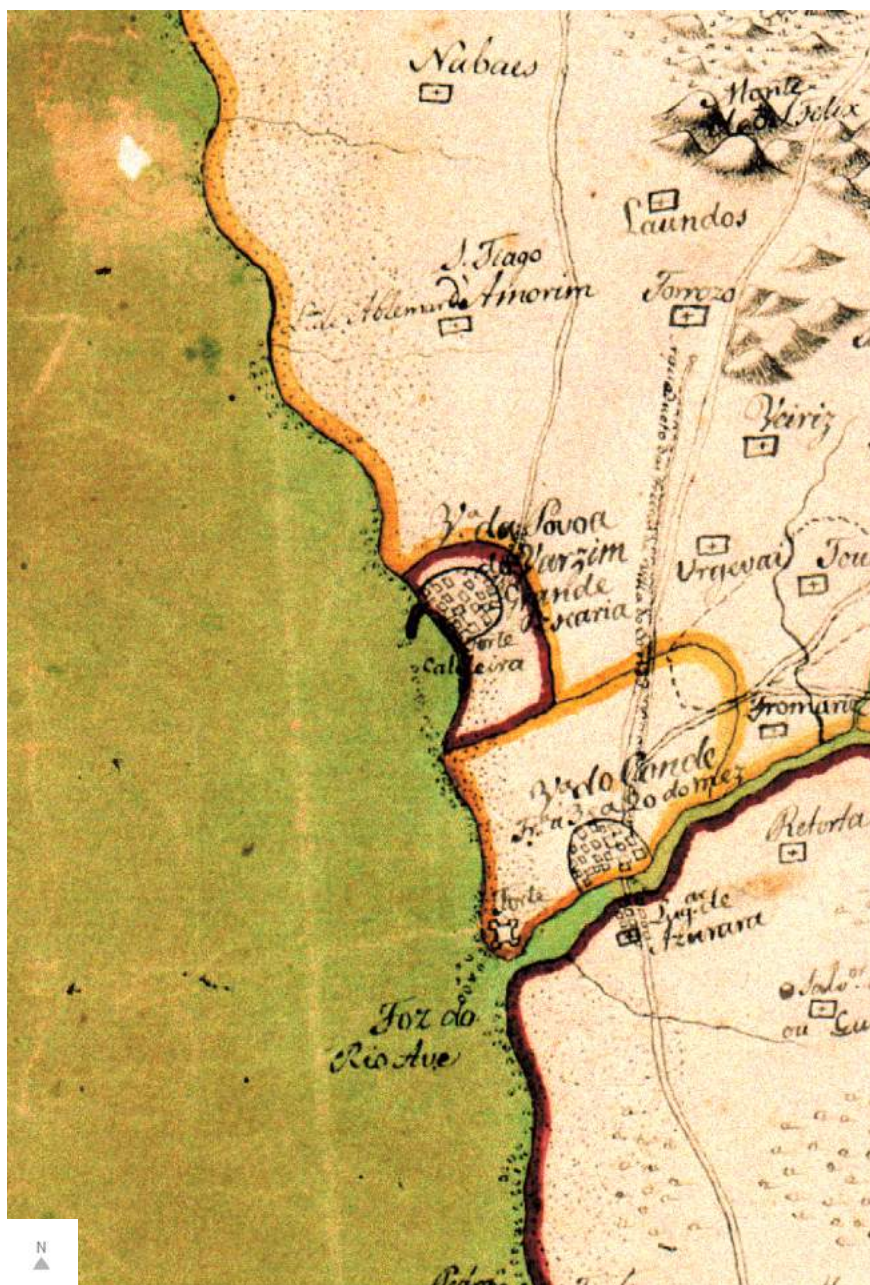


FIGURA 2. Vila do Conde, limites e implantação.

Concelho de Vila do Conde in Custódio José Gomes Villas Boas, Mapa da Província de Entre o Douro e Minho (1798), AIGC, carta 60 (pormenor).

O nome como era registada a povoação fazia referência a “*Villa Comitê*”⁽⁷⁾, passando o nome da cidade no século XVII a ser Vila de Conde e chegando aos dias de hoje como Vila do Conde.

No século XII, durante o reinado de D. Sancho I, Vila do Conde foi novamente doada. Desta vez o senhorio passou para D. Maria Pais, mais conhecida por Ribeirinha. Esta doação surgiu como forma de agradecimento e reconhecimento, uma vez que D. Sancho I mantinha uma relação com a mesma. Assim, no séc. XII o rei declarou: “*Em nome de Deus, eu Sancho, pela graça de Deus Rei de Portugal a todos os que desta escritura tomem conhecimento declaro que, com a concordância e beneplácito de meu filho Afonso e dos outros nossos filhos e filhas, dou e firmemente concebo aos meus filhos e filhas que tenho de D. Maria Pais, a Vila do Conde que fica situada junto à foz do rio Ave (...).*”⁽⁸⁾

Após a morte de D. Sancho I, o seu filho D. Afonso II confirmou a doação anterior de seu pai mantendo D. Maria Pais como detentora das terras de Vila do Conde.

Com o aumento da produção agrícola e piscatória durante o reinado de D. Dinis, Vila do Conde ganhou mais protagonismo face a outras cidades costeiras uma vez que fazia parte da *Rota de Flandres*⁽⁹⁾. A sua participação nesta rota não só foi importante a nível económico, como também cultural. Graças às trocas comerciais foi possível adquirir mais notícias provenientes de outros locais, transferindo-se o conhecimento sobre novos modos arquitetónicos. A religião ganhava cada vez mais importância na sociedade e as ordens religiosas implantavam no território as suas formas arquitetónicas, surgindo cada vez mais igrejas, conventos e mosteiros.

Com a chegada de S. Francisco de Assis a Portugal, apareceram com ele as ordens mendicantes, nomeadamente os *franciscanos*⁽¹⁰⁾. Quando os frades decidiram implantar-se no território através dos seus conventos e mosteiros, estes adotaram a arquitetura praticada até então, o Românico, uma arquitetura de pedra, simples e que procurava a pureza dos materiais e da forma. Com o passar dos anos, as próprias Ordens religiosas foram adotando novos elementos, receberam influências exteriores e reajustaram as suas casas ao gosto da época. É neste contexto de transição do Românico para o Gótico que surge o Mosteiro de Santa Clara, no século XIV.

7) Toma-se como autêntica a informação, de que *Villa Comitê* foi batizada pelos povos cristãos que se fixaram e lheram o nome de São João da Foz, para ter outro nome no tempo dos árabes e mais tarde, quando a reconquista, voltar a ser rebatizada com o primitivo nome de *Villa Comitê*. Retirado de NEVES, Joaquim Pacheco - *Vila do Conde*, 1991.

(8) NEVES, Joaquim Pacheco - *Vila do Conde*, 1991.

(9) Flandres foi uma importante ligação nas rotas comerciais da Europa, principalmente através do porto fluvial de Antuérpia, um dos maiores da Europa, junto com os portos marítimos de Zeebrugge e de Gent. As suas indústrias têxtil, petroquímica, automotiva, metalúrgica e de diamantes tiveram um desempenho marcante no comércio mundial.

(10) Os seus membros, de acordo com o espírito do fundador, nada deveriam possuir, estando obrigados a viver o mais pobremente possível, adotando uma vida extremamente simples, em pregação, dando exemplos de humildade e devoção. Os seus princípios têm por base a humildade, simplicidade e justiça. Humildade significa acolhida para escutar. Quem abre os sentidos para perceber o maior e o melhor não tem medo de obedecer e mostra lealdade a um grande projeto. Simplicidade é valor de quem sabe colocar tudo em comum, é a coragem da partilha. Justiça é transparência, castidade, verdade.



FIGURA 3. O Mosteiro de Santa Clara e o Convento de S. Francisco.

George Vivian - Vila do Conde Rep. de litografia de 1839; Fonte: <http://www.cml.pt/cml.nsf/artigos/0D1D3D1A43D27DAE80257C22003871D1>.



FIGURA 4. Fotografia da época, séc.XIX.

Captada por Carlos Adriano, gentilmente cedida pelo AMVC, cód. 10860 – Arquivo Municipal de Vila do Conde.

O Mosteiro de Vila do Conde foi mandado construir por *D. Afonso Sanches* e por *D. Teresa Martins*⁽¹¹⁾ segundo uma lenda que conta: *“D. Afonso Sanches, filho bastardo d’El Rei D. Dinis (...) juntamente com sua mulher D. Teresa Martins, durante três noites, sonharam ver uma escada que subia em direção ao céu. Uma escada envolvida em fumo perfumado e que seria uma clara revelação divina para que, nesse mesmo lugar, subissem também orações para a Corte da Glória Celeste. Esse voto seria realizado através de um mosteiro aí construído em honra da Ordem de Santa Clara”*⁽¹²⁾.

Em 1318 edificou-se então o mosteiro que, quando ocupado pela ordem de Santa Clara, as freiras: *“tinham inclusive toda a jurisdição civil e crime”*⁽¹³⁾ recebendo os impostos provenientes da pesca e das travessias do rio Ave. *“E por rendas não minguavam, antes excediam com larga margem a despesa ordinária”*⁽¹⁴⁾ Desta forma, detinham no seu poder o suporte monetário para manter e aumentar o seu conjunto conventual ao longo dos séculos.

No reinado de D. João I, a construção naval local desenvolveu-se em larga escala uma vez que partiram inúmeros barcos à conquista de Ceuta. Com a ida dos vilacondenses para a guerra, a fé de quem ficava era marcada na cidade pois *“descem do monte de S. João, como grossas cordoveias em direção ao rio, deixando por aqui e por ali a testemunhar o fervor religioso da sua gente, capelas, cruzeiros (...)”*⁽¹⁵⁾ como forma de recompensar e agradecer quem vai chegando a salvo da conquista.

Com a expansão marítima, Vila do Conde desenvolveu-se economicamente, em grande parte, devido aos estaleiros navais e isso fez com que a riqueza fosse empregue em infraestruturas. Por conseguinte, na época quinhentista, houve um grande investimento na arquitetura. *“O século XVI é de Renascimento da Cultura. Vila do Conde, pela participação ativa que tem na expansão Marítima, está dentro da aventura científica que se implica no grande empreendimento das Descobertas”*⁽¹⁶⁾ Também *“à semelhança do que aconteceu com outras localidades com idêntica situação geográfica, será nos anos áureos da Expansão Marítima, que se dá o grande desenvolvimento económico e consequentemente urbano de Vila do Conde”*⁽¹⁷⁾.

A paisagem mudou, a malha urbana estendeu-se pelo território, havendo uma maior aproximação à costa. Foi uma época de prosperidade e riqueza, e a cidade foi sendo reorganizada, estabilizando algumas das suas áreas programáticas como as residenciais, as religiosas e as mercantis.

(11) D. Afonso Sanches é filho bastardo de D. Dinis e D. Teresa Martins é tetraneta de D. Maria Pais, a Ribeirinha.

(12) Panfleto recolhido no Convento da Encarnação, Edição da paróquia de S. João Baptista de Vila do Conde com documentação colhida na obra de Joaquim Pacheco Neves.

(13) “O mosteiro julgava as causas ordinárias através dos seus ouvidores, com apelo para o rei, e nomeando tabeliães, meirinho, porteiro, e todos os outros oficiais que ao rei cabia ordinariamente nomear, para além de receberem, em Vila do Conde e Póvoa de Varzim, todos os direitos reais, à exceção da dízima do pescado” cf. Apolónia, 1999, vol. 1, p. 56.

(14) Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a Igreja de Santa Clara de Vila do Conde, nº14, Dezembro 1938.

(15) NEVES, Joaquim Pacheco - *Vila do Conde*, 1991, p.21

(16) REIS, A. Do Carmo - *Nova História de Vila do Conde*, 2000.

(17) MIRANDA, Marta - *Vila do Conde, Cidades e Vilas de Portugal*, 1998.

Apesar de Vila do Conde se ter desenvolvido, criando novas infraestruturas, a sua história foi ficando também ela registada através do seu património. Neste sentido, o Mosteiro de Santa Clara é uma marca importante na cidade desde a sua fundação. A sua localização sempre enalteceu as suas dimensões e a sua imagem arquitetónica.

“A vila passou a ser mais movimentada com as visitas que os familiares das freiras lhes faziam, gente de prosápias e riquezas e com as dos rendeiros que vinham de longe pagar as pensões e dar conta dos numerosos bens que faziam parte do património do mosteiro.”⁽¹⁸⁾

A relação cidade-mosteiro pode ser interpretada como uma simbiose. Vila do Conde é fortemente marcada na sua malha urbana pelo Mosteiro de Santa Clara e por sua vez, o Mosteiro de Santa Clara é uma, senão A imagem-chave de Vila do Conde. Esta dependência entre ambas faz com que uma não possa ser estudada sem a outra.

Desde a sua fundação, o conjunto conventual de Santa Clara era conhecido por albergar nobres fidalgos que seguiam em romarias para Santiago costumando *“ficar nas suas vindas a Vila do Conde de quem eram donatários, ou nas suas passagens para Santiago de Compostela, onde costumavam ir em romagem (...)”⁽¹⁹⁾*

Hoje o mosteiro é conhecido por ter funcionado como Casa de Correção, após a extinção das *Ordens Religiosas*⁽²⁰⁾. No entanto, grande parte da sua história está perdida e oculta nas paredes destruídas, o que nos impossibilita ver e compreender o processo que faz dele hoje o que é, uma marca no território, na cidade e na memória da população.

(18) NEVES, Joaquim Pacheco - *Vila do Conde*, 1991, p.31.

(19) NEVES, Joaquim Pacheco - *O Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde. Pequena Crónica de um Grande Mosteiro, Vila do Conde*, 1992, p.167.

(20) Extinção das Ordens Religiosas, fim da clausura e da posse por parte das ordens de conventos/ mosteiros. (A cedência do edifício ocorre dentro do processo de extinção das ordens religiosas desencadeado pelo Liberalismo, com publicação do decreto de 30 de Maio de 1834) in REIS, A. Do Carmo - *Nova História de Vila do Conde*, 2000, p. 22.

2.2 MOSTEIRO DE SANTA CLARA

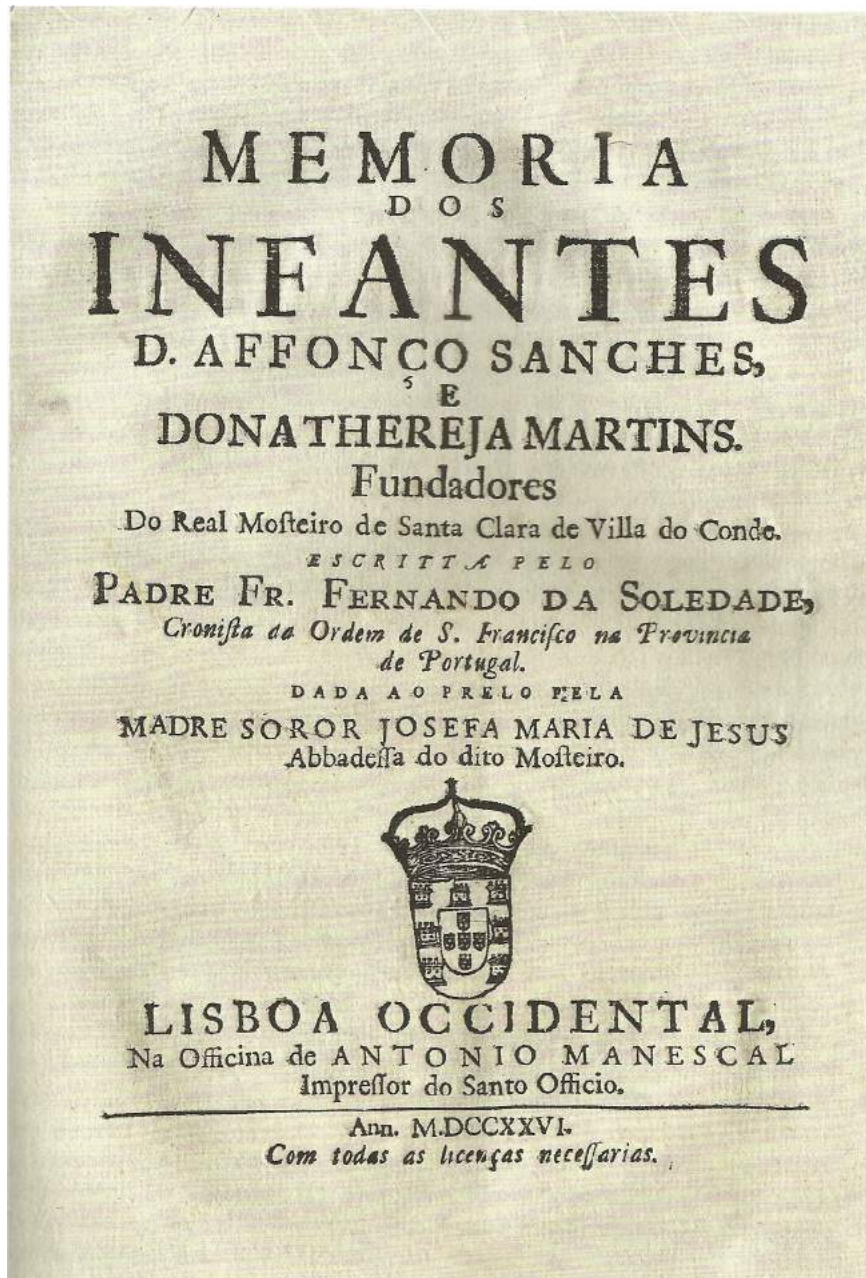


FIGURA 5. Capa do livro onde se faz um relato sobre a vida e obra dos infantes, fundadores do Mosteiro de Santa Clara. Imagem retirada do livro: NEVES, Joaquim Pacheco - Vila do Conde, Vila do Conde, 1991.

O Mosteiro de Santa Clara foi mandado construir em Vila do Conde no séc. XIV, mais precisamente no ano de 1318, tendo sido doado à ordem de S. Francisco *“Logo em 1319 os fundadores doaram o espaço às clarissas, tendo sido este braço feminino dos franciscanos o responsável pela construção do complexo, um processo que conferiu à igreja a configuração que ainda mantém e que significou um exemplo pioneiro de implantação.”*⁽²¹⁾

Da primitiva construção, apenas resta a igreja. Contudo, esta investigação pretende estudar a evolução construtiva do conjunto conventual, de modo a poder lê-lo retrospectivamente.

Uma vez em funcionamento, o mosteiro tinha o propósito de recolher nobres fidalgas zelando pelos seus votos de pobreza, obediência e castidade. Era proibido que levassem consigo qualquer tipo de bem que lhes pudesse conferir algum privilégio dentro do mosteiro. O seu sustento provinha apenas do pagamento de impostos por parte da população. Esta cobrança era feita sobre o pescado e as travessias do Ave, do que as Clarissas possuíam o senhorio.

Responsáveis pela preservação do seu conjunto conventual, as Clarissas iam aumentando a construção do mesmo, consoante ordens superiores ou por vontade própria, como foi o caso das capelas e galilé mandadas construir por D. João de Albuquerque ou a Capela dos Fundadores resultante de uma vontade própria das freiras em preservar os túmulos de D. Afonso Sanches e D. Teresa. Apesar dos fundadores terem previsto uma galilé no mosteiro primitivo, que albergaria as suas sepulturas, as Clarissas decidiram construir uma nova capela que comunicasse com a igreja de forma a preservá-los. Assim, apesar de não se ter cumprido *“a vontade de D. Afonso Sanches e de sua mulher, D. Teresa Martins, (...) defendeu-se um tesouro que seria destruído se continuasse onde se encontrava”*⁽²²⁾

O conjunto conventual foi crescendo não só em altura, como em ocupação territorial, marcando a cidade. Um dos maiores vestígios do poder das Clarissas é o aqueduto, mandado construir no séc. XVII e com funcionamento apenas no séc. XVIII. Hoje, grande parte da sua extensão já ruiu, contudo existem ainda vários arcos erguidos nomeadamente, junto ao mosteiro.

Tal como o aqueduto, o próprio mosteiro foi-se transformando e foi ainda no séc. XVIII que o conjunto ganhou uma nova volumetria. Graças a D. Luísa de Azevedo e às suas irmãs foi possível aumentar o conjunto conventual substancialmente, criando outra infraestruturas, muito maior face ao antigo mosteiro e muito mais grandiosa e simbólica, vindo a conformar uma nova frente com o rio Ave. *“D. Luísa de Azevedo e mais duas irmãs, freiras também do mosteiro, ajudadas por seu pai, Leonardo Lopes de Azevedo, que por volta de 1777 recebera duas grandes heranças, a rogo das filhas deu um generoso contributo e as obras começaram.”*⁽²³⁾

(21) Informação retirada do SIPA (Sistema de Informação do Património Arquitectónico) Igreja de Santa Clara.

(22) NEVES, Joaquim Pacheco - *Vila do Conde*, 1991, p.46. Isto porque no projeto inicial do mosteiro os Fundadores pediram uma galilé que iria albergar as suas sepulturas após a sua morte.

(23) Idem, p.48

Damos Teu Sicaõ do moste.
 Deet a Glara de Villa de fende tres-
 Ladada capriõna antiga Em 30 de-
 Jan. de 1718 @

Em Nome de d's amê porque entre
 todas as Creturas boas q' d's criou he o home em shor
 amais nobre que todas as outras em este mundo adina-
 dam. ael. So deo alma de entendim. e de rezam para
 embecer el etrabalar outras Cretas e de gattir sem d'mal-
 perem os homes de rezam e de gissado de d'sse mais amax
 e de rezar e de servir e de amar que todas as outras. E quanto o hi-
 mens de la maiores bens e maiores melhorias recebem sua
 que as outras tanto he mais teida e am. soom nos domi
 affonso e andes d'albuquerque filho do mui nobre dom
 Dinis Rey de Portugal e de algarve e deu morlomo mo e dona
 Tarcija. Aliz e ha mulher filha de fencia km 3m. e param-
 co meta adov. bem em. merce em. Sonca que neste mu-
 do recebemos de d's quanto he nos servir ne embecer nao po-
 deoiamos aucta untade e de ser de he embecer alguma parte
 dem q' nos do feita e que del entendamos e de gissado m. deo
 deo d'as mores porq. Somos certos q' auctos de bir acõta por-
 der su bem e de perduravel enao passa de la da dia e de
 Com deste mundo latamos caminho poro q' algu servio recetesse
 to perusso ordenam. porom ahorta sua e de se padre e filho ecc-
 spito Santo e de rezar e de servir da Virgem e de Santa M. sua
 madre e de rezar e de servir e de amar e de amar e de amar e de amar
 fazemos su meta de d's. Crava monario lugar de villa de fende.

FIGURA 6. Cópia da autêntica carta da fundação do Mosteiro feita em 1718.
 Retirada do livro: NEVES, Joaquim Pacheco - Vila do Conde, Vila do Conde, 1991.

Com a chegada dos *franceses a Portugal* ⁽²⁴⁾, as obras foram suspensas, mantendo-se assim até à extinção das ordens religiosas, datada de 1834.

Com o fim das ordens, o edifício ficou a ser gerido pelo Estado, igualmente provedor do seu futuro. *“A cedência do edifício ocorre dentro do processo de extinção das ordens religiosas desencadeado pelo Liberalismo, com publicação do decreto de Maio de 1834.”*⁽²⁵⁾. Em 1902 é aprovado o decreto-lei que reprograma para o antigo conjunto conventual uma casa de detenção de menores: *“A casa de detenção e correção do Porto foi criada por decreto de 17 de Abril de 1902, sendo a terceira instituição correcional a ser fundada em Portugal”*⁽²⁶⁾. A localização era favorável, o edifício mantinha-se isolado e a sua área permitia uma lotação de cerca de cem menores. Em suma, era o espaço ideal para acolher este novo programa nacional.

“Estas instituições nascem no século XIX e desenvolvem-se ao longo do século XX, sendo sucessivamente rebatizadas de acordo com a renovação de conceitos e práticas (...)”⁽²⁷⁾

Hoje já não é visível o mosteiro, que foi entregue ao Estado, na sua totalidade, devido a uma derrocada datada do início do séc. XX, que destruiu grande parte das dependências primitivas, restando hoje apenas a igreja e o novo dormitório.

Com a casa de correção a funcionar na ala sul do dormitório, e com o crescente número de menores a serem transferidos, foi necessário realizar obras novamente. Desta vez a intervenção pretendia concluir os topos das alas laterais que até então se encontravam em ruína. Conformar-se-ia assim, o extinto Mosteiro de Santa Clara que hoje conhecemos.

Durante um século a casa de detenção de menores esteve em funcionamento. No entanto, em 2007 e por falta de ocupação, o antigo edifício monástico deixou de albergar o programa corretivo, passando a funcionar temporariamente como espaço judicial e de apoio ao tribunal. Contudo, acabou por perder novamente funções. Desde então, o “novo dormitório” encontra-se desocupado, à espera de um novo programa.

O estudo da evolução deste complexo monástico, da sua importância patrimonial, social e territorial faz-nos entender melhor aquilo que hoje significa para a cidade. A procura de uma base histórica e construtiva, e de uma relação com Vila do Conde é aqui investigada de forma a refletir e informar a sociedade civil, de modo a que se despolete uma vontade de intervencionar o espaço, devolvendo ao mosteiro uma interação/integração com Vila do Conde.

(24) Invasões Francesas de 1807-1810.

(25) Actas do IV Encontro de História de Vila do Conde, Património Edificado: Memória e Reabilitação, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2005.

(26) Idem; Decreto de lei: Diário do Governo, n°86, de 19 de Abril de 1902.

(27) Idem

2.3. EVOLUÇÃO DA MALHA URBANA



FIGURA 7. Montagem para definição das cercas referentes ao séc. XV.

Mapas utilizados: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção Barbosa Machado - CAM. 4-2 (nº1) - Planta de Vila do Conde (1568-70). Planta manuscrita e colorida sobre papel, 71 x 86 cm (anexo I); e Mapa de Localização de Vila do Conde Biblioteca Pública de Évora Hem.II, 4/Arm. 15 - 1, Est. 4 - PAIVA, José Francisco de - Mapa das Villas do Conde, e de Azurara... - [1821-1824]., Manus., colorida; 78 x 55 cm. (anexo II).

Depois da passagem dos Romanos, Vila do Conde foi-se densificando. Com a exploração marítima e agrícola, a população tornou-se mais rica e conseqüentemente foi-se fixando no território ao longo do Medievo. Assim, é por volta do séc. XVI, que surge a primeira planta da cidade (anexo I). Sabe-se que “no século XVI, acentuar-se-ia a influência da condição natural da fluvialidade e, de modo determinante, da sua posição costeira próxima à desembocadura. Donde surge o sentido do mar que se torna força imponente na trama do urbanismo.”⁽²⁸⁾ No entanto, na planta referida não há registo desse traçado urbano, apenas é representada uma parte da cidade e dos seus arruamentos. A referência indicada a vermelho na planta, diz respeito à Igreja Matriz em Vila do Conde, edifício em construção nesse mesmo século, iniciadas em 1496. Apesar de não ser possível ver a restante parte da cidade, é de igual modo importante entender o que acontecia por esta altura no Mosteiro de Santa Clara.

Uma vez que a segunda metade do mapa não se encontra disponível, de forma a percebermos o que acontece no séc. XVI no objeto de estudo, recorreu-se à sobreposição de várias plantas, de modo a enquadrar o conjunto conventual no espaço.

Ao analisarmos a montagem percebemos o parcelamento da cidade, os arruamentos e a implantação do mosteiro. O território era pouco fragmentado e a casa monástica dominava grande parte da paisagem. No início do século, apenas o Mosteiro de Santa Clara se encontrava construído sendo que, casas religiosas como a igreja Matriz e o Convento de S. Francisco Assis ainda se estavam a erguer.

Em relação à ocupação territorial do mosteiro, este dividia-se em três espaços: a cerca interior, a cerca exterior e o porto de pesca. A cerca interior conformava-se pelo limite do cimo do monte de S. João e pela horta (representada a cor de rosa). A cerca exterior ficava delimitada pelo parcelamento representado a amarelo. As propriedades das Clarissas dividiam-se através dos arruamentos que acabavam por convergir na margem do Rio Ave e que davam acesso ao porto de pesca, junto à ponte romana. A cidade concentrava-se, assim, maioritariamente na zona oeste do território ficando o mosteiro a delimitar a este o centro urbano.

A planta utilizada para esta sobreposição do séc. XVI refere-se à época moderna. Desta forma, através desta mesma montagem é nos possível entender a malha urbana do centro e aproximação do mosteiro à cidade. “No decurso do século XVII Vila do Conde encerra uma fase determinante da sua identificação urbana em que as funções da cidade já estão perfeitamente estabelecidas: a defensiva, a residencial, a religiosa, a de assistência e saúde e a mercantil.”⁽²⁹⁾

(28) REIS, A. Do Carmo - *Nova História de Vila do Conde*, 2000.

(29) MIRANDA, Marta - *Vila do Conde, Cidades e Vilas de Portugal*, 1998.

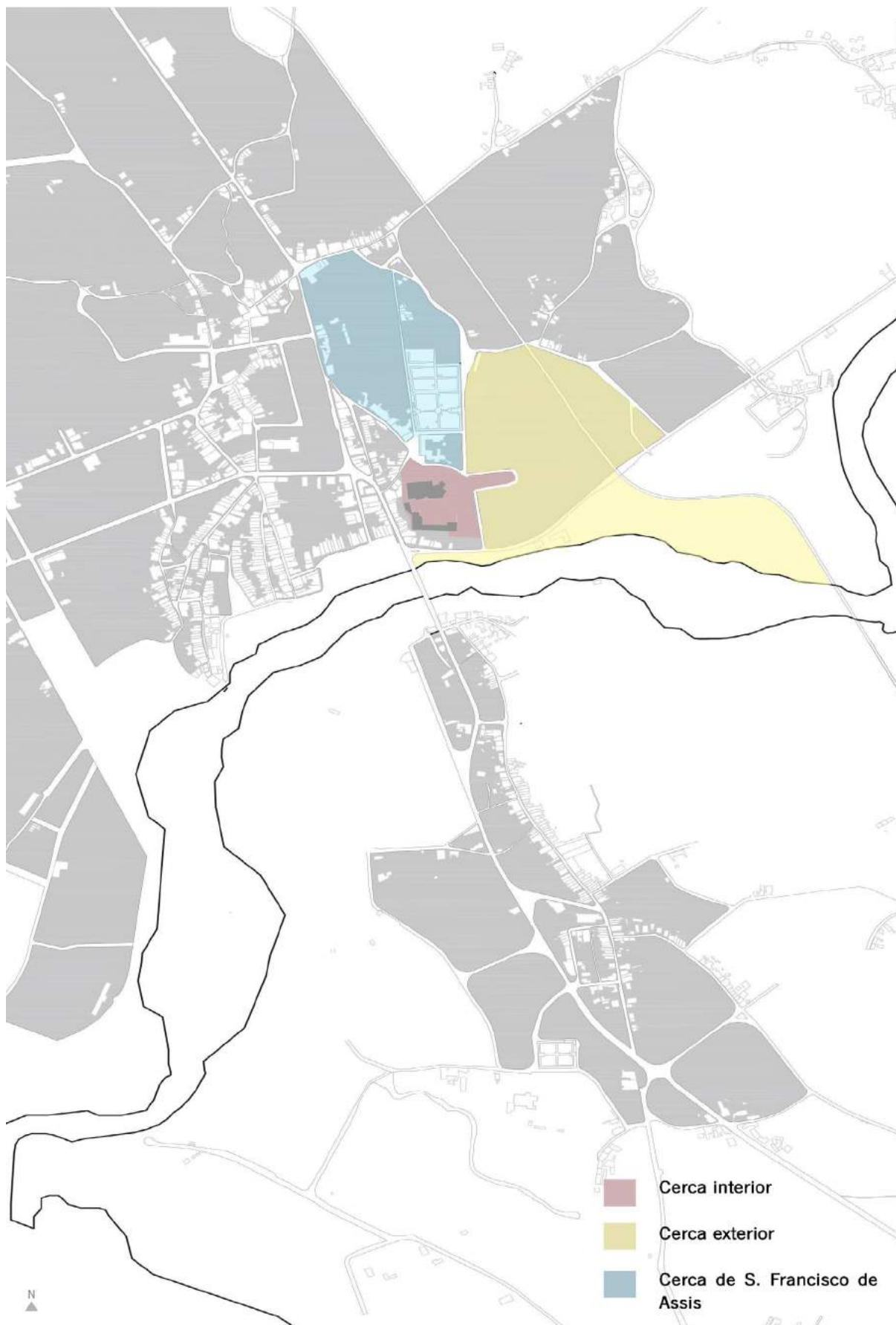


FIGURA 8. Planta de Vila do Conde referente ao ano de 1915, definição das cercas do Mosteiro de Santa Clara e do Convento de São Francisco de Assis.

Num dos primeiros mapas que se conhecem de Vila do Conde, (anexo II), são mostrados os arruamentos, a densidade urbana e as transições entre margens. Datada entre 1821 e 1824, a planta mostra-nos a construção do novo dormitório, do aqueduto e o planeamento de uma nova ponte, em substituição da ponte romana de pedra. É importante explicar que a planta não só mostra as construções da época, como também as projetadas. Ou seja, edifícios como o Mosteiro de Santa Clara estão representados como uma só volumetria. No entanto, pelo que se sabe, essa construção nunca foi possível realizar, concluindo-se que, a vontade das Clarissas em unificar todo o conjunto conventual nunca passou de um desejo.

Por esta data, “*a vila vai-se construindo como zona residencial no sentido sul, vendo transferidos alguns dos seus centros vitais*”⁽³⁰⁾ contudo, grande parte das construções continuavam a desenvolver-se junto à margem do Ave. O núcleo urbano concentrava-se junto ao rio e ficava delimitado pelo Mosteiro de Santa Clara, pelo Convento de S. Francisco de Assis, pela Igreja Matriz e pela Capela do Socorro.

Uma vez depois de construído o Convento de S. Francisco, as Clarissas viram a sua cerca exterior diminuir. No entanto, o aqueduto acabou por ocupar o espaço dos franciscanos.

Dado que a planta do séc. XIX não se encontrava completa, foi necessário recorrer à planta do séc. XVI e à planta do séc. XX para que, novamente através da fotomontagem, fosse possível deduzir e obter o parcelamento do território.

Como consequência da extinção das ordens religiosas, em 1834 e com a morte da última freira em 1893, o Mosteiro ficou desabitado. Com a tomada de posse do edifício por parte o Estado, os terrenos foram vendidos e utilizados para novas funções, como foi o caso da linha férrea que passou a atravessar a antiga cerca exterior da casa monástica. “*O comboio já apita sobre a ponte, rasgam-se grandes avenidas em direcção do mar, não há dificuldades de trânsito entre a margem direita e a esquerda do rio Ave porque uma ponte de ferro ergue-se entre as duas margens.*”⁽³¹⁾

A cerca de S. Francisco de Assis foi também ela subdividida em espaços habitacionais e cemitério (representado a azul).

Quando desabitado, o mosteiro de Vila do Conde foi reocupado pelo Reformatório, passando a sua antiga cerca exterior a ser utilizada como campo agrícola. É ainda a partir desta fase que o termo “cerca” deixa de fazer sentido começando a tratar estas divisões por “limite”, uma vez que o programa religioso deixou de estar em funcionamento.

Na figura ao lado, pode ver-se o estado do edifício. É por volta de 1910-15 que uma derrocada faz ruir o primitivo mosteiro e essa destruição faz-se notar na representação da planta, onde apenas são registados o novo dormitório, a igreja e algumas das suas ruínas.

(30) Idem

(31) Idem



FIGURA 9. Planta de Vila do Conde referente ao ano de 1953. Representação da Indústria Narfil na cerca exterior do mosteiro



FIGURA 10. Planta de Vila do Conde referente ao ano de 2013 e limites da antiga cerca. Subdivisão dos terrenos do antigo mosteiro.

Com o passar dos anos a densidade populacional aumentou e isso ficou registado no crescimento da própria malha urbana. Tal como é visível, comparativamente com o século anterior, percebe-se uma maior aproximação à costa e uma maior expansão territorial, “*começa a caminhada até ao mar, descobrindo-se a praia como local proporcionador de bem-estar físico e mental capaz de gerar receitas para as localidades contempladas com este bem.*”⁽³²⁾ A margem sul começa a urbanizar-se; o atual reformatório deixa de delimitar o centro e passa a ser o centro.

Uma vez que anteriormente os terrenos da antiga cerca tinham sido divididos, é neste século que a indústria vem ocupar grande parte dessa área, restando ao Reformatório uma pequena porção que servia de horta aos menores. Desta forma, as antigas cercas deixaram de ser visíveis e os novos parcelamentos delimitaram novos espaços: o habitacional, o industrial e o agrícola. O perímetro do extinto mosteiro à medida que os anos passavam, ia diminuindo; o crescimento da cidade foi-se apoderando dos terrenos disponíveis. E isso fez-se notar principalmente depois do fim da ditadura, em 1974, em que a cidade se desenvolveu cada vez mais junto à costa marítima. Rasgaram-se avenidas do centro para o mar, explorou-se a costa com novos acessos e espaços de lazer (imagem 11).

Quanto à situação do reformatório na cidade, uma vez que o edifício não conseguia suportar a lotação de menores, foi necessário repartir algumas das suas funções. As oficinas de trabalhos manuais receberam assim, novas infraestruturas que se localizavam num terreno vizinho junto à Indústria têxtil da Narfil.

Na década de 90, notou-se uma densificação dos quarteirões já existentes e do próprio centro histórico, a cidade investiu na construção junto à costa. O reformatório manteve a sua posição na cidade e os seus limites não sofreram qualquer alteração. No entanto, ao longo do séc. XX, a paisagem de Vila do Conde mudou: a população atingiu o seu auge e o território foi reorganizado. Surgiram novos arruamentos, a margem sul desenvolveu-se; os quarteirões densificaram-se cada vez mais; houve um redesenho das praças. Também o próprio limite do reformatório foi alterado uma vez que, é no início do século que este perde funções.

Em 2007, devido à falta de menores, o programa de reabilitação foi transferido para uma nova volumetria, neste caso para as antigas oficinas que, entretanto haviam sido demolidas. Acabando o terreno onde se inseria este programa, também por ser alvo de sérias alterações. Em 2004 a indústria Narfil encerrou acabando por ser demolida. Desta forma, o terreno ficou novamente livre e hoje apenas restam ruínas que nos contam partes fragmentadas de uma história preenchida. Tal como já foi referido, quando o reformatório encerra, o edifício fica de novo desabitado e assim se encontra até aos dias de hoje.

(32) MIRANDA, Marta - *Vila do Conde, Cidades e Vilas de Portugal*, 1998.

EVOLUÇÃO DA MALHA URBANA (1915-2013)

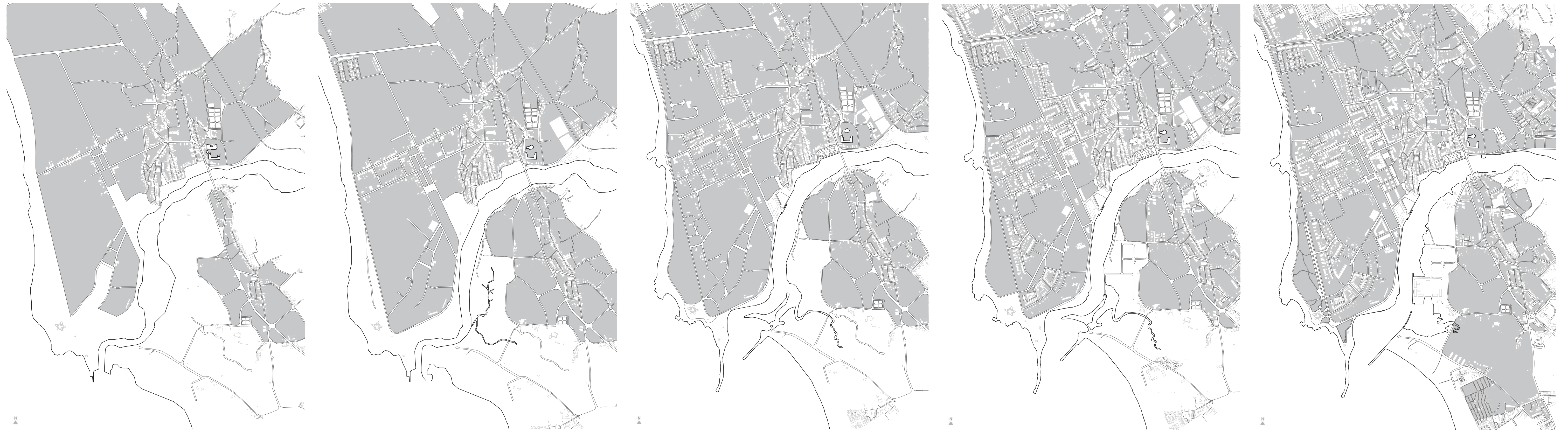


FIGURA 11. Evolução de Vila do Conde, plantas referentes aos anos de: 1915, 1953, 1977, 1993 e 2013 respetivamente. Escala: 1/ 10000.



FIGURA 12. Fotografia da época, séc.XIX.

Captada por Carlos Adriano, gentilmente cedida pelo AMVC, cód. 6310 – Arquivo Municipal de Vila do Conde



“ As obras em edifícios com valor histórico devem analisar e respeitar todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos distintos.”

in Carta de Cracóvia, Princípios para a conservação e o restauro do património construído, 2000.

3. EVOLUÇÃO CONSTRUTIVA DO CONJUNTO CONVENTUAL

O estudo da evolução que se segue, pretende contextualizar o Mosteiro de Santa Clara em Vila do Conde, não só no tempo e no espaço, como também estabelecer uma resenha construtiva e diacrónica desde a sua fundação.

Com cerca de quase sete séculos de existência, ao mosteiro foram-lhe acrescentadas construções que mudaram o seu aspeto original sendo que algumas dessas construções, mais tarde viriam a ruir. Trata-se pois de uma história de descontinuidades construtivas e destrutivas que conformam o edifício como se apresenta hoje.

O estudo da sua evolução permite formar um raciocínio histórico-construtivo. Desta forma, o presente capítulo dividir-se-á cronologicamente:

-Mosteiro Primitivo

- Composição arquitetónica inicial, séc. XIV;
- Ampliação do programa religioso, séc. XV/XVI;
- A marca territorial, séc. XVII.

-Expansão do Mosteiro

- O novo mosteiro de Santa Clara, séc. XVIII;
- A queda do dormitório primitivo, séc. XIX;
- A reestruturação do espaço conventual, início do séc. XX.

-O Mosteiro de Santa Clara na Contemporaneidade

- O reformatório de Vila do Conde, fim do séc. XX;
- O abandono do edifício, séc. XXI.

-O sonho das Clarissas

Sucintamente, podem agrupar-se as diversas fases em três grandes momentos. Cada uma dessas etapas representa uma nova transformação no Mosteiro. Para a caracterização da sua evolução não só é descrita, como são também apresentadas imagens que ilustram a progressiva mudança do conjunto conventual.

A metodologia usada para a dedução acerca das volumetrias existentes em cada fase, para além de se basearem na bibliografia local, também recorrem a ilustrações da época, fotografias locais e arquivos históricos (figura 13 e anexo III) . Da reinterpretação dos elementos referidos anteriormente, surge a *modelação tridimensional* ⁽³³⁾, que possibilita de uma forma mais clara, a compreensão volumétrica proposta que acompanhará todo o estudo aqui desenvolvido.

(33) Apesar de serem apresentados modelos 3D do conjunto conventual é de igual modo necessário referir que existem elementos sobre os quais não se pode especular devido à falta de informação. Desta forma, no modelo 3D serão sinalizados a sépia os elementos dos quais não se tem certeza da localização ou dimensão mas que se sabe terem existido.

ORGANIZAÇÃO CRONOLÓGICA FOTOGRÁFICA DO OBJETO DE ESTUDO

Cidade

Antes das obras da DGEMN



1936



1893



1893-1915

Durante as obras da DGEMN



1933



1933

Depois das obras da DGEMN



1943



1943

Igreja



1928



1928



1928



1928



1929-1932



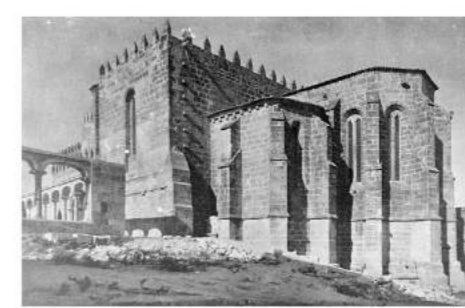
1929-1932



1929-1932



1929-1932



1933



1933

Claustro



1909



1928



1928



1929-1932



1929-1932



1929-1932



1933



1933

Novo Dormitório



1936



1936



1936



1938



1938



1938



1943



2013

FIGURA 13. Estudo e esboço de uma cronologia do Mosteiro de Santa Clara. Encontra-se em anexo II, o processo e seleção destas fotografias. Datas a negro: datas exatas; Datas a cinzento: data provável do acontecimento. Imagens retiradas do sítio da internet www.monumentos.pt- igreja e mosteiro de Santa Clara

3.1. MOSTEIRO PRIMITIVO (XIV-XVII)

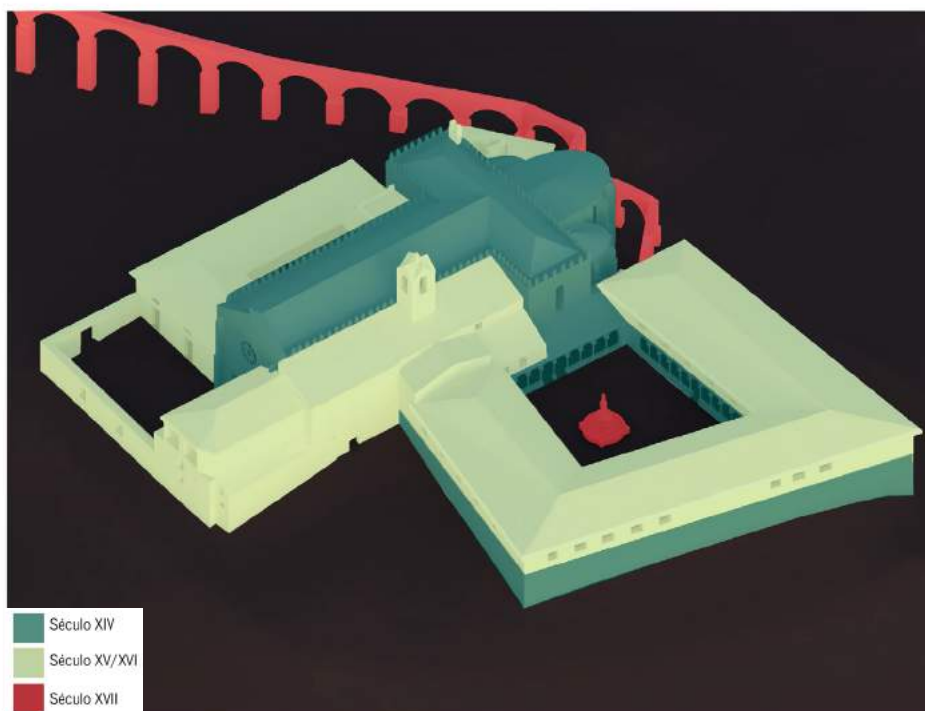
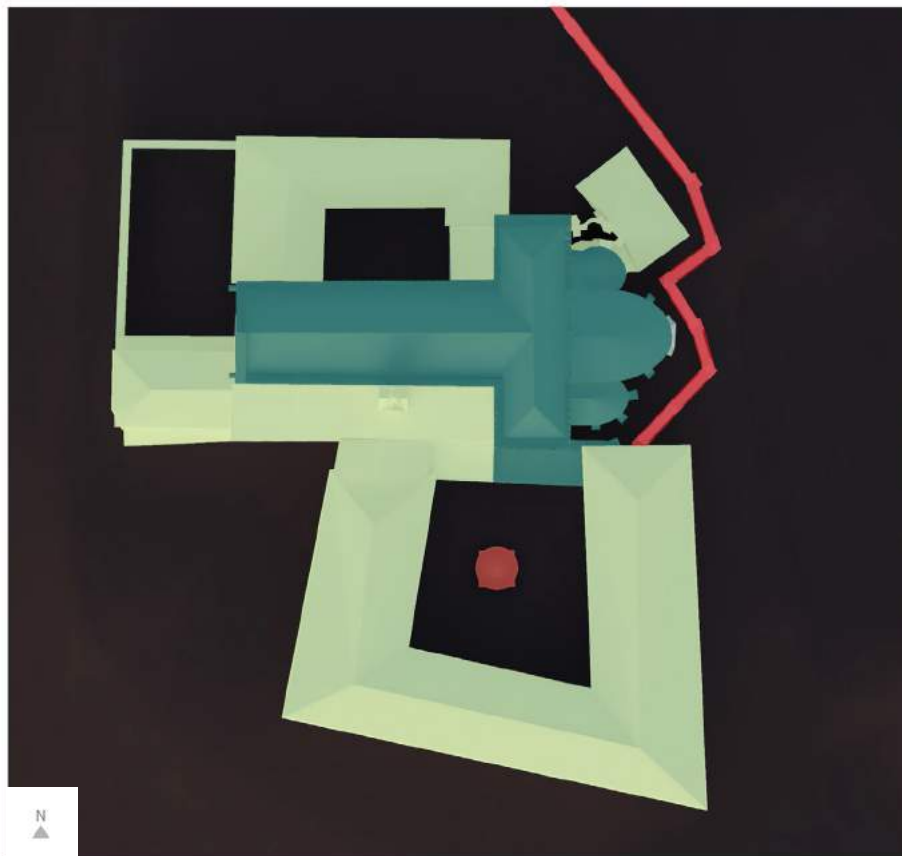


FIGURA 14 E 15. Esquema estratigráfico do Mosteiro de Santa Clara referente ao século XIV- XVII.

O primeiro grande momento construtivo diz respeito à fundação do mosteiro. Neste período de tempo é possível dividir o conjunto conventual em três fases construtivas distintas.

A composição arquitetônica primitiva do Mosteiro de Santa Clara define a primeira fase, ficando a segunda e a terceira fases representadas por adições volumétricas à volta do seu desenho inicial. Por conseguinte, o intervalo de tempo compreendido entre o século XIV-XVII é crucial para o entendimento de toda a história, uma vez que o seu desenho original é praticamente desconhecido.

De modo a descobrir como seria a primeira composição da casa monástica de Santa Clara em Vila do Conde, é necessário ir subtraindo algumas das informações atuais, partindo do geral para o particular e, acima de tudo, estudando o presente para conhecer o passado.

3.1.1. COMPOSIÇÃO ARQUITETÓNICA INICIAL, SÉC. XIV (1ª FASE)

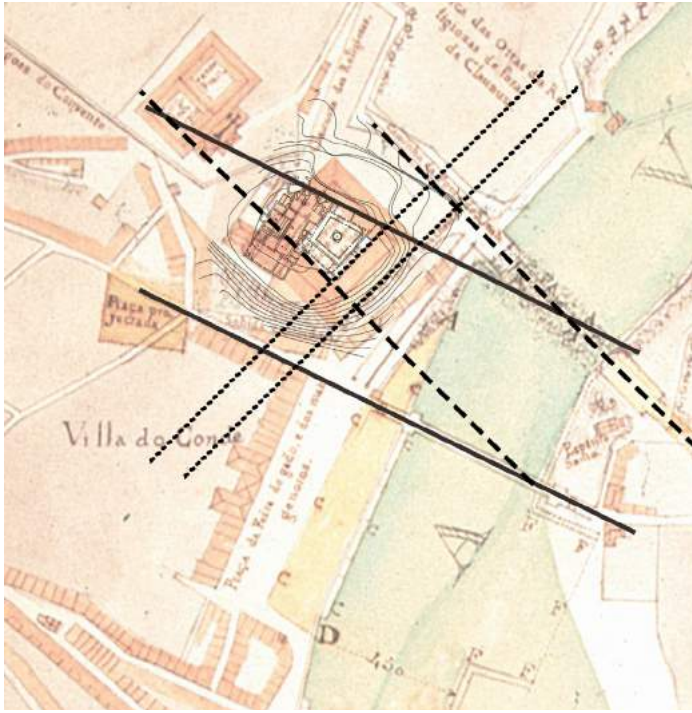


FIGURA 16. Conjunto Conventual de Santa Clara referente ao século XIV, direções e alinhamentos.

Estudo executado com base no mapa de Localização de Vila do Conde Biblioteca Pública de Évora Hem.II, 4/Arm. 15 - 1, Est. 4 - PAIVA, José Francisco de - Mapa das Villas do Conde, e de Azurara... - [1821-1824]., Manusc., colorida; 78 x 55 cm.



FIGURA 17. Conjunto Conventual de Santa Clara referente ao século XIV, vista aérea.

O Mosteiro de Santa Clara teve a sua fundação no ano de 1318 e tinha como objetivo albergar nobres fidalgas de modo a que estas vivessem em obediência, castidade e pobreza pois *“O que era preciso é que as freiras não passassem nem lazeira nem mingoa, para que não houvesse razão de fazer mal de suas fazendas nem perdessem as suas almas.”*⁽³⁴⁾

Quanto à sua implantação no território, esta ocorreu numa localização privilegiada, uma vez que se encontrava no monte de S. João, o ponto mais alto da cidade, o que permitia às Clarissas um domínio visual sobre toda a costa. Analisando o conjunto religioso, é importante perceber de que forma é que este edifício se posicionou no terreno. Assim, devemos olhar atentamente para a igreja, visto ser o único elemento que se mantém intacto desde o séc. XIV.

Apesar de ser possível entender a sua ocupação, não é possível entender as suas direções construtivas, uma vez que hoje já não existe a volumetria referente aos dormitórios da época. Assim sendo, é necessário recorrer a uma das plantas mais antigas disponíveis (anexo I) para entender a orientação do mesmo.

Ao traçar linhas sobre o conjunto conventual lêem-se alguns dos paralelismos construtivos. As linhas representam as construções primitivas, não só do mosteiro, como também da ponte romana que ligava as duas margens aquando a implantação do edifício no monte.

Pode-se então concluir que, no séc. XIV:

- a direção do dormitório buscava a direção da extinta ponte romana; (traço interrompido)
- a fachada sul do mosteiro conformava-se em paralelo com a topografia. Recorrendo a uma planta topográfica e à sobreposição do traçado primitivo, considerou-se que o terreno em causa, praticamente não se modificou percebendo então, que a sua implantação é coincidente com o desnível.(traço ponteadado)

Ainda relativamente à conformação do terreno, percebe-se que a construção se implantou no local mais plano, o cimo, não só devido à regularização do solo como também, muito possivelmente devido à importância das Clarissas na sociedade. A sua localização estratégica permitia-lhes facilmente uma visão ampla sobre a cidade e sobre os portos dos quais detinham senhorio.

Talvez seja devido aos dois fatores acima referidos (topografia acentuada e direções romanas), que o claustro tem a sua forma trapezoidal, aspeto incomum em complexos religiosos.

Da bibliografia consultada pode ainda pressupôr-se que na fundação deste espaço religioso apenas havia a igreja e o dormitório. Através da representação da informação recolhida pode ler-se: *“ (...) começaram logo a levantar com grandeza a Igreja e as Oficinas do Convento. (...) Ao lado da Igreja, da parte de fora, fazendo pendant com o claustro da outra banda de dentro, edificaram os Fundadores uma galilé ou alpendrada, a fim de n’ella serem sepultados (...)”*⁽³⁵⁾.

(34) NEVES, Joaquim Pacheco - *Vila do Conde*, 1991, p.45.

(35) FERREIRA, J. Augusto, e ABREU, Marques - *Os túmulos do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, 1925, p18.

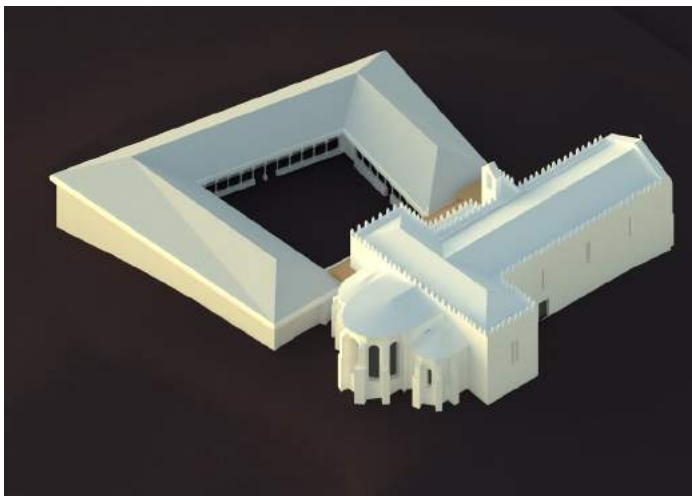
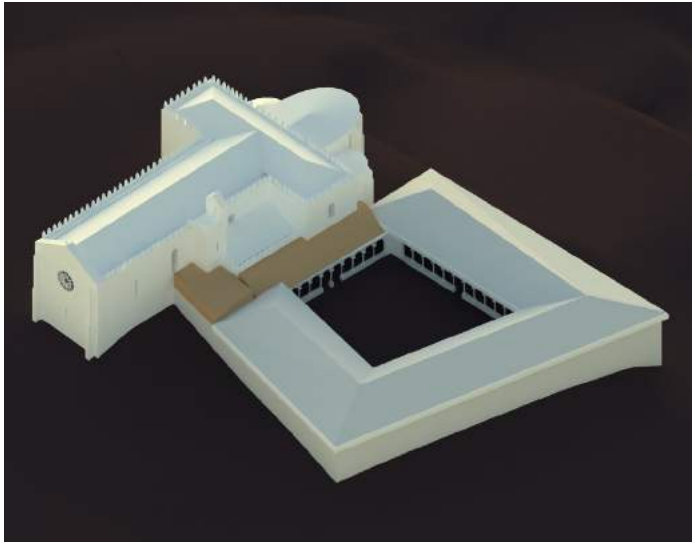


FIGURA 18 E 19. Conjunto Conventual de Santa Clara referente ao século XIV- Vista norte e este.



FIGURA 20 E 21. Fotografias da atualidade que mostram alguns vestígios das construções primitivas.

Não havendo nenhuma planta que comprove este facto mas recorrendo à reinterpretação da citação, obtém-se uma primeira imagem de como seria o mosteiro primitivo, composto apenas pela igreja, oficinas/dormitórios e claustro. Nas imagens é assim perceptível todos estes elementos compositivos que faziam parte da arquitetura original da casa religiosa de Vila do Conde.

A galilé ou alpendrada, que viria a proteger as sepulturas dos Fundadores, segundo as indicações dadas anteriormente, fazia pendant com o claustro pressupondo-se assim que este, se localizasse junto ao transepto, tal como está assinalado em planta e nas respetivas imagens a sépia.

Atualmente na igreja, denotam-se vestígios daquilo que poderia ter vindo a ser o encaixe da cobertura da alpendrada, isto porque junto à fachada sul, tal como se pode observar na imagem 25, existem perfurações na pedra que marcam a existência de uma estrutura adossada à igreja. Uma vez que este encaixe se prolonga até aos vãos, assume-se que até então, fosse apenas uma estrutura e nunca um piso, caso contrário, este cortaria os vãos existentes. Presumindo-se que as marcas sejam o que resta da dita galilé, que em tempos sepultou os Fundadores e anos depois algumas das clarissas pertencentes ao Mosteiro, figura 25.

Relativamente à conformação do espaço interior da casa religiosa, como já foi referido pensa-se ter existido, desde do início, um volume que albergaria as Clarissas e respetivas oficinas, e outro que diria respeito à igreja em si. Esta, de nave única estava dividida em dois grandes espaços: o coro baixo, onde se localizavam as freiras e o espaço central composto pela nave, transepto, capela-mor, ábsides e absodíolos.

Acerca do espaço habitacional das freiras pouco se sabe para além da sua configuração geral. Contudo, pensa-se que a transição da igreja para o claustro fosse feita através da nave central ou então através do coro baixo que dava acesso direto para os dormitórios, uma vez que ambas volumetrias comunicavam através do volume colorido.

Assim, a primeira planta do mosteiro primitivo dá a conhecer não só a composição inicial do conjunto conventual, como também a sua localização e orientação no território. Apesar de parecer concluído, ao projeto inicial ainda faltavam erguer as capelas e uma outra galilé que protegeria a entrada principal do mosteiro, como se poderá observar na fase seguinte. No entanto, estas construções não foram possíveis realizar por D. Afonso Sanches pelo que deixou escrito no seu testamento a sua vontade de estas serem terminadas por seu filho, D. João Albuquerque, que fica assim responsável, no século seguinte, por *“concluí-la, em particular a galilé e capellas”* ⁽³⁶⁾.

(36) SOLEDADE, Padre Fr. Francisco - *Memória dos Infantes D. Affonço Sanches e Dona Thereja Martins Fundadores, do real Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, 1716, p.99-100.

3.1.2. AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA RELIGIOSO, SÉC.XV E XVI (2ª FASE)

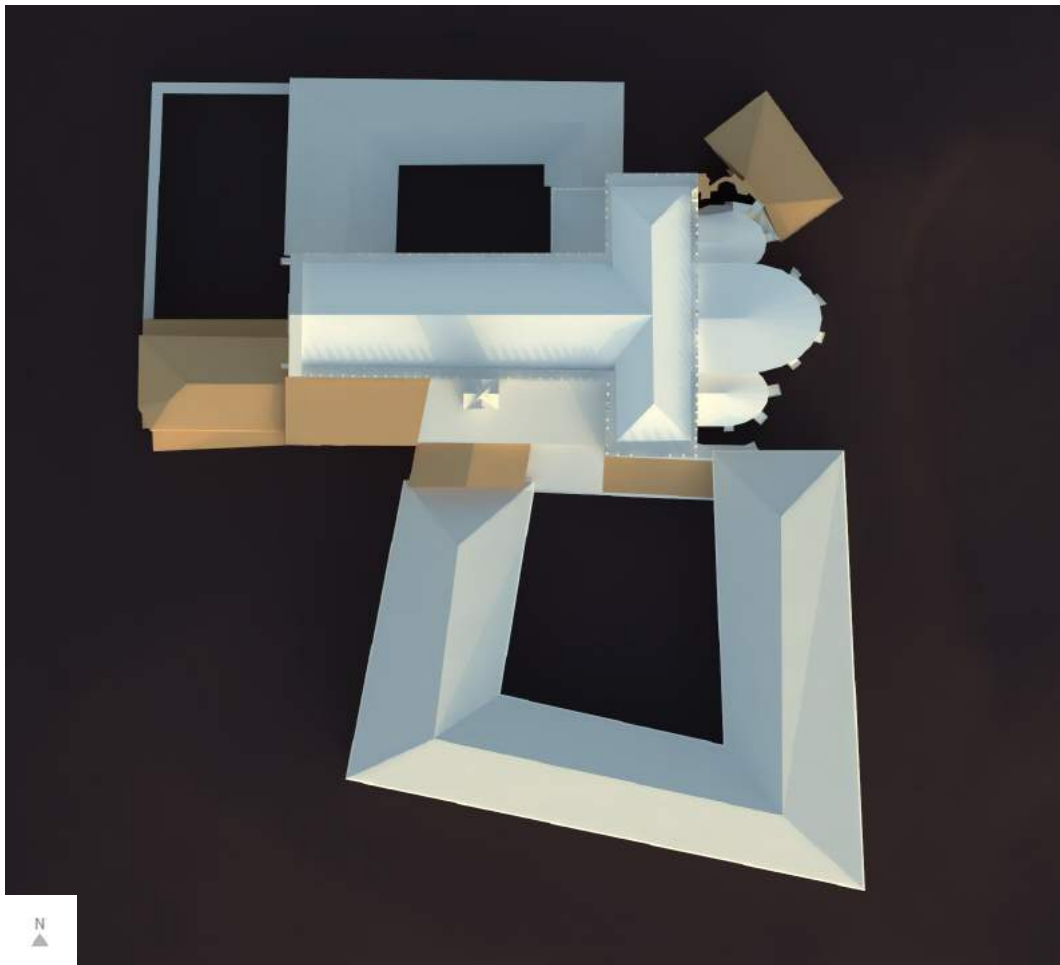


FIGURA 22. Conjunto Conventual de Santa Clara referente ao século XV-XVI, vista aérea.

Como foi referido na fase anterior, século XIV, o projeto inicial planeado para o mosteiro não estava concluído, sendo nestes séculos, XV e XVI que se constroem as volumetrias em falta.

Este período é essencialmente marcado pela Expansão Marítima. Estando inserida numa área costeira, Vila do Conde investiu na construção naval tornando-se um núcleo urbano importante visto que *“O comércio levava os barcos, muitos deles aqui construídos, até terras longínquas da Índia e do Brasil. Florescia a indústria da construção naval (...)”*⁽³⁷⁾ Com o aumento da riqueza e do poder das clarissas, proveniente dos impostos pagos pela população sobre o pescado e sobre as travessias entre margens, o seu mosteiro foi crescendo, a sua configuração foi mudando e a sua ocupação territorial aumentando. Como consequência disso, a relação entre mosteiro-cidade também se alterou, uma vez que com a necessidade de albergar mais fidalgas *“construiu-se também outro claustro, que fez subir os dormitórios a princípio térreos”*⁽³⁸⁾.

Da citação descrita pode-se concluir que, o desenho anterior mudou alterando assim o claustro e respetivos alçados, o edifício ficou mais alto, a barreira entre o interior/ exterior tornou-se maior.

Ao conjunto conventual apresentado na primeira fase foram-lhe não só modificados e expandidos espaços já existentes, como também lhe foram acrescentadas novas volumetrias. Elementos primitivos como a espadana, os dormitórios e as oficinas foram os que mais sofreram intervenções. A espadana, inicialmente encabeçada apenas por uma empena sineira e por um friso ameadado, que delimitava o perímetro do seu terraço, transformou-se nesta fase, num campanário, que ganhou consideravelmente altura, surgindo novas empenas e um coruchéu revestido a telha.

Ao analisar as duas fases percebem-se as diferenças entre ambas (figura 57 e 58). O acrescento do piso nos dormitórios fez com que os volumes que se adossassem à igreja crescessem também em altura. De facto, este aumento fez com que tivesse sido criado um novo acesso entre ambos no segundo piso, que representou assim, uma nova transição entre o dormitório e o novo coro alto da igreja, outro dos acrescentos feito ao projeto inicial.

Com a conclusão das obras primitivas no mosteiro, ainda lhe foram acrescentadas mais dependências mudando a sua composição arquitetónica, como se pode ver através das figuras 23 e 24.

As fachadas este, norte e oeste receberam novas construções que, consequentemente mudaram o aspeto do mosteiro. Estes novos volumes dizem respeito a novos programas associados à casa religiosa como é o caso da nova sacristia e respetiva sineira, situados na cabeceira da igreja; do Mirante localizado na fachada principal, e da galilé situada na fachada norte.

Desta forma, a segunda fase é definida pela finalização do traçado primitivo e pelas respetivas ampliações, existindo o claustro, o dormitório, a igreja e os anexos adossados à mesma, que faziam a transição do público para o privado: a sacristia exterior, para os assistentes religiosos, a galilé que dava acesso à igreja e o portão que dava acesso ao pátio.

(37) MIRANDA, Marta - *Vila do Conde, Cidades e Vilas de Portugal*, 1998, p19.

(38) FERREIRA, Augusto - *Vila do Conde e o seu alfoz: origens e monumentos*, 1923, p.17.

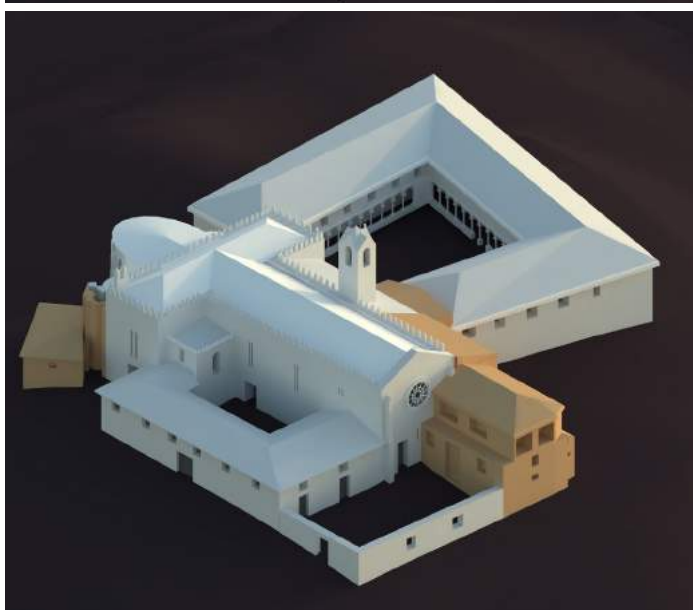
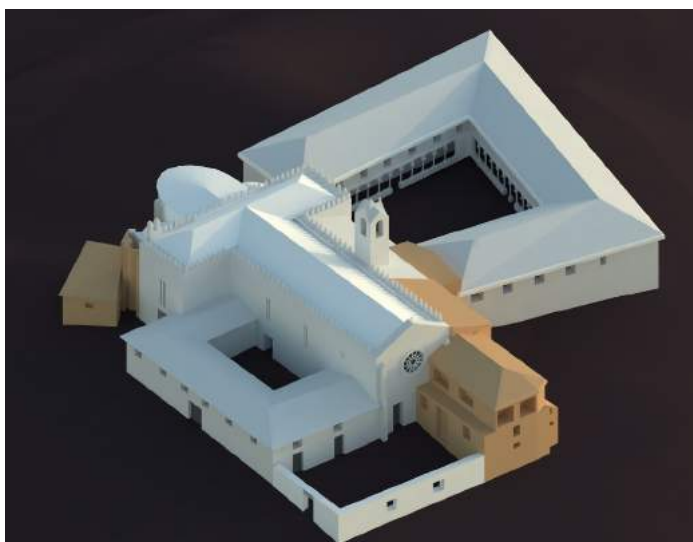


FIGURA 23 E 24. Conjunto Conventual de Santa Clara referente ao século XV-XVI- Vistas norte, antes e depois da Capela dos Fundadores.



FIGURA 25. Desenho do Conjunto Conventual, referente ao séc.XIX que permite uma visão da galilé principal e do mirante
Retirado do livro: NEVES, Joaquim Pacheco- *O Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde : pequena crónica dum grande mosteiro* / Joaquim Pacheco Neves . - Vila do Conde : Gabinete de Cultura da Câmara Municipal de Vila do Conde, 1982.

Na figura 58 são comparados o antes e o depois das obras, referentes ao século XV e XIV. Analisando a mesma, denota-se que a fachada principal mudou substancialmente com a introdução do novo volume: o mirante, que permitia às clarissas um maior controlo sobre a cidade e acima de tudo sobre as margens do rio.

Ainda relativamente às novas construções, a sacristia exterior é um dos elementos que merece a nossa atenção. A sua localização junto à cabeceira é estratégica, uma vez que era um frade que ia celebrar a missa, era importante preservar a clausura das Clarissas. Desta forma, este novo volume veio dar autonomia à parte pública da igreja e salvaguardando as clarissas do contacto direto com o exterior.

Uma nova abertura no transepto também veio reforçar o afastamento social, visto que esta entrada passou a dar acesso direto para a zona do altar que, uma vez mais separava os vários espaços: o das clarissas no coro baixo, o da população que assistia à missa na nave e o dos frades que celebravam a cerimónia no presbitério.

No século XVI, época de grandes riquezas e conquistas, as freiras decidiram conformar um espaço mais digno para as sepulturas de D. Afonso Sanches e D. Teresa Martins. De maneira a concretizar esta vontade, as freiras aproveitaram a galilé da fachada norte e mandaram construir a chamada Capela dos Fundadores, também conhecida como Capela da Conceição. Esta *“teve grande incremento dado pela Abbadessa D. Isabel de Castro em 1526, e foi decorada em 1623 pela Abbadessa D. Catharina de Lima, como consta d’uma lápide da mesma capella, alli posta n’este ultimo ano.”* ⁽³⁹⁾

Das *“inúmeras obras de recomposição e ampliação (...) em redor das paredes que formam a cruz latina da planta medieval (...) que se tinham multiplicado ao acaso, sem nenhuma ordem ou escrúpulo estético (...)”* ⁽⁴⁰⁾ ainda hoje se podem observar algumas delas. Marcas como a da galilé ou das construções junto ao campanário, confirmam as deduções até aqui propostas. As fotografias 20 e 21 mostram elementos visíveis na atualidade e que nos reportam para séculos passados.

Esta fase fica assim marcada pela construção das dependências conventuais. Sendo também importante referir que neste período em que são acrescentadas várias volumetrias, o que é mencionado como sendo “novo” não deve ser lido como construção contínua ou específica desta época; algumas das dependências poderiam ter surgido anteriormente a outras mencionadas. A reconstrução histórica é um processo e não um momento fixo, devendo haver margem de algumas décadas para inserir cada uma das construções propostas.

(39) Idem

(40) Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a Igreja de Santa Clara de Vila do Conde, n°14, Dezembro 1938.

3.1.3. A MARCA TERRITORIAL, SÉC. XVII (3ª FASE)



FIGURA 26. Conjunto Conventual de Santa Clara referente ao século XVII, vista aérea.

O conjunto conventual vilacondense merece ser destacado, neste século, como uma fase construtiva devido a uma das mais grandiosas construções da época e que ainda hoje se mantém, o aqueduto que abastecia água para o Mosteiro de Santa Clara.

Esta obra composta por novecentos e noventa e nove arcos, marcou a história da casa religiosa graças à sua complexidade construtiva. A arcada percorre cerca de oito quilómetros desde Terroso, freguesia da Póvoa de Varzim, até Vila do Conde levando água até ao Monte de S. João. Esta construção foi impulsionada inicialmente no séc. XVII por uma das clarissas do Mosteiro: a abadessa D. Barbara Michaela de Athayde.

O aqueduto foi construído pelo povo durante cerca de setenta e nove anos. A obra iniciou-se no século XVII mas apenas ficou concluída no séc. XVIII. Este facto deveu-se a um mau cálculo que fez com que as obras tivessem de ser totalmente reiniciadas *“Em 1636- durante o abadessado de D. Catarina Lima, houve uma interrupção das obras devido à descoberta de um desnivelamento, tornando assim inútil todo o trabalho realizado anteriormente.”*⁽⁴¹⁾ A construção da arcada surgiu como alternativa à guerra visto que *“Como estávamos envolvidos na guerra da sucessão ao throno de Hespanha, isentava do serviço militar todos os mancebos que trabalhassem na condução dos materiaes para a mesma obra, motivo porque ficou muito barata ao Convento”*⁽⁴²⁾

Esta arcada de pedra veio conferir mais poder às clarissas. O mosteiro ia-se expandido pelo território, marcando e lembrando ao povo o seu poder civil e judicial. Ainda hoje a sua presença se faz notar apesar de grande parte já ter ruído.

Ainda no século XVII, de forma a poderem recolher a água vinda do aqueduto, as clarissas mandaram construir uma fonte para o centro do claustro. Esta obra está datada de 1628, no entanto, tal como o aqueduto, é apenas em 1714 que a água chega para abastecer o conjunto conventual.

Comparativamente com a fase anterior, século XVII, o mosteiro não alterou muito o seu aspeto geral. Todavia, graças à degradação extrema que já se fazia sentir foi construída uma estrutura na cabeceira da igreja, de modo a salvaguardar a construção da mesma.

O século XVII estabeleceu assim, a composição final arquitetónica associada à igreja até ao século XX. Devido à falta de manutenção ao longo dos anos, a igreja e o Mosteiro sofreram várias intervenções, de modo a não deixar ruir nenhuma das suas dependências. Todas estas pequenas obras fizeram com que o mosteiro se parecesse com uma colagem de vários elementos sobrepostos, que foram sendo acrescentados paulatinamente já que: *“Exteriormente, em redor das paredes que formam a cruz latina da planta medieval, e ainda das que mais tarde se ergueram para abrigar os túmulos dos fundadores, tinham-se multiplicado ao acaso, sem nenhuma ordem ou escrúpulo estético, os mais variados, desairosos e grosseiros edifícios.”*⁽⁴³⁾

(41) Informação retirada do SIPA (Sistema de Informação do Património Arquitetónico) Aqueduto.

(42) FERREIRA, Augusto - *Vila do Conde e o seu alfoz: origens e monumentos*, 1923, p.18.

(43) Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a Igreja de Santa Clara de Vila do Conde, nº14, Dezembro 1938.

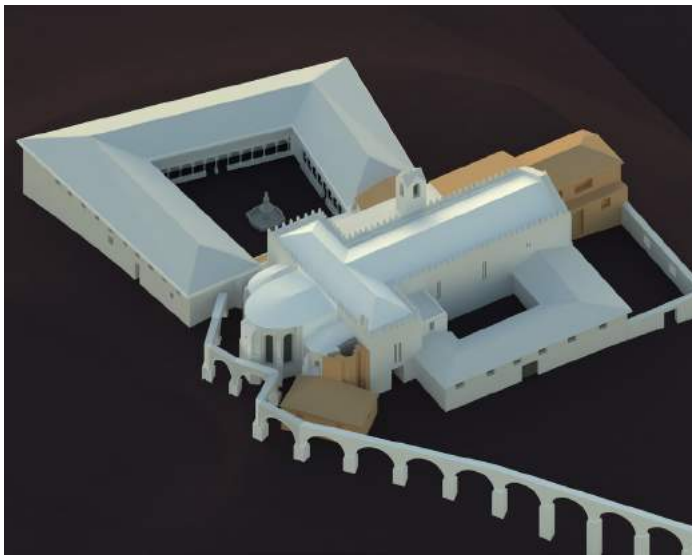
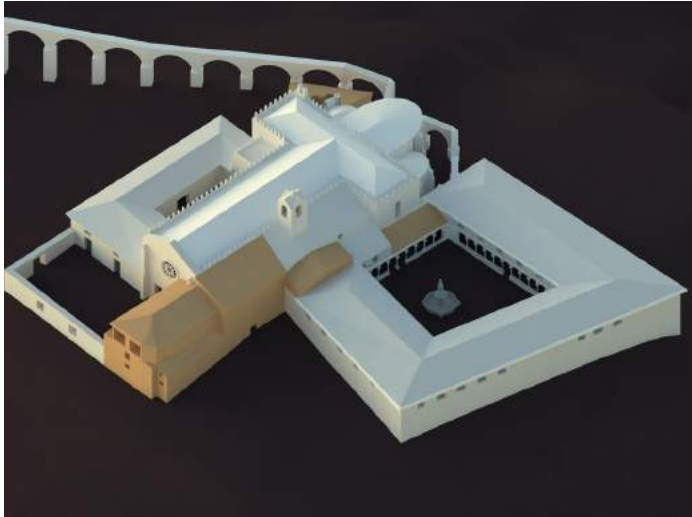


FIGURA 27 E 28. Conjunto Conventual de Santa Clara referente ao século XVII- Vistas norte e sul.



FIGURA 29. Capela dos Fundadores após a reabilitação e o antigo mosteiro de Santa Clara antes da derrocada.
Fotografias retiradas do sítio: www.monumentos.pt- igreja de Santa Clara

Foi ainda neste período de tempo que *“Apesar das reparações ordenadas durante os séculos, com alguma emulação, pelas abadessas que sucessivamente governaram o Mosteiro, é certo que já nos últimos decénios do século XVII a ruína da primitiva fábrica- sem exceção da parte que compreendia os dormitórios ampliados outrora pela D. Isabel de Castro- começara a inquietar as reclusas”*⁽⁴⁴⁾ Pensou-se então, construir um novo dormitório, de maneira a poder substituir o antigo, que já não tinha condições de habitabilidade. Este novo edifício dá assim o mote para uma nova fase, para um novo momento na história do Mosteiro de Santa Clara.

(44) Idem

3.2. EXPANSÃO DO MOSTEIRO (XVIII-XX)

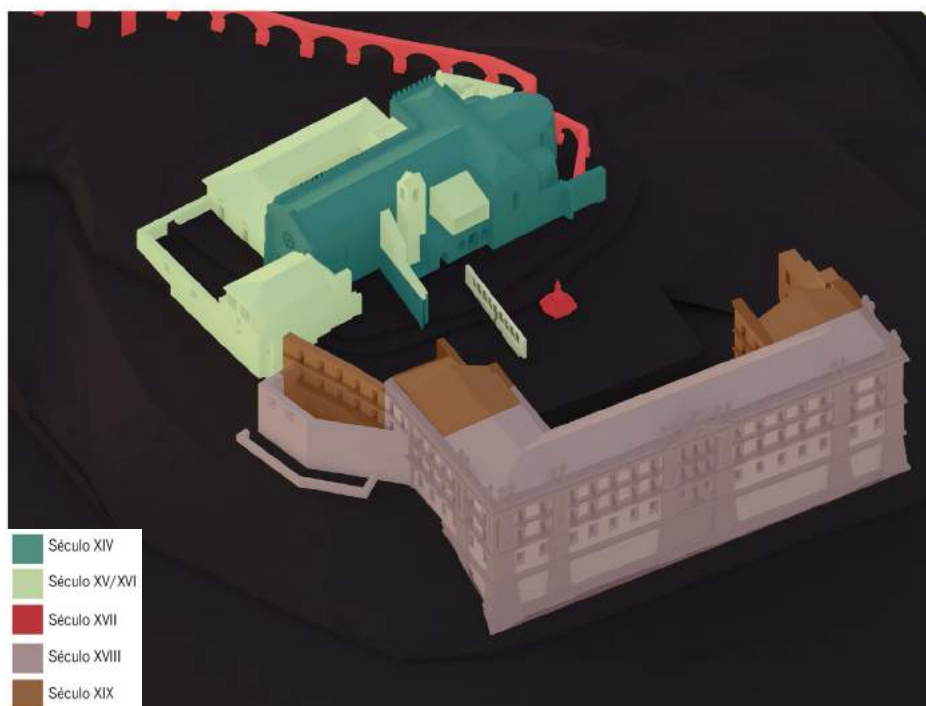


FIGURA 30 E 31. Esquema estratigráfico do século XIV-XIX.

O primeiro grande momento da fundação do mosteiro primitivo ficou marcado pela execução do seu projeto inicial e pelo acrescento de várias dependências, de modo a poder responder às sucessivas necessidades das clarissas. No entanto, as obras para manter o mosteiro em boas condições foram um processo secundarizado devido às elevadas contribuições pagas sobre a guerra.

Este segundo período, “expansão do mosteiro”, comporta assim três fases, nomeadas pela adição de uma grande massa volumétrica: o novo dormitório. A construção desta dependência inicia um novo ciclo de fases. Para além do conjunto conventual atingir o seu auge, este momento fica ainda marcado pela destruição das partes primitivas.

3.2.1. O NOVO MOSTEIRO DE SANTA CLARA, SÉC. XVIII (4ª FASE)

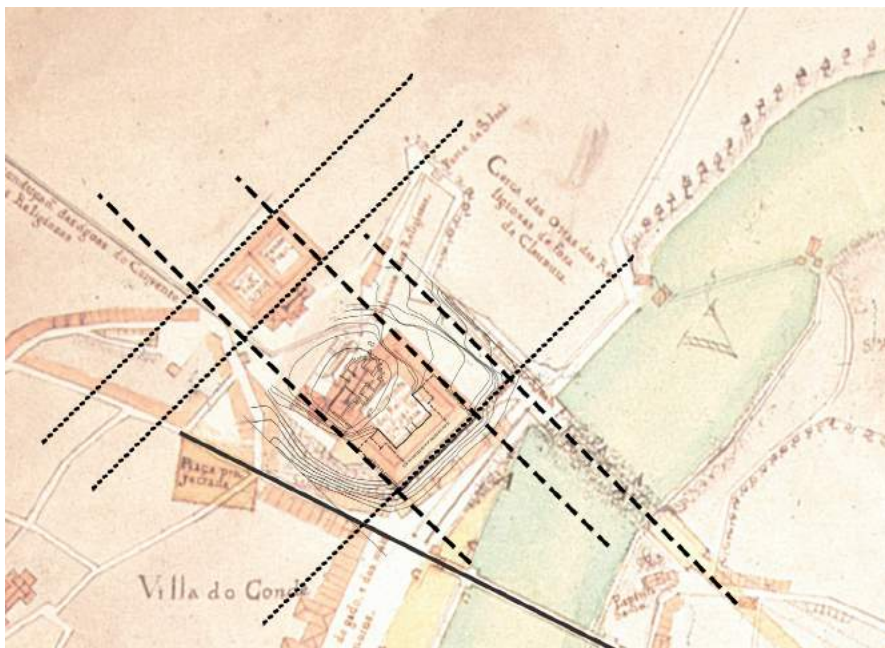


FIGURA 32. Conjunto Conventual de Santa Clara referente ao século XVIII, direções e alinhamentos.

Estudo executado com base no mapa de Localização de Vila do Conde Biblioteca Pública de Évora Hem.II, 4/Arm. 15 - 1, Est. 4 - PAIVA, José Francisco de - Mapa das Villas do Conde, e de Azurara... - [1821-1824]., Manusc., colorida; 78 x 55 cm.

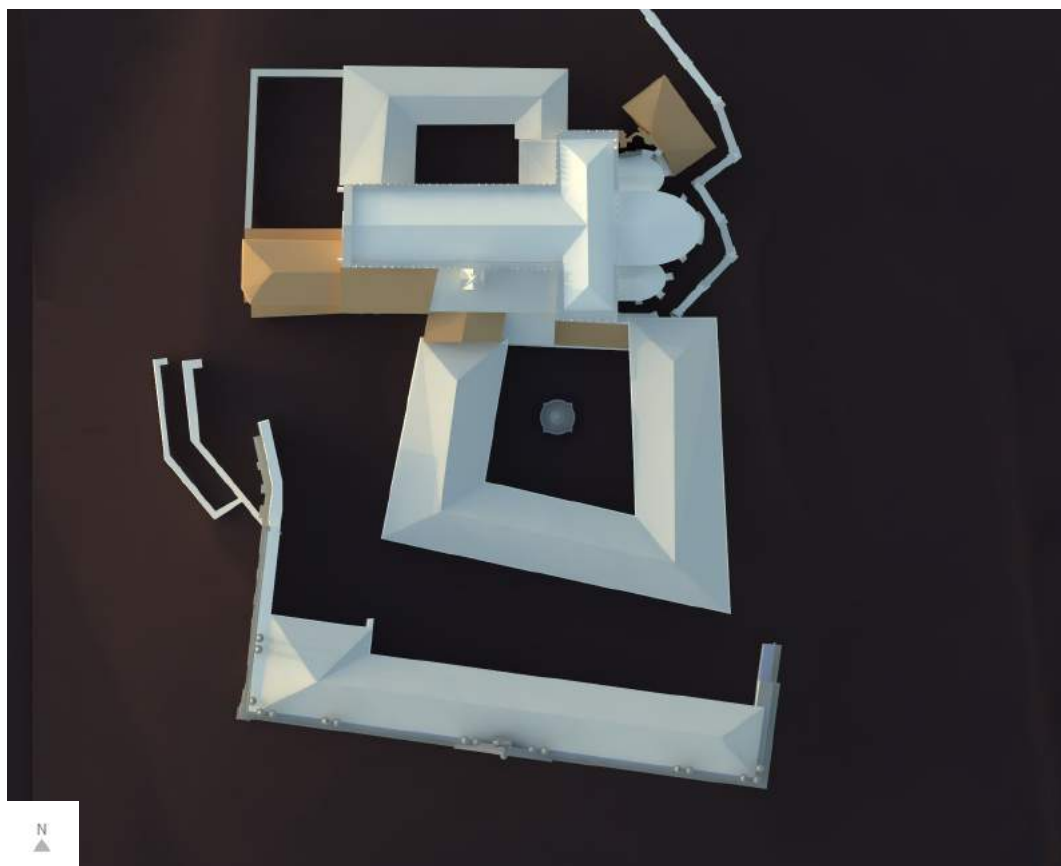


FIGURA 33. Conjunto Conventual de Santa Clara referente ao século XVIII, vista aérea.

A composição arquitetónica que se conhece do séc. XVII manteve-se ainda nesta fase, à exceção do início das obras do novo dormitório, que veio conformar uma nova frente voltada para o Rio Ave.

Tal como se pode ver na modelação tridimensional, o dormitório não seguiu as direções já estudadas. É por isso necessário voltar a olhar para a inserção deste volume no terreno de modo a perceber com que direções é que ele se conformou.

Analisando o mapa de 1824 e traçando novamente paralelismos sobre o novo edifício percebe-se que:

- as alas laterais do novo dormitório são paralelas à ponte romana, tal como a fachada oeste do antigo dormitório; (traço interrompido)

- a sua fachada sul é paralela à fachada sul do antigo dormitório, assim como é paralelo ao arruamento que faz frente com o rio devido à topografia; (traço ponteadado)

- o novo dormitório desce no terreno fazendo uma nova frente à margem do rio, aproximando-se mais das habitações costeiras.

Ao sobrepôr a planta do mosteiro do séc.XVIII e a planta da cidade do séc.XIX percebe-se que as Clarissas tentaram unificar os dois espaços. O arranque das alas laterais tentaram ir de encontro às dependências já criadas junto da igreja. Aos poucos o mosteiro ia aumentando, o seu espaço crescendo e o novo dormitório erguendo-se. Contudo, com as invasões francesas, as obras foram suspensas. O facto de terem de pagar uma contribuição de guerra fez com que o dinheiro das Clarissas escasseasse. Assim é apenas em 1816, que as obras voltaram a prosseguir, sendo novamente suspensas em 1825.

A figura 36 não só mostra a grandiosidade do conjunto conventual na cidade, como também mostra a sua ocupação no território. Nesta fase, a modelação tridimensional torna-se fulcral na percepção do conjunto conventual como um todo. A inexistência fotográfica da altura impossibilita-nos conhecer as diversas frentes do Mosteiro. Desta forma, a modelação ajuda na compreensão espacial, de modo a ser possível estabelecer uma comparação volumétrica ao longo dos séculos.

Como é perceptível, este novo dormitório veio marcar o território graças às suas dimensões. Tratava-se de uma construção ambiciosa que apenas se encontraria concluída no séc. XX. Durante as invasões francesas, o conjunto conventual estagnou e assim permaneceu com a sua composição arquitetónica: *“a fachada ocidental, que olha para a vila, ficou apenas com dois corpos concluídos (7 janelas em cada andar) e a fachada oriental, mais desafortunada ainda, somente com o corpo extremo, junto à frontaria, e uma pequena parte do imediato; não mais de 3 janelas úteis em cada andar”*⁽⁴⁵⁾

Relativamente à atividade na casa religiosa, esta já era feita maioritariamente no novo dormitório, uma vez que a ala sul já se encontrava praticamente completa. Sendo em *“1788 – As freiras transferiram-se para o novo dormitório, que até à data ainda não se encontrava totalmente terminado”* sendo que em *“1801, Abril- o refeitório foi das primeiras dependências a ser concluída”*⁽⁴⁶⁾

(45) Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a Igreja de Santa Clara de Vila do Conde, nº14, Dezembro 1938.

(46) Informação retirada do SIPA (Sistema de Informação do Património Arquitetónico) Mosteiro de Santa Clara.

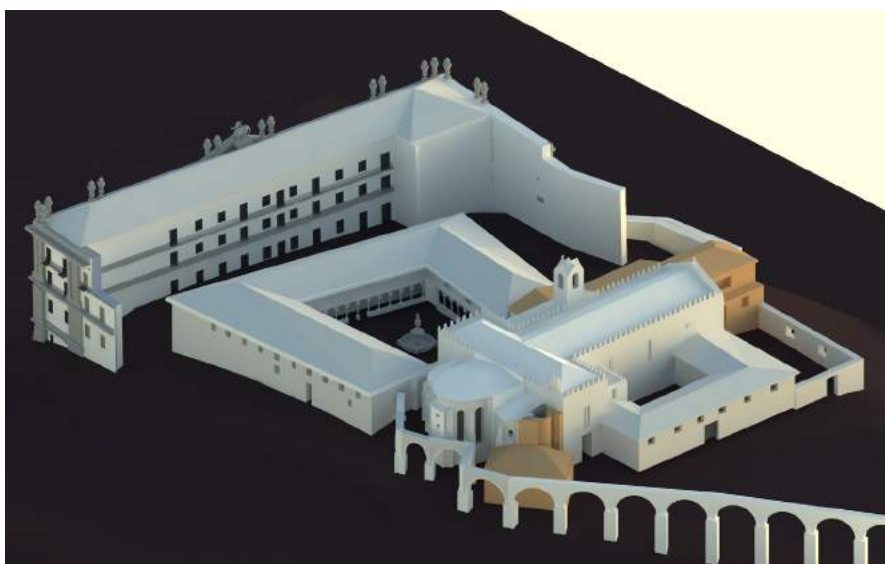


FIGURA 34 E 35. Conjunto Conventual de Santa Clara referente ao século XVIII- Vistas este e oeste.



FIGURA 36. Vista do Monte Santana sobre o Mosteiro.
Fotografia gentilmente cedida pelo Arquivo Municipal de Vila do Conde, cód.390.

3.2.2. A QUEDA DO DORMITÓRIO PRIMITIVO, SÉC. XIX (5ª FASE)

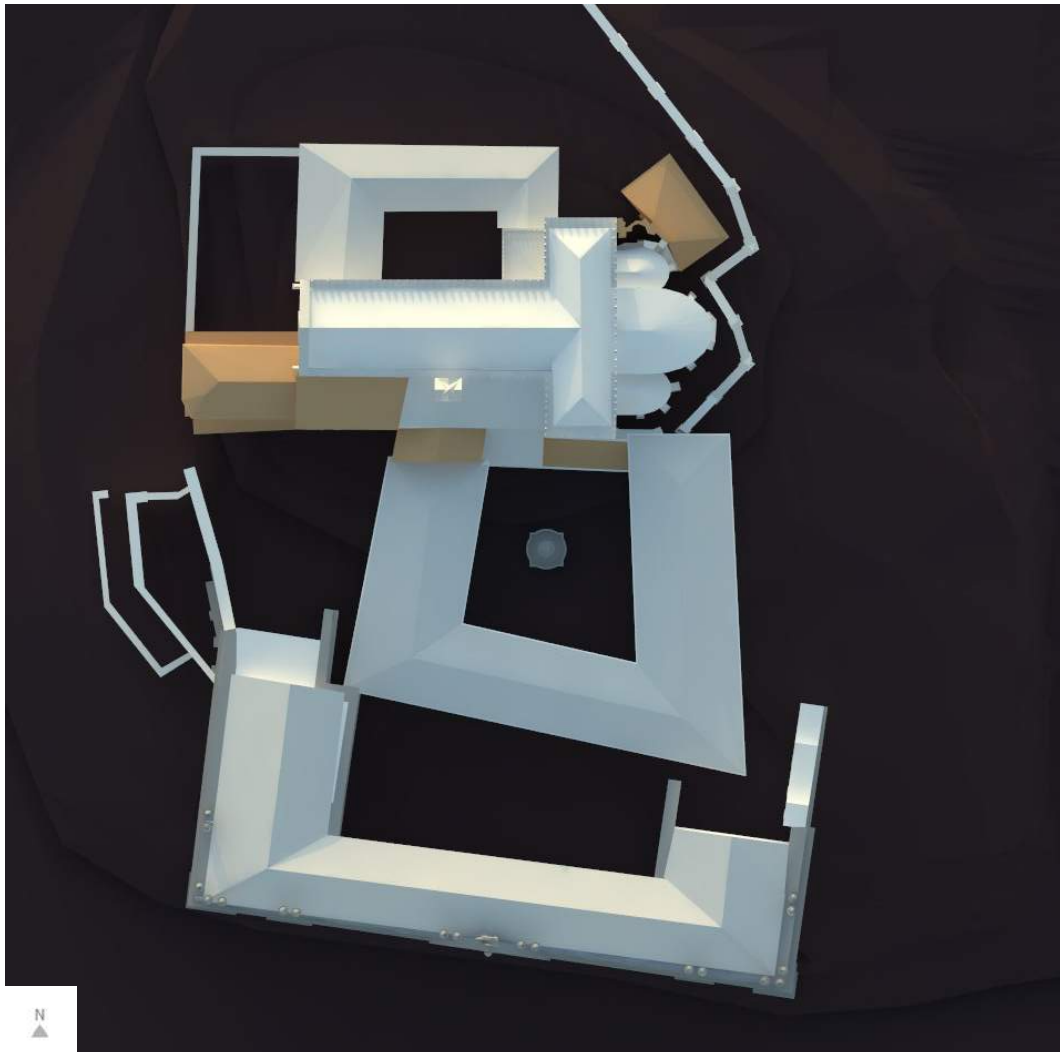


FIGURA 37. Conjunto Conventual de Santa Clara referente ao século XIX, vista aérea.

Comparativamente com a fase anterior, momento em que foi iniciado o novo dormitório, este século vem conformar melhor o traçado daquele que seria o novo mosteiro. A nível volumétrico todos os elementos se mantiveram. Contudo, as alas laterais do dormitório cresceram, aproximando-se assim mais da igreja.

Através da imagem percebe-se um primeiro contacto entre o novo e o antigo dormitório onde, as fachadas interiores tentaram unir-se entre si, tornando esta fase o momento mais completo do conjunto. As obras quase se unificaram, passando a haver dois claustros. Se tivesse sido possível unir os espaços que faltavam, o conjunto revelar-se-ia uma autêntica fortificação na cidade.

Como se pode ver na figura 40, o conjunto face à cidade detém em si uma escala não-urbana. Uma escala não-urbana não devido ao facto de não conformar espaço público, mas sim dada a sua escala, a sua imponência e a sua centralidade na vila, graças às suas dimensões. O não-urbano entende-se neste caso, como uma quebra entre o urbano (habitação) e as infraestruturas. A sua fachada parece uma colagem quando inserida na cidade. As suas dimensões e a sua localização geográfica fazem do mosteiro um elemento isolado, imponente e central na malha urbana.

Ao longo do século XIX, as fachadas laterais tenderam a aumentar, encerrando assim o núcleo do mosteiro para o exterior como é retratado nas figuras 38 e 39. Estas fachadas que se iriam unir enclausurariam assim, a vivência do conjunto conventual. A paisagem ficaria marcada por um edifício de grandes proporções e as clarissas iriam ficar lembradas pelo seu feito, visto tratar-se de umas das maiores casas religiosas do país. No entanto, também é neste século e graças às sucessivas guerras, que o mosteiro fica sem dinheiro para concluir as obras pelo que a vontade das Clarissas de ver todo o seu conjunto conventual unido ficou suspenso. Por esta altura *“Só se encontrava terminada a ala sul, onde se situavam as celas das freiras que, à data do inventário, se contavam em 40. O “Velho” dormitório mantinha-se ainda de pé, e em funções, uma vez que aí se localizavam 14 celas, que funcionavam como quartos das criadas das religiosas, a adega, a cozinha da comunidade e a sacristia interior.”*⁽⁴⁷⁾

Com apenas a ala sul a ser habitada, o resto do mosteiro ameaçava ruína. Os tempos que estavam para vir confirmaram aquilo que as entidades religiosas mais temiam, a extinção das ordens religiosas, datada de 1834. Sem o apoio da população, o mosteiro foi obrigado a sustentar-se. Todavia, o conjunto conventual de Vila do Conde ainda durou mais sessenta anos; o seu funcionamento estava dependente da sobrevivência das Clarissas. Por esta altura, todos os seus bens e senhorios referentes a Vila do Conde e à Póvoa de Varzim pertenciam ao Estado.

As guerras tinham deixado os cofres vazios e já não havia ajuda possível. Foi assim, que aos poucos, o complexo religioso de Vila do Conde foi ficando vazio e no ano de 1893 morreu a última freira e com ela: *“o sino da igreja tangeu pela última vez a defunto. Não era a morte da última freira que se anunciava – era a morte do Mosteiro que a voz bronze, na eternidade dos séculos, fazia cair sobre a vila numa mensagem de despedida e saudade.”*⁽⁴⁸⁾

(47) Actas do IV Encontro de História de Vila do Conde, Património Edificado: Memória e Reabilitação, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2005.

(48) NEVES, Joaquim Pacheco - *Vila do Conde*, 1991, p.49.

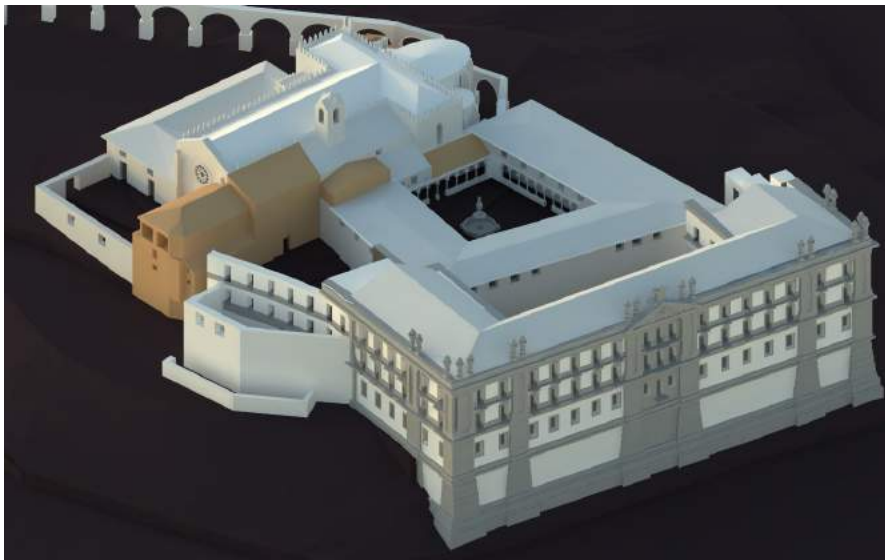


FIGURA 38 E 39. Conjunto Conventual de Santa Clara referente ao século XIX- Vistas este e oeste, respetivamente.



FIGURA 40. O Mosteiro de Santa Clara.
Fotografia de Carlos Adriano gentilmente cedida pelo Arquivo Municipal de Vila do Conde, cód. 1688.

Após o fim da atividade religiosa, a cidade começou a desenvolver-se e para aquele edifício desconheceu-se uma nova função. Todavia, *“Com efeito, logo em 1902 o conjunto conventual foi colocado à disposição do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça.”*⁽⁴⁹⁾

A sua longa história e imponente arquitetura pediam um novo início, início esse, que marcaria a sexta fase construtiva do Mosteiro de Santa Clara.

(49) Cf. NA/TT, AHMF, Mosteiro de Santa Clara, Ordem de S. Francisco, Vila do Conde, cx. 2032, cap. 19.

3.2.3. A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO CONVENTUAL, SÉC.XX (6ª FASE)



FIGURA 41. Conjunto Conventual de Santa Clara referente ao século XX, vista aérea.

Com o mosteiro abandonado desde a extinção das ordens religiosas, é em 1902 que o conjunto de Santa Clara recebe um novo programa para reocupar o edifício: uma casa de detenção de menores. Era o novo dormitório que albergaria as novas funções. Contudo, foi necessário reorganizar o seu espaço interno e, acima de tudo, concluir as obras em falta. *“Assim, neste projeto previa-se a demolição de algumas estruturas anexas à Igreja e ao dormitório, a poente, para permitir melhor circulação. (...) Na zona destinada ao alojamento dos menores e do pessoal- dormitório novo das freiras-, propunha-se a reconstrução das partes em ruína, através da finalização do topo nascente e do topo poente.”*⁽⁵⁰⁾

Consoante a especificidade do programa, houve várias propostas projetuais para unir os dois edifícios, distribuindo assim as funções pelos vários espaços. No entanto, enquanto eram realizados os estudos e os planos de ordenamento para receber o Reformatório, com data incerta entre 1909-1915, deu-se uma derrocada, que acaba por marcar esta fase do conjunto conventual, visto que destruiu grande parte das suas volumetrias. *“Quando o Estado recebe o convento, na verdade recebe uma quase ruína, em parte acentuada pela forma inacabada dos topos das alas E. e O.”*⁽⁵¹⁾

Desde o séc. XVIII que no conjunto conventual ameaçavam ruir parte das suas dependências, mas foi apenas no século XX que esta aconteceu impossibilitando, assim, a concretização das propostas para unificar todo o conjunto.

A fotografia 44 mostra o estado no qual ficaram as dependências junto à igreja. Uma vez o conjunto em ruínas, a reformulação do novo dormitório foi secundarizado sendo importante limpar os destroços da derrocada e reconstruir as partes mais importantes a manter, para o funcionamento do reformatório. As modelações tridimensionais, neste caso, mostram a partir de diferentes ângulos, a destruição volumétrica do mosteiro. Face ao conjunto do século anterior, conclui-se que a derrocada trouxe a perda de vários elementos como:

- o dormitório e as oficinas antigas que desapareceram por completo ficando apenas os seus arranques de fachada cravados na igreja;
- consequentemente, o claustro perdeu a sua forma ficando apenas de pé uma das suas alas laterais;
- a sala do capítulo perdeu a sua cobertura no piso superior acabando este por ruir restando apenas a sua fachada;
- algumas das partes do novo dormitório, inclusive fachadas laterais, foram afetadas pela derrocada acabando também elas por ficar degradadas.

Com um novo programa prestes a ocupar o extinto mosteiro foi necessário limpar toda a área atingida de modo a poder executar uma nova proposta para o reformatório. A extinta casa de Santa Clara deixou assim, de poder mostrar nos dias de hoje um dos seus maiores auges construtivos, e passou a conter apenas dois elementos separados fisicamente: a igreja e o novo dormitório.

(50) Actas do IV Encontro de História de Vila do Conde, Património Edificado: Memória e Reabilitação, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2005.

(51) Idem

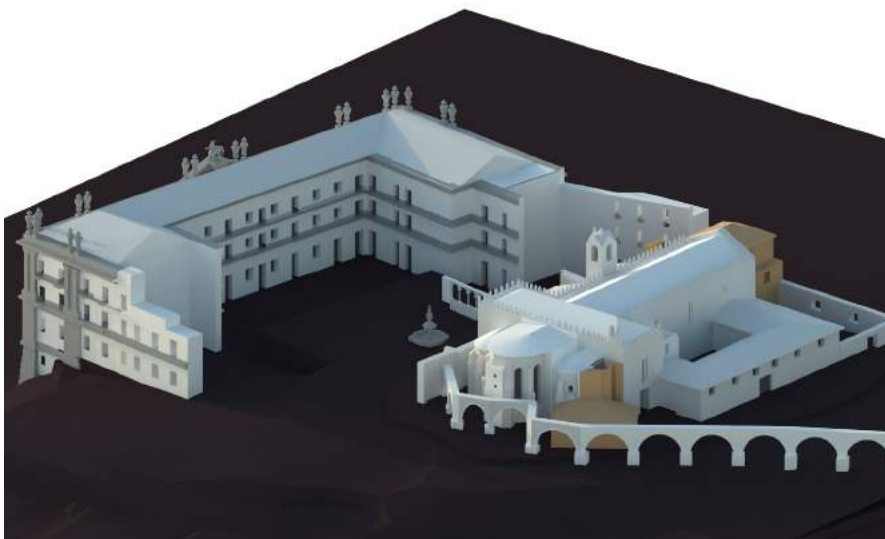
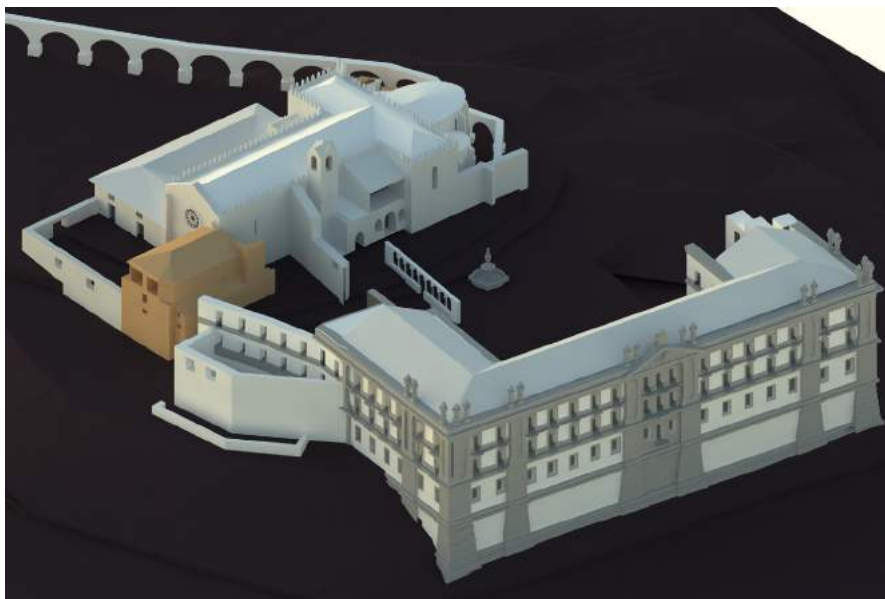


FIGURA 42 E 43. Conjunto Conventual de Santa Clara referente ao século XX- Vistas este e oeste, respetivamente.



FIGURA 44. Conjunto conventual após a derrocada.
Fotografia retirada do sítio: www.monumentos.pt- igreja de Santa Clara

De modo a que o Reformatório pudesse entrar em funcionamento, foi necessário intervencionar o espaço. Assim, foi a DGEMN (Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais) que ficou responsável pela reabilitação do local. O início das obras, para a requalificação espacial, encerra a sexta fase. Através da modelação percebem-se as partes atingidas pela derrocada e mostra-se aquele que irá ser o arranque das obras no extinto mosteiro de Santa Clara.

3.3. MOSTEIRO DE SANTA CLARA NA CONTEMPORANIEDADE (XX-XXI)

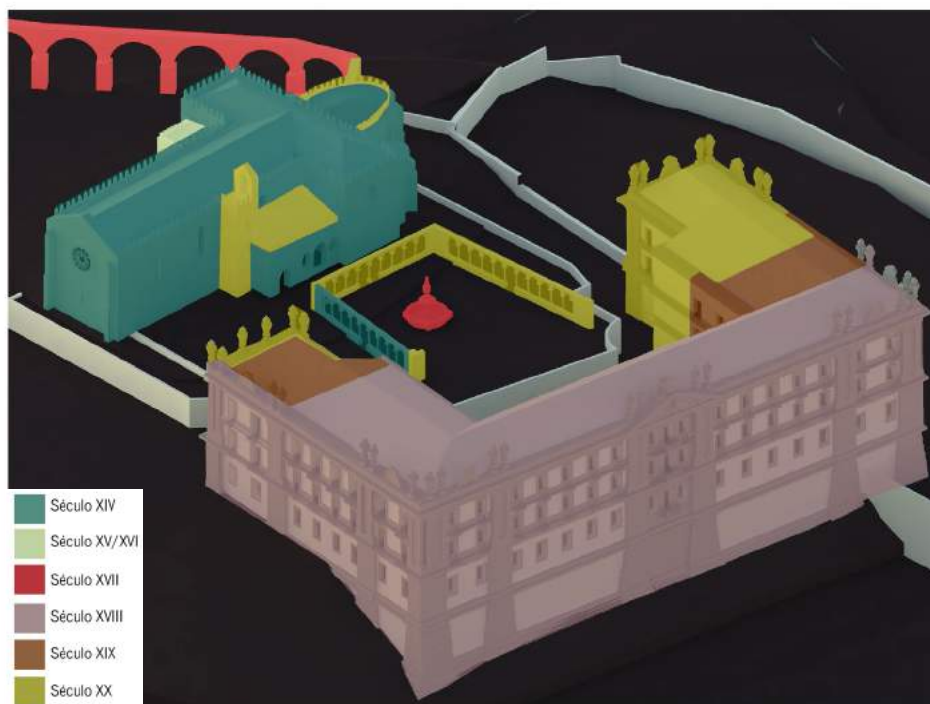
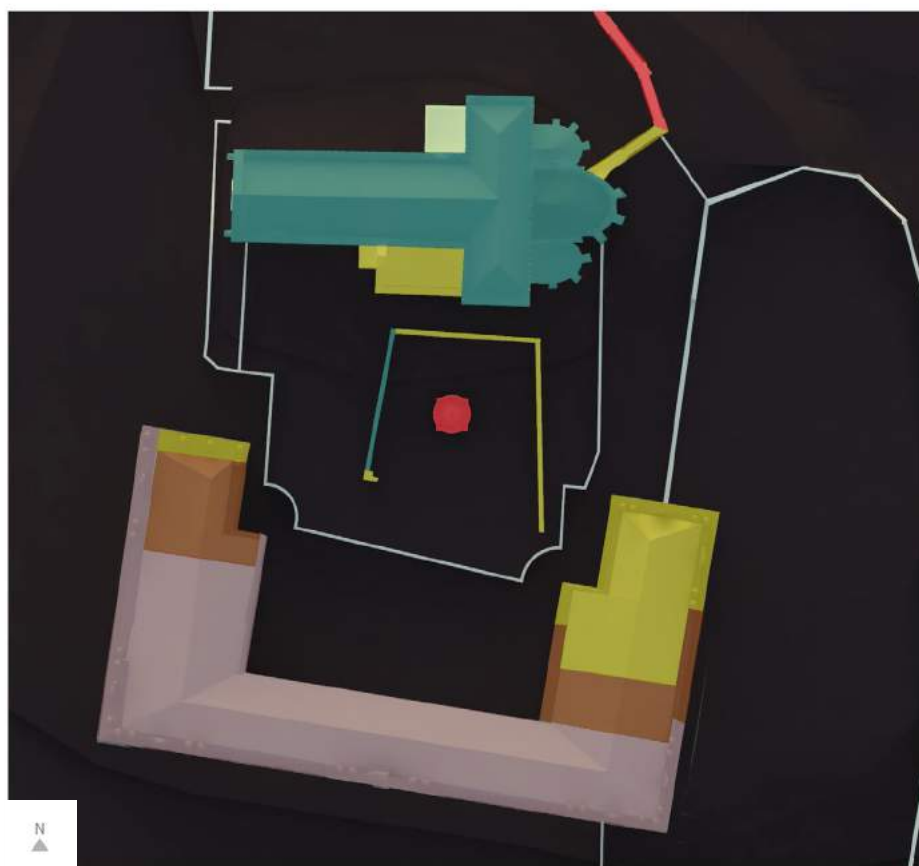


FIGURA 45 E 46. Esquema estratigráfico do século XIV- XXI.

Depois da derrocada que arruinou grande parte do conjunto conventual primitivo, foi necessário intervencionar o espaço. Estas obras de requalificação deram-se entre 1929-1943 e tinham como objetivo a limpeza do espaço, o restauro da igreja e a conclusão das obras no novo dormitório.

O século XX ficou marcado pela finalização da intervenção no Reformatório e que lhe deu a forma que hoje conhecemos. Todavia, foi no século XXI que o mesmo perde funções, por falta de ocupação. Por conseguinte, foi necessário voltar a intervir, fazendo um novo reajuste paisagístico separando por completo a igreja do extinto dormitório.

Este intervalo de tempo entre o século XX e o XXI torna-se fulcral uma vez que define o estado final do extinto conjunto conventual de Santa Clara. *O Mosteiro na Contemporaneidade* representa, assim, o momento da reconstrução do espaço após a derrocada, o reajuste paisagístico e o abandono do edifício.

3.3.1 O REFORMATÓRIO DE VILA DO CONDE, FINAL DO SÉC. XX (7ª FASE)



FIGURA 47. Conjunto Conventual de Santa Clara referente ao final do século XX, vista aérea.

Após a derrocada e sucessiva limpeza do espaço, a igreja e o novo dormitório foram alvo de uma intervenção profunda por parte da DGEMN. A sua função era a *“recuperação e salvaguarda do património arquitetónico,(...),concluída na década de 40 do século XX e que veio anular irreversivelmente as características tipológicas de um instituto religioso feminino em clausura.”*⁽⁵²⁾ Iniciadas pela igreja, as obras tiveram como objetivo “limpar” a sua arquitetura, com o propósito de devolver ao edifício o seu aspeto original, referente ao século XIV.

Com a intervenção da DGEMN, os elementos que se foram adossando à igreja, à exceção da Capela dos Fundadores foram destruídos. Elementos como a espadana, a sala do capítulo foram também eles alvo de restauro, uma vez que, as obras devolveram ao conjunto o seu aspeto original.

No que diz respeito a espaços como sacristia exterior/ sineira/ mirante ou galilé, (construções maioritariamente executadas no século XV) acabaram mesmo por ser destruídas na sua totalidade não constando do novo projeto para o Mosteiro visto que: *“O projeto que acabou por ser levado a cabo pretendia apenas acabar com a ruína (...)”*⁽⁵³⁾

A figura 50 mostra parte da intervenção a ser realizada. Ao analisá-la percebe-se que não só a igreja foi alvo de mudanças, como também o próprio aqueduto. Referente à arcada, esta foi propositalmente destruída de modo, a que a capela-mor e respetivas ábsides tivessem melhor visibilidade a partir da cidade. Estando a falar de um edifício com grande importância em Vila do Conde, era essencial conferir-lhe uma maior exposição. Desta forma, de modo a poder “monumentalizar” a igreja de Santa Clara, que ainda continuava em funcionamento, foi limpo o seu perímetro tornando-o num elemento central.

No que diz respeito ao claustro, este foi completo, no entanto, não o encerraram ficando a frente aberta para o novo dormitório, talvez por uma questão de contacto direto e relação entre ambas as partes. Ainda na figura 50 pode ver-se a escada que fazia a ligação entre os dois níveis. Tal como é mostrado, a espadana volta a ter a sua configuração primitiva; a igreja volta a ter a sua nave clara, sem qualquer volumetria adossada à mesma.

Uma vez as obras feitas na igreja, era necessário concluir o trabalho que as Clarissas iniciaram: o fecho das alas laterais dos dormitório. Todavia, não era possível unir ambas as dependências, leia-se igreja e dormitório. Assim sendo, a intervenção da DGEMN, no novo mosteiro consistia apenas no fecho dos *“corpos laterais , que passariam agora a topos e a demolição de todos os corpos anexos que ainda existiam.”*⁽⁵⁴⁾ A fachada deixou de ter um pano tão extenso e passou a ter os seus topos encerrados por empenas.

(52) Actas do IV encontro de História de Vila do Conde, Património Edificado: Memória e Reabilitação, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2005.

(53) Idem

(54) Idem

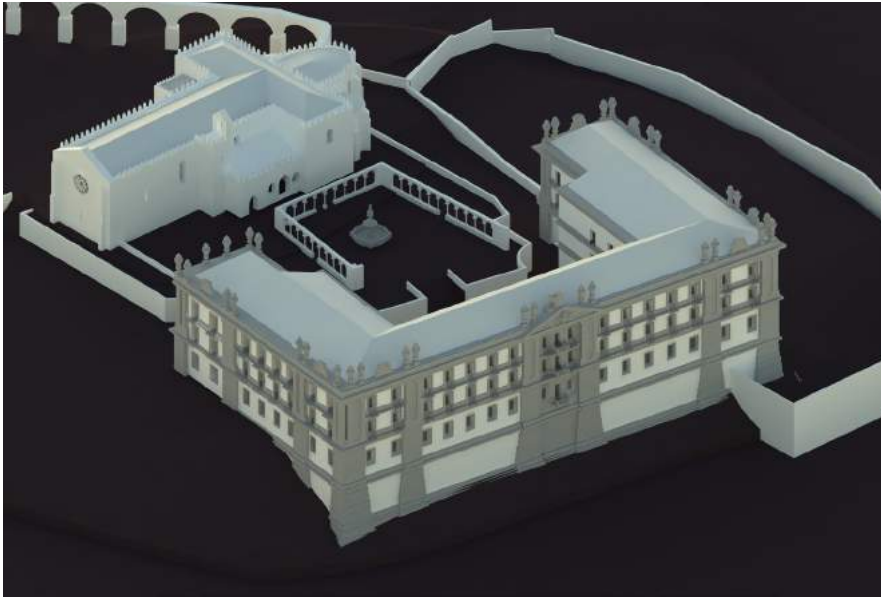


FIGURA 48 E 49. Conjunto Conventual de Santa Clara referente ao final do século XX- Vistas este e oeste, respetivamente.



FIGURA 50. Fotografia aquando a intervenção da DGEMN.
Fotografia retirada do sítio: www.monumentos.pt - igreja de Santa Clara

Ainda relativamente ao novo dormitório, para além do fecho dos topos laterais convém referir que obras como a renovação da cobertura, platibanda e finalização da ornamentação foram ações importantes, visto que garantiram uma continuidade da linguagem arquitetónica da sua fundação.

Enquanto Reformatório, o espaço compreendido entre o claustro e o pátio interior do novo dormitório mantiveram-se em contacto, possibilitando a interação dos menores com a igreja. No entanto, a última fase construtiva de Santa Clara ficou marcada pela reorganização paisagística de todo o ex-conjunto. É importante entender o que mudou num século e que hoje nos dá a conhecer o atual e extinto Mosteiro de Santa Clara, surgindo assim a oitava e última fase.

3.3.2. O ABANDONO DO EDIFÍCIO, SÉCULO XXI (8ª FASE)

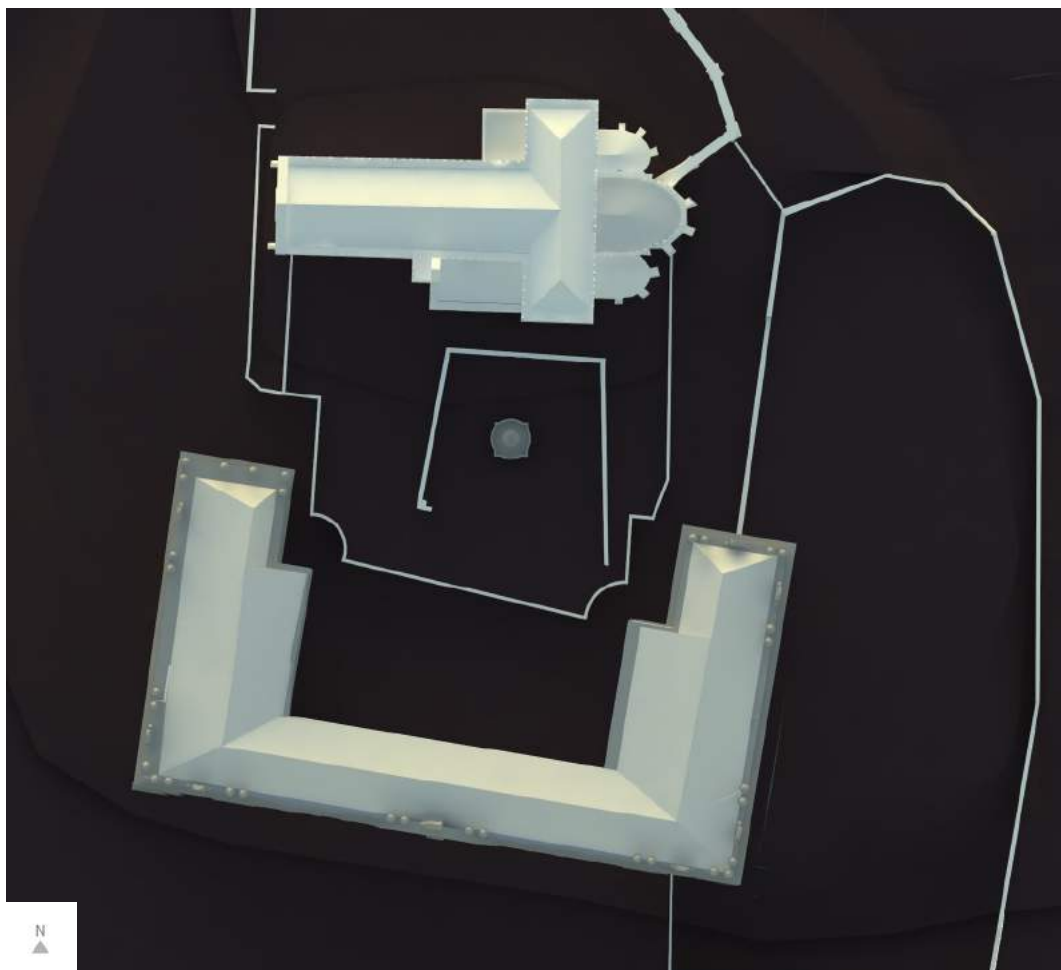


FIGURA 51. Conjunto Conventual de Santa Clara referente ao final do século XXI, vista aérea.

O século XXI vem determinar novamente o abandono do edifício. Com o programa de reabilitação para menores instalado no novo dormitório, o edifício ficou ocupado durante cerca de cem anos. No entanto, em 2007 o Reformatório encerrou funções e a extinta casa religiosa ficou de novo abandonada. Visto que foram *“adjudicadas as obras de construção para o novo centro educativo”*⁽⁵⁵⁾, de forma a poder dar continuidade ao programa para menores. Foi assim utilizado um terreno pertencente ao extinto mosteiro, para construir um novo edifício, que veio albergar o novo reformatório, que se manteve ativo até ao ano presente.

Apesar de ser um dado histórico importante, o seu abandono não é o único facto a merecer a nossa atenção, sendo que é o seu reajuste paisagístico que determina parte desta fase. Anteriormente foi referido que as volumetrias contactavam através dos pátios por uma escada. Todavia, esta fase quebra definitivamente essa ligação. A intervenção aconselhava a que: *“se separem os projetos, permanecendo um para a parte “moderna”, que inclui as cercas, com reformulações de pormenor, e outro para a parte “velha”, com anexo a ser construído (...)”*⁽⁵⁶⁾ *“A separação entre a parte Velha e a parte nova começou por ditar o fim à unidade do conjunto conventual”*⁽⁵⁷⁾

Enquanto ainda funcionava como casa de correção, havia exigências programáticas a serem cumpridas e neste período deu-se a separação dos programas através de um muro. Tal como foi visto na fase anterior, após as obras de reabilitação foram mantidas as escadas que uniam o pátio ao claustro. No entanto, no séc. XXI essa ligação foi quebrada através desta nova barreira que desconectou por completo o conjunto e que ainda hoje se mantém como é visível nas imagens.

Em 2007 quando se decide encerrar o funcionamento da casa de correção, o programa não foi extinto da cidade mas sim transferido para um dos terrenos pertencentes à cerca exterior do antigo mosteiro. O programa foi transferido pois já não havia lotação suficiente para a área do dormitório, existindo apenas 37 menores para todo aquele espaço.

Sem um programa e sem uma ocupação prevista, a extinta casa monástica fica de novo em espera. O facto de estar inabitada durante praticamente sete anos fez com que o edifício se degradasse, começando a ser perigoso já que, para além de ser vandalizado, parte da sua ornamentação das platibandas e varandas começaram a ruir. De forma a combater a destruição progressiva, a população mostrou-se ativa pois através de baixos-assinados e protestos constantes conseguiram alertar a autarquia da necessidade urgente de uma intervenção profunda no monumento. Foi assim que, no presente ano de 2014, no mês de Julho iniciaram-se as *obras*⁽⁵⁸⁾ que viriam a substituir a cobertura, as caixilharias e o reboco.

(55) Informação retirada do SIPA (Sistema de Informação do Património Arquitectónico) Mosteiro de Santa Clara.

(56) Actas do IV Encontro de História de Vila do Conde, Património Edificado: Memória e Reabilitação, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2005.

(57) Cópia da conclusão do Parecer nº 29565, do Conselho Superior das Obras públicas e Minas, datada de 13 de Fevereiro de 1908, DGEMN: DENN, 0684.1.

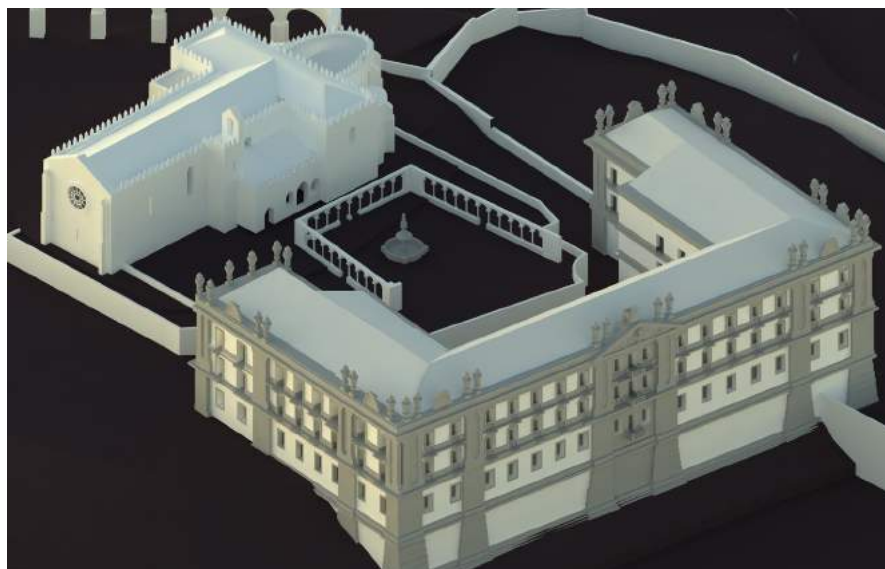
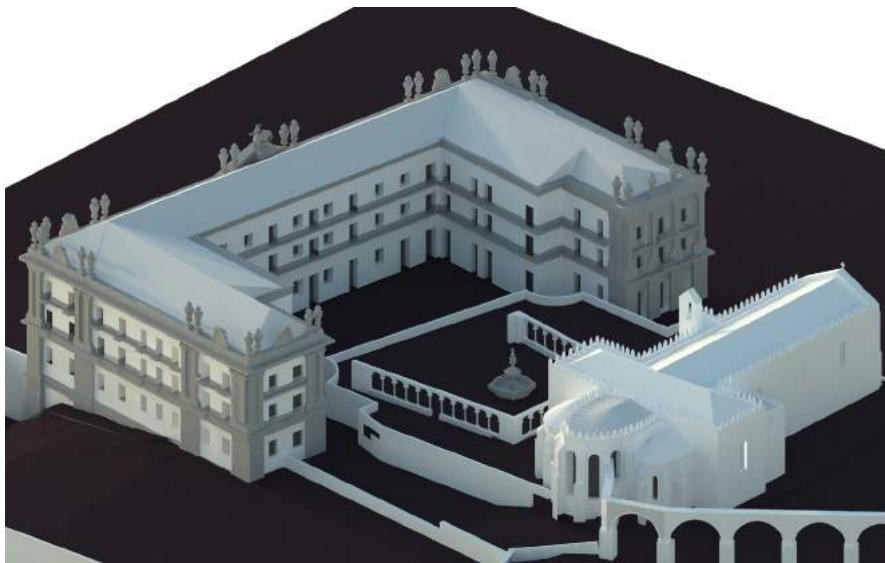


FIGURA 52 E 53. Conjunto Conventual de Santa Clara referente ao final do século XXI- Vistas este e oeste, respetivamente.



FIGURA 54. Fotografia do Reformatório de Vila do Conde, oficinas e indústria da Narfil.
Fotografia retirada do sitio da internet www.vilacondense.pt

Com uma nova composição arquitetónica, o conjunto chega até nós já com grande parte da sua história destruída. Hoje, é um espaço dividido que vai escondendo por entre as suas paredes vestígios daquilo que já foi. No entanto, pretende-se com este estudo da evolução histórico-constructiva possibilitar uma linha de raciocínio construtivo para que no futuro, de maneira a que qualquer intervenção feita não descure a história do mesmo.

(58) É importante referir que esta investigação teve o seu início no mês de Fevereiro, não havendo qualquer previsão de data para que as obras se iniciassem. Contudo, no mês de Julho estas começaram prolongado-se até ao final de 2014. Este intervalo de tempo, antes e durante da intervenção tornou-se vantajoso do ponto de vista arquitetónico. Entender o que muda (aspecto estético, marcas do passado) permite um olhar mais crítico acerca do que implica reabilitar.

3.4. O SONHO DAS CLARISSAS, SÉC. XVIII E XIX

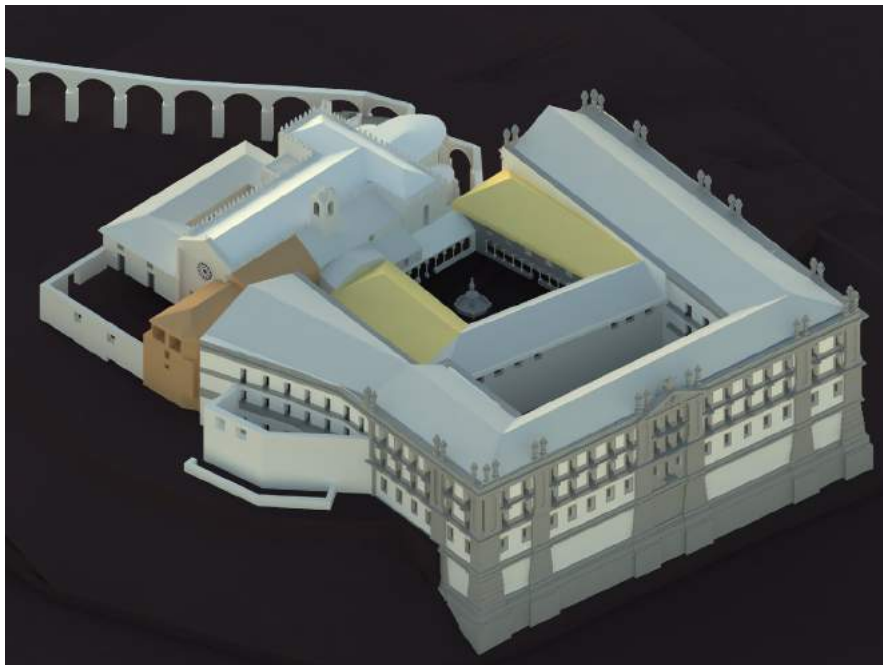


FIGURA 55 E 56. Possível composição volumetrica do conjunto conventual, referente à intenção das clarissas em comunicar ambos edifícios: primitivos e novos. Zonas a amarelo: zonas a destruir para a concretização do projeto descrito, zonas a sépia: zonas de quais se desconhece a existência nesta fase.

O “sonho das clarissas” corresponde a uma hipotética última fase construtiva, uma vez que jamais se realizou. Contudo, não deixa de ser importante mencioná-la já que demonstra a grandiosidade do conjunto conventual do século XIX, se este tivesse materializado o derradeiro projeto idealizado. Iniciado no século XVIII, o novo dormitório tinha como objetivo substituir as funções da dependência primitiva. Neste seguimento, o “sonho” representa, utopicamente, o expoente máximo da construção do complexo monástico de Vila do Conde antes da extinção das ordens religiosas.

Como se pode ver através das imagens 55 e 56, os dois dormitórios (antigo e novo) comunicariam entre si através das alas laterais. Já no espaço que restaria entre elas conformar-se-iam dois claustros distintos a diferentes cotas; o novo relacionar-se-ia diretamente com a igreja, pois muito possivelmente a ala oeste chegaria a fazer a transição entre ambas as volumetrias. Assim, os três espaços (igreja, antigo e novo dormitório) estariam em contacto e possibilitariam uma vida de extrema clausura, dado que o novo volume encerraria por completo o dormitório primitivo. Tratar-se-ia de um edifício de grandes dimensões com uma relação direta com a margem do rio Ave e com a malha urbana. As zonas representadas a amarelo dizem respeito a possíveis demolições. Uma vez as alas do novo dormitório encerradas, poderia proceder-se à destruição das partes primitivas, à exceção eventual do corpo central, que passaria a unir as duas novas alas. Com este reajuste o pátio cresceria, a comunicação entre os volumes estaria assegurada e a lotação do mosteiro passaria para o dobro. Este exemplo de acréscimo e consequente demolição não seria um caso isolado, visto que o Mosteiro de Tibães, entre outros, sofreram a mesma alteração, como se pode ler: *“Do ponto de vista do modelo arquitectónico monástico, o resultado do programa construtivo acima descrito traduziu-se num conjunto edificado composto por igreja, dois claustros desenvolvendo-se para Sul (...) repetindo a solução da edificação quinhentista”*⁽⁵⁹⁾

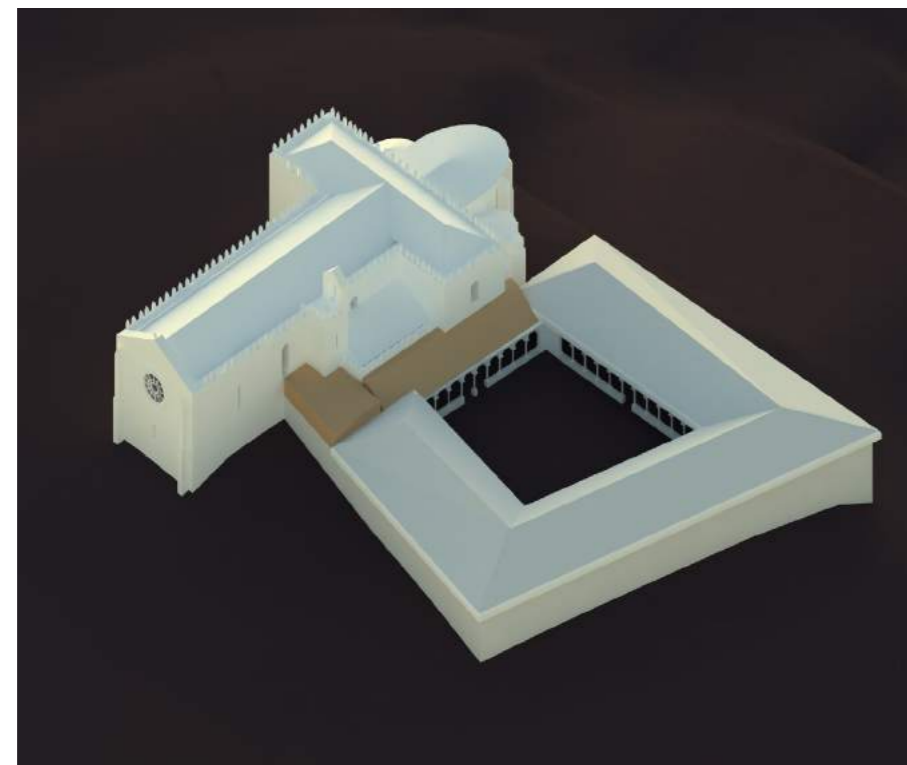
Com a sua conclusão prevista para o século XIX, este conjunto conventual pode ser comparado aos grandes paços e ou palácios que, por esta altura, foram surgindo no país, como é o caso do Convento de Mafra, do Paço Episcopal no Porto ou do Palácio da Ajuda em Lisboa. A diferença de cotas entre o edifício e a restante malha urbana eleva ainda mais a sua arquitetura tornando-os ativos na presença citadina e enquadrando-os numa cenografia arquitetónica, resultante de um pensamento e linguagem barroca, nalguns casos até neoclacista. De formas limpas, o seu desenho procura simetria e repetição modular, de modo a obter um equilíbrio compositivo; parece uma estrutura elevada à categoria de acrópole. Tal aconteceu com o Mosteiro de Santa Clara em Vila do Conde, uma vez que o seu complexo edificado foi destacado da restante malha urbana, não só devido à sua implantação, como também devido à sua dimensão e importância social, podendo quase afirmar-se que no norte dificilmente se encontra um edifício de tal proporção. Apesar deste projeto não ter sido possível completar, ainda hoje o edifício se assume perante a cidade através da sua localização e da fachada imponente que se volta para o rio Ave, como se pode constatar na figura 54. A volumetria correspondeu sempre à importância social que lhe era atribuída. Como tal, a sua ocupação e o seu espaço interior também se foram adaptando às exigências das várias funções. Desta forma, o “sonho das clarissas” representa o auge do programa edificativo que acabou por ser amputado aquando da extinção das ordens religiosas.

(59) FONTES, Luís - *Mosteiro de São Martinho de Tibães: o contributo da Arqueologia*, Congresso Património, 2010.

EVOLUÇÃO ESTRATIGRÁFICA



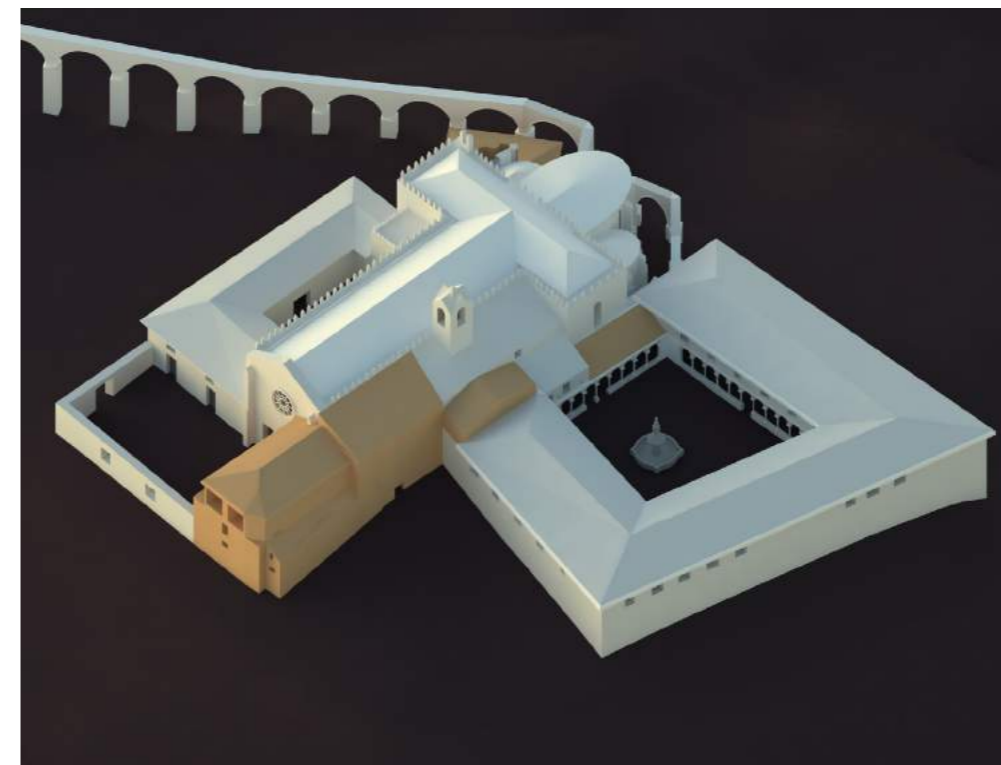
FIGURA 57. Estudo e estratigrafia do Mosteiro de Santa Clara.



1ª Fase, século XIV



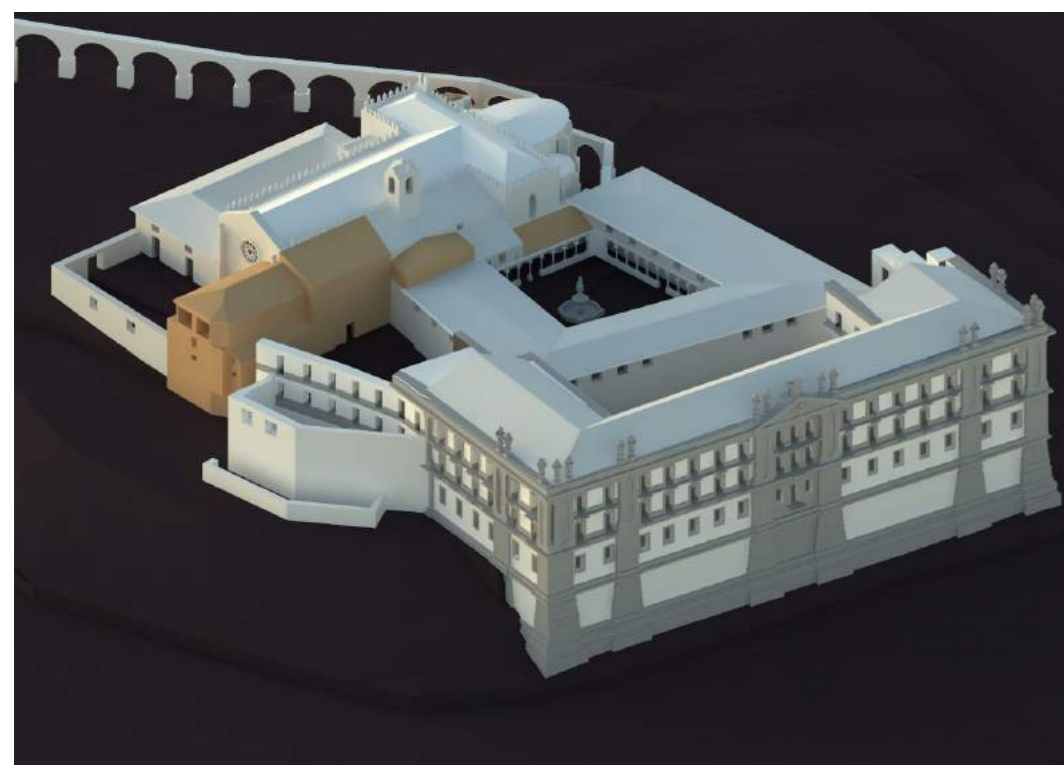
2ª Fase, séculos XV e XVI



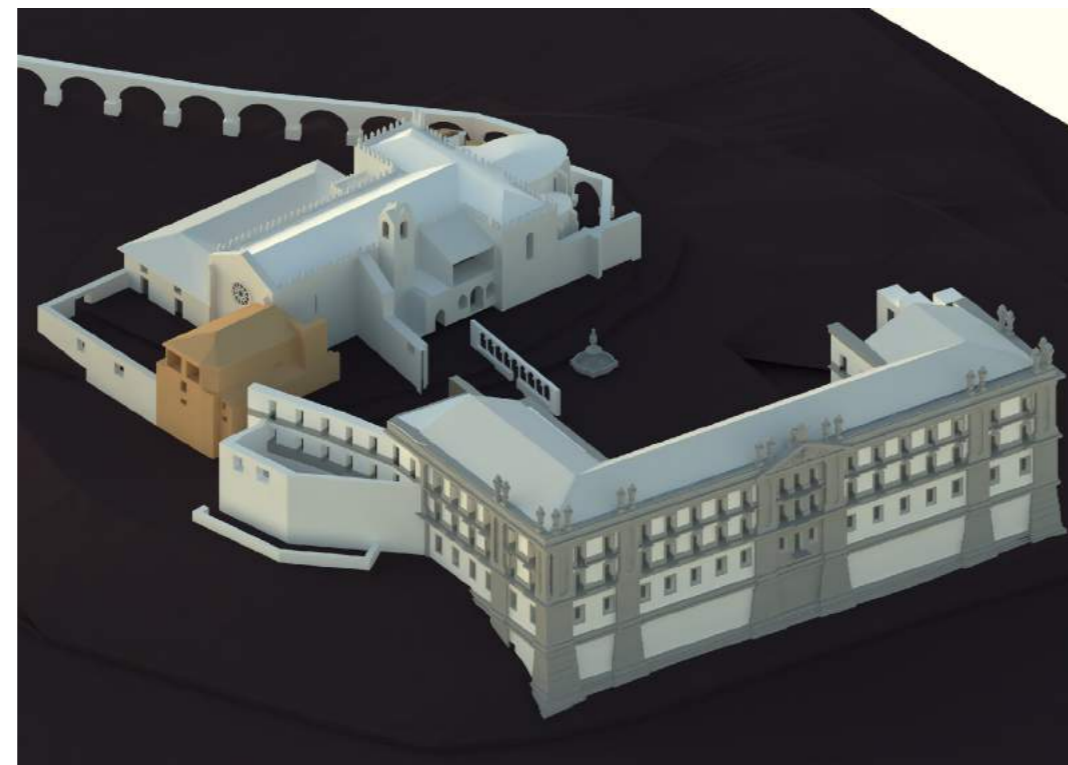
3ª Fase, século XVII



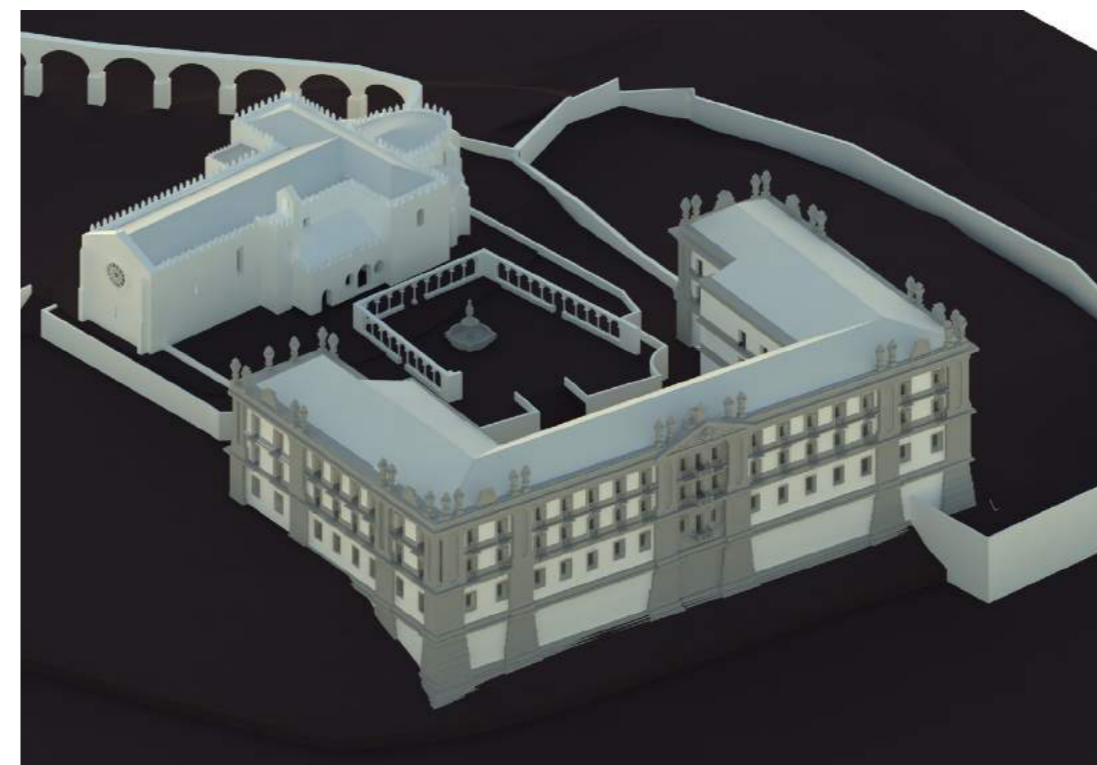
4ª Fase, século XVIII



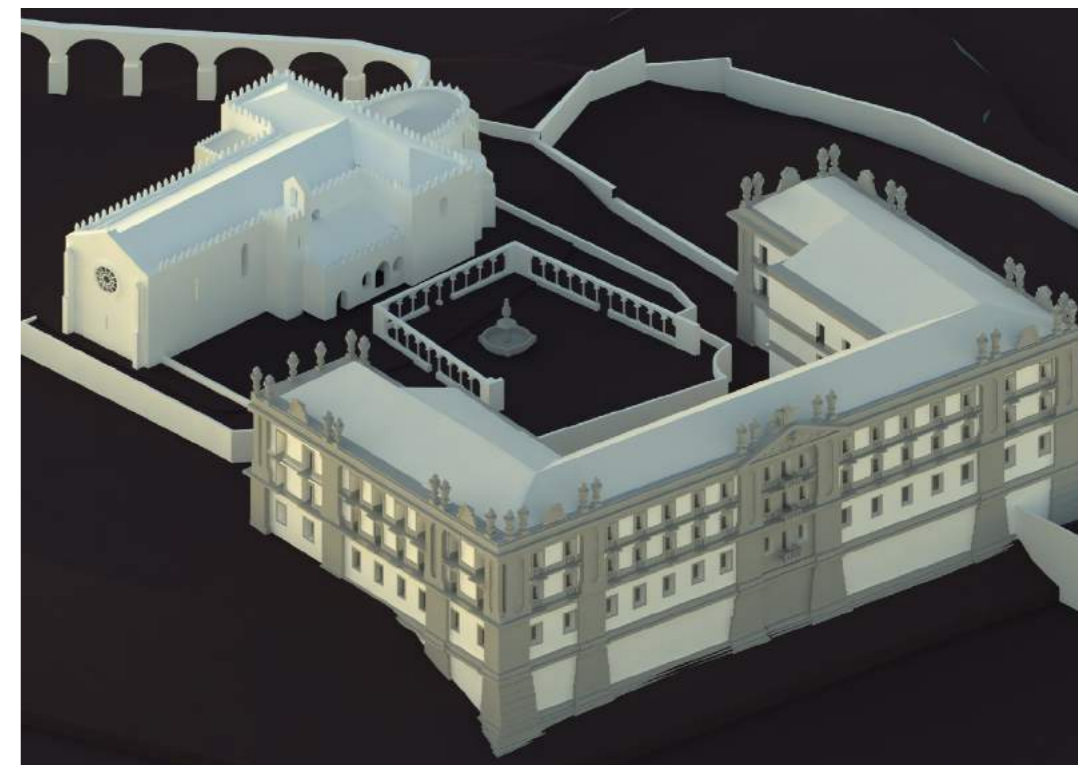
5ª Fase, século XIX



6ª Fase, início do século XX



7ª Fase, final do século XX



8ª Fase, século XXI

FIGURA 58. Estudo e evolução tridimensional do Mosteiro de Santa Clara; zonas a sépia: volumetrias em dúvida, sabe-se da sua existência mas desconhece-se as suas verdadeiras proporções.

4.1. DO ESTUDO GEOMÉTRICO

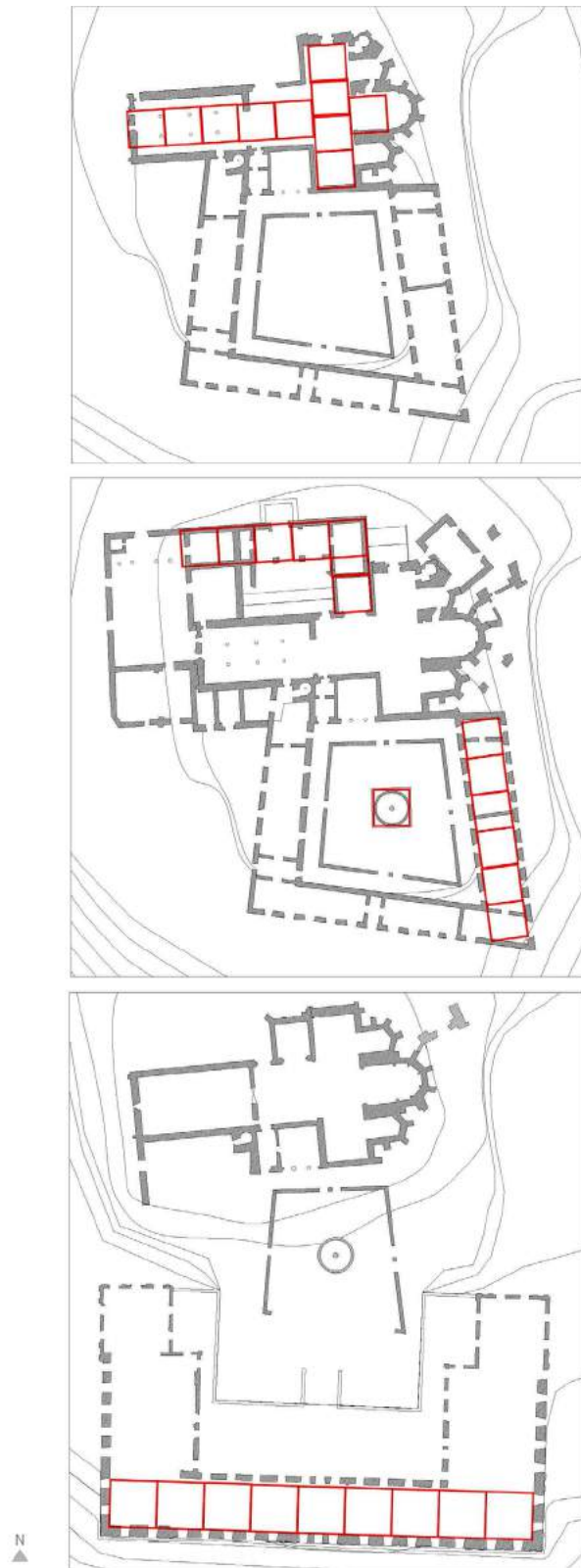


FIGURA 59. Estudo geométrico do Conjunto Conventual de Vila do Conde, 1ª, 2ª e 7ª fases, respetivamente.

O estudo morfológico do Mosteiro de Santa Clara ajuda-nos a clarificar métodos como também influências arquitetónicas, o que, por sua vez, possibilita enquadrar as fases construtivas anteriormente analisadas, num período de tempo específico. Desta forma, analisar-se-á morfológicamente as três principais fases do complexo religioso de Vila do Conde: o traçado da sua fundação, composto pela igreja e pelo dormitório primitivo; a adição das volumetrias adossadas à igreja, que concluem o projeto inicial previsto para o Mosteiro; e o desenho após a intervenção da DGEMN, que reabilita e conclui as obras no conjunto conventual após a derrocada do século XX.

Nas plantas estão representados os módulos construtivos, referentes à proporção da capela-mor. Esta proporção surge do pensamento antropomórfico associado ao espaço religioso ou seja, a capela-mor que representa o início, a cabeça humana- uma medida base que se repete e confere a modelação necessária para a conformação do restante corpo da igreja visto que: “à escala do edifício sagrado terá que se associar a perfeição e a regularidade da sua construção (...) a sua sigularidade afirma-se também pela clareza dos volumes geometricamente simples e bem definidos, numa transposição simbólica que assumirá grande relevo em toda a concepção do edifício (...), utilizando formas e relações proporcionais, que terão de ter, necessariamente, um significado profundo, constituindo uma geometria sagrada.”⁽⁶⁰⁾

O sistema métrico utilizado para a definição do módulo parte da medida mais usada em Portugal na transição do século XV para o XVI, correspondente ao *palmo craveiro*⁽⁶¹⁾. Assim sendo, a modulação em causa diz respeito a 3,5 braças e numa primeira fase acaba por se repetir não só na nave, como também no transepto. Como se pode então ver, a nave central compõe-se por 5 módulos e o transepto por 4. Já na segunda planta, percebe-se que a Capela dos Fundadores e o dormitório das Clarissas também se conformam segundo a mesmo módulo, ou seja, apesar de terem sido construídos em séculos diferentes a medida construtiva manteve-se. Neste caso, a ala lateral este do dormitório primitivo é composta por 6 módulos. O mesmo acontece com a fonte, em que a modelação volta a ser usada, o que permite afirmar que a capela-mor poderia ter sido de facto a proporção base para construção do corpo da igreja, respetivos dormitórios e acrescentos posteriores. Contudo, quando se olha para a última fase construtiva, referente ao novo dormitório, é perceptível a mudança da métrica, passando a ser usado o módulo referente a 4 braças e que se conforma segundo a largura da ala sul (primeiro corpo do edifício a ser construído).

Como pode esta métrica ajudar uma intervenção futura? Muitos arquitetos quando intervencionam monumentos históricos procuram uma referência, uma base que possa suportar um projeto e, muitas vezes, essa referência diz respeito a uma medida, a uma regra construtiva primitiva.

(60) PEREIRA, Paulo - *História da Arte Portuguesa, Temas e Debates*, 1995, p.205.

(61) Através da multiplicação do palmo craveiro por cinco, obtem-se a vara ou a meia braça referente a 110cm. A medida da braça corresponde assim a 220cm. in CUNHA, Rui Maneira- *As medidas na arquitetura, séculos XIII-XVIII. O estudo de Monsaraz*, 2003, p.66.

Veja-se a intervenção do arquiteto Fernando Távora na Pousada de Santa Marinha na Costa em que a construção dos dormitórios não retira protagonismo ao volume preexistente mas sim salvaguarda-o de intervenções mais contemporaneas.

Tal como a Carta de Veneza de 1964, Fernando Távora defende que a história do edifício deve ser parte integrante do projeto, assumindo cada fase de construção uma vez que o objetivo é o de “*continuar- inovando, isto é, o de contribuir para prossecução da vida já longa do velho edifício, conservando e reafirmando os seus espaços mais significativos ou criando espaços resultantes de novos condicionamentos programáticos.*”⁽⁶²⁾ No fundo, a intervenção baseia-se na reinterpretação histórica do edifício ao gosto modernista “*na certeza de que outros séculos virão e com eles outras transformações...*”⁽⁶³⁾

O estudo de cada fase construtiva e sucessiva análise morfológica e evolutiva, possibilita isso mesmo, um “*diálogo, afirmando mais as semelhanças e a continuidade do que a cultivando a diferença e a ruptura. Tal diálogo constituiu mais um método por meio do qual se sintetizaram as duas vertentes complementares a considerar na recuperação de uma pré-existência: o conhecimento rigoroso da sua evolução e dos seus valores, através da arqueologia e da história, e uma concepção criativa na avaliação desses valores e na elaboração do processo da sua transformação.*”⁽⁶⁴⁾ Segundo Távora podemos afirmar que, apesar de existir uma regra por detrás da evolução histórica, o nosso papel enquanto arquitetos é descobrir uma reinterpretação dessa regra de modo a que nossa leitura se complemente com a história, prolongando, assim, o legado do edifício visto que cada obra é *única e insubstituível*.⁽⁶⁵⁾

(62) Fernando Távora cit. Alexandre Alves Costa, Luis Trigueiro (ed.)- Fernando Távora, Lisboa, Blau 1993, p.116.

(63) Idem

(64) Fernando Távora- Pousada de Santa Marinha, Guimarães, Boletim da DGEMN, n°130, Lisboa DGEMN, 1985 p.77.

(65) Ver Alexandre Alves Costa - *Pousada do Convento de Santa Marinha da Costa* em Portugal Arquitectura do século XX, Lisboa: Portugal- Frankfurt 97, 1997, p.276.

4.2. COMPARAÇÃO COM OUTROS CASOS DE ESTUDO

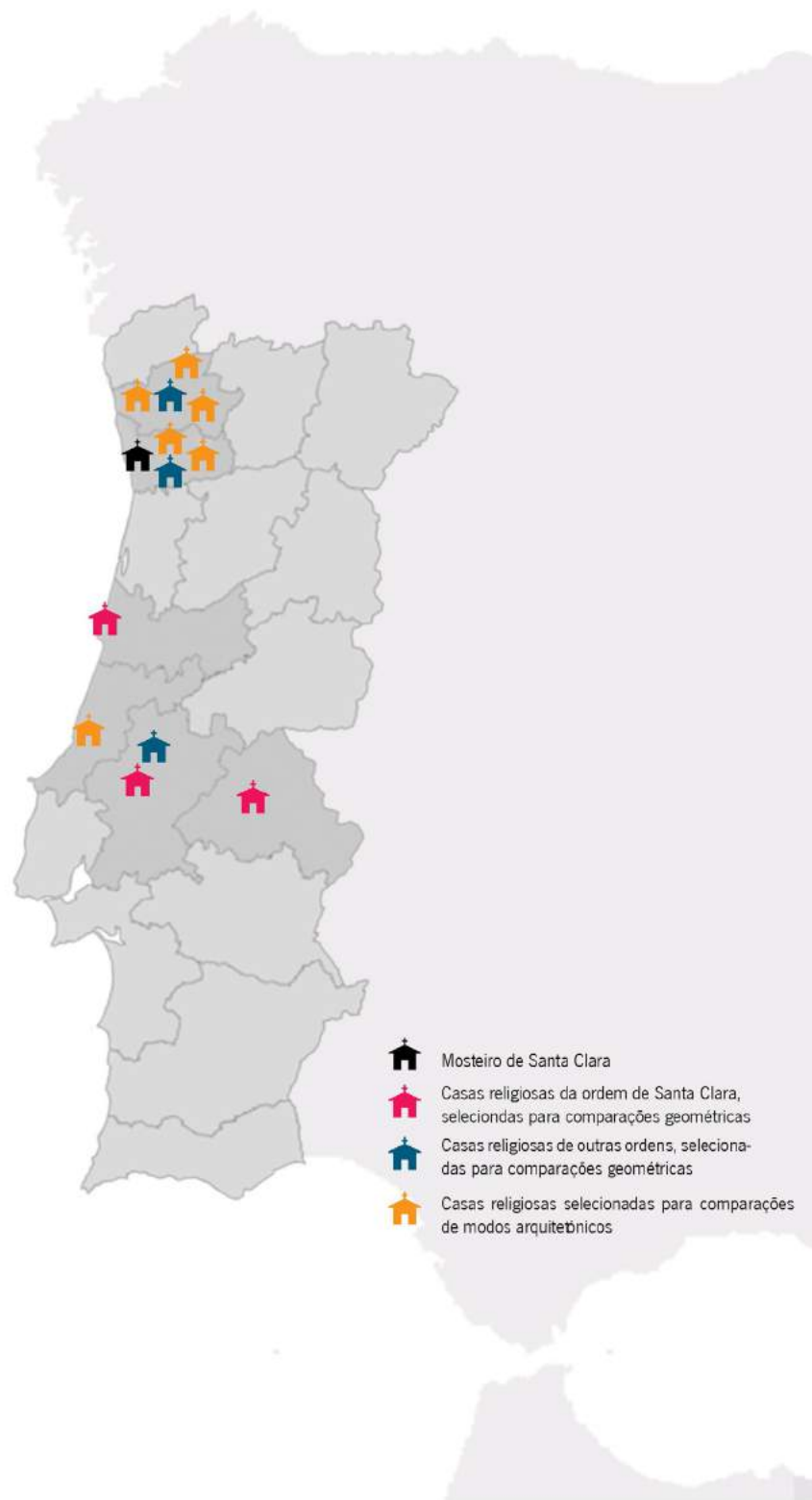


FIGURA 60. Mapa com as localizações das casas religiosas estudadas.

“A arquitectura é uma das produções humanas mais caracterizadoras do quadro mental de uma cultura, de uma civilização.”⁽⁶⁶⁾ como tal, é importante estabelecer comparações entre o objeto de estudo e outras casas religiosas de forma a compreender como estas se conformam, constituindo uma linguagem arquitetónica que se vai desenvolvendo ao longo dos tempos.

Num contexto de experimentação construtiva, proveniente de uma sociedade já da Idade Média, surge a “relação que assim estabelece entre as formas abstratas da Matemática, as proporções humanas e as medidas dos objectos produzidos pelo Homem, que define uma estrutura na qual se desenha a imagem medieval”⁽⁶⁷⁾

Através da análise dos edifícios do período medieval podem ser percebidos os diferentes factores que determinam as características da arquitetura da Idade Média. Apesar das suas diferenças (territoriais, programáticas e sociais) há elementos unificadores que partem de uma igual forma de pensar o projeto.

A comparação morfológica entre diversos casos de estudo permite, assim, verificar os princípios e técnicas construtivas medievais. Estando associadas a um período de expansão territorial e de crescimento demográfico, estas casas religiosas implantaram-se em vários pontos do país e por conseguinte, com elas surgiram vários mestres que acabaram por ter um papel determinante na forma e na estética destes edifícios de culto. Contudo, houve uma relação/ proporção entre os complexos religiosos pois “se por um lado a diversidade enunciada e uma vasta trama de influências e de princípios que determinam a singularidade de cada edifício, por outro, os seus princípios nucleares permitiram percebê-los no conjunto da concepção dos seus fundamentos construtivos.”⁽⁶⁸⁾ Todavia, as regras e as proporções dependiam “de factores territoriais que se baseavam no apego às tradições construtivas locais; o saber erudito do sentido da arquitetura era frequentemente mal assimilado ou estruturado com influências da cultura regional.”⁽⁶⁹⁾

Neste cenário transitivo de pensamentos e definições métricas, os mosteiros acabaram por contribuir para a unificação dos saberes uma vez que, eram os monges os responsáveis pela transmissão do conhecimento, consolidando assim, os princípios construtivos que criaram uma transversalidade arquitetónica entre as casas religiosas. Porém, a existência de várias ordens monásticas fez com que cada uma delas desenvolvesse um determinado valor, um determinado modelo, forma ou expressão para os seus espaços religiosos. Como é que então, este saber medieval influencia o desenho do Mosteiro de Santa Clara? Como se relaciona com outros complexos religiosos ao longo do país?

(66) LOPES, Hugo. *Os mosteiros medievais como edifício de saber*, Tese de Mestrado pelo ISCTE, 2003.

(67) Idem

(68) Idem

(69) Idem

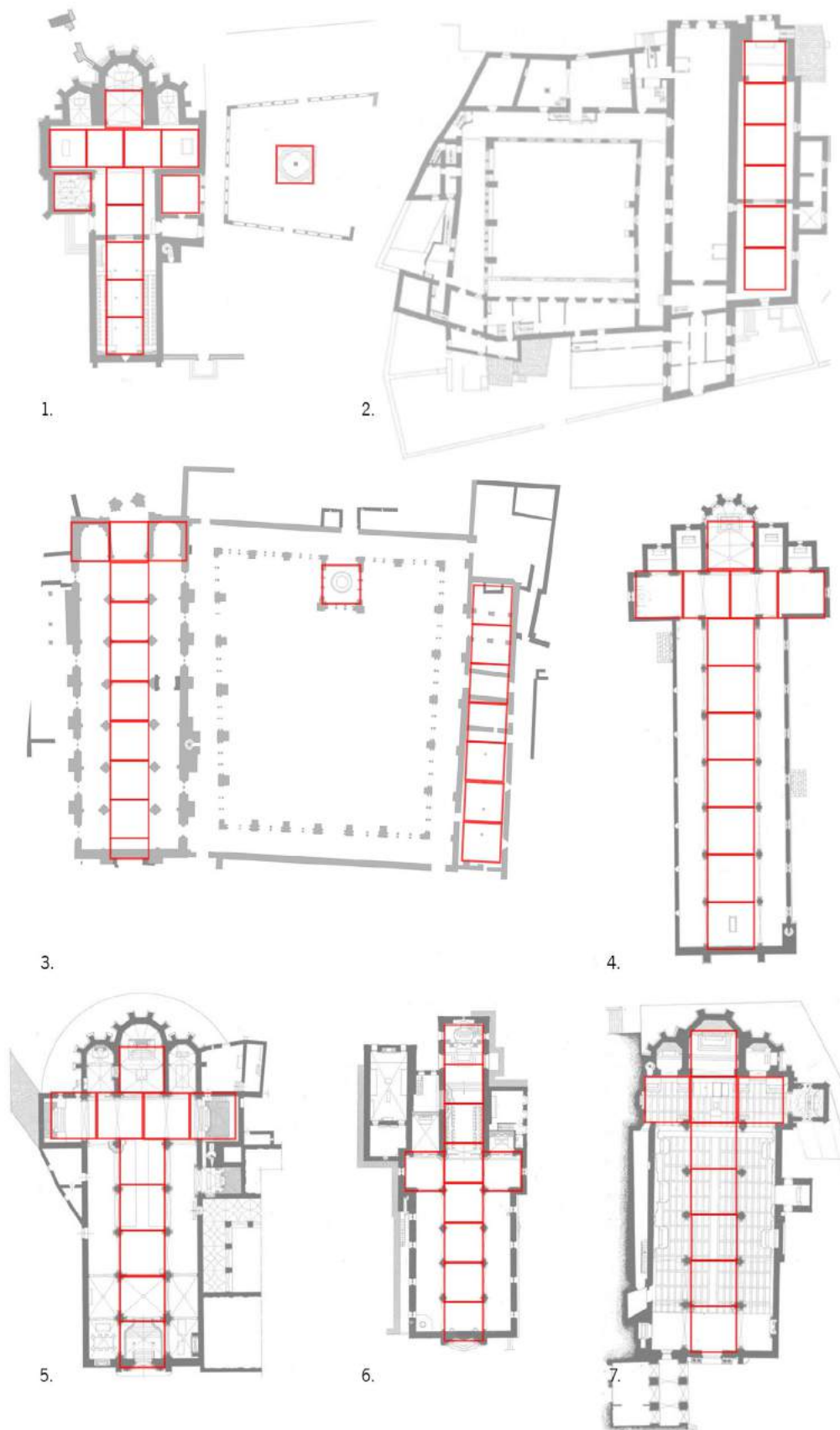


FIGURA 61. Esquema de proporções das igrejas estudadas.

1. Igreja de Santa Clara em Vila do Conde, 2. Igreja de Santa Clara em Portalegre, 3. Igreja de Santa Clara-a-Velha em Coimbra, 4. Igreja de Santa Clara em Santarém, 5. Igreja de S. Francisco no Porto, 6. Igreja de São Domingos em Guimarães, 7. Igreja da Graça em Santarém.

Plantas retiradas do sítio: www.monumentos.pt

Uma vez que o conhecimento procurava uma transversalidade de pensamentos, independentemente da ordem monástica, optou-se por selecionar para a seguinte comparação três casos coevos à fundação da ordem Terceira de S. Francisco: a igreja de Santa Clara em Portalegre, a igreja de Santa Clara-velha em Coimbra, a igreja de Santa Clara em Santarém; e outras três referentes à ordem franciscana, dominicana e agostinha: a igreja de S. Francisco no Porto, a igreja de S. Domingos em Guimarães e a igreja da Graça em Santarém, respetivamente, de forma a entender os aspectos construtivos comuns entre todas elas.

Estes casos de estudo partilham o mesmo intervalo de tempo em que foram fundados, entre o século XII-XIV, garantindo assim a partilha de um pensamento ainda medieval.

Apesar de terem sido construídas em tempos bastante próximos, as suas tipologias não coincidem, podendo ser agrupadas em três grupos distintos: as igrejas de planta de cruz latina (igreja de Santa Clara em Santarém, igreja da Graça em Santarém e igreja de S. Francisco no Porto), as igrejas de planta longitudinal e perfil basilical de 3 naves (igreja de Santa Clara-velha em Coimbra e igreja de S. Domingos em Guimarães) e as igreja-salão (igreja de Santa Clara em Portalegre). Todavia, como se pode ver através das imagens, a igreja de Santa Clara em Vila do Conde, estranhamente, não se identifica com nenhuma tipologia específica mas sim, resulta da junção do modelo da planta de cruz latina (onde são associadas normalmente as 3 naves) e da planta da igreja-salão. O facto de não lhe conseguir nomear uma regra precisa, leva a que seja necessário fazer estudos métricos dos casos apresentados, de modo a perceber então o ponto comum entre todos eles. Tal como foi feito no capítulo anterior, foi utilizada a proporção da capela-mor (cada caso tem a sua medida específica dependendo da medida da capela-mor) nos exemplos propostos de modo a entender se de facto poderia ter sido uma referência construtiva ou não. Assim, da observação do esquema geométrico apresentado, percebe-se que essa proporção parece ser uma regra projetual. Podendo concluir que, independentemente da ordem religiosa ou da tipologia, o saber medieval parte de uma modulação quadrada para a conformação dos espaços religiosos. Exemplo disso são os casos aqui apresentados, constituídos maioritariamente por 5 módulos na nave central, havendo exceções como é o caso da igreja de Santa Clara em Portalegre com 3; a igreja de Santa Clara-velha em Coimbra com 7,5 e a igreja de Santa Clara em Santarém com 7. Em relação ao transepto, à exceção da igreja de Coimbra e da de Portalegre, os restantes casos são conformados com 3 ou 4 módulos. Pode-se afirmar então, que a proporção da capela-mor desenha o espaço do complexo religioso segundo a medida quadrada do módulo ou a sua metade.

O sistema métrico fundamenta o módulo no entanto, não estabelece uma medida exata pois cada caso de estudo enquadra-se de forma singular no território, não havendo uma medida chave mas sim uma organização modular em todos os exemplos. Da análise geométrica feita pode-se também concluir que as casas religiosas que mais se assemelham com a igreja de Vila do Conde são: a igreja da Graça em Santarém e a igreja de S. Francisco no Porto, ambas constituídas por 5 módulos na nave.

Através da comparação efetuada e do estudo morfológico do Mosteiro de Vila do Conde podem-se concluir dois aspectos que embora distintos acabam por se complementar. O estudo da proporção possibilita interligar o sistema construtivo utilizado no objeto de estudo a outras casas religiosas. No entanto, apesar de haver uma pré-existência modular, quando as Clarissas decidem construir o novo

dormitório no século XVIII este, conforma-se com uma nova métrica, não respeitando a medida medieval. Esta mudança pode claro, ter-se dado devido ao período em que se insere e ao gosto da época. Todavia, hoje quando se pensa numa intervenção ou num projeto que possa complementar o já existente, deve-se enquadrar uma medida já estudada, de modo a que, a nível compositivo, o projeto e respetivo desenho comuniquem, respeitando e não desvirtuando as construções e proporções históricas.

4.3. REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS

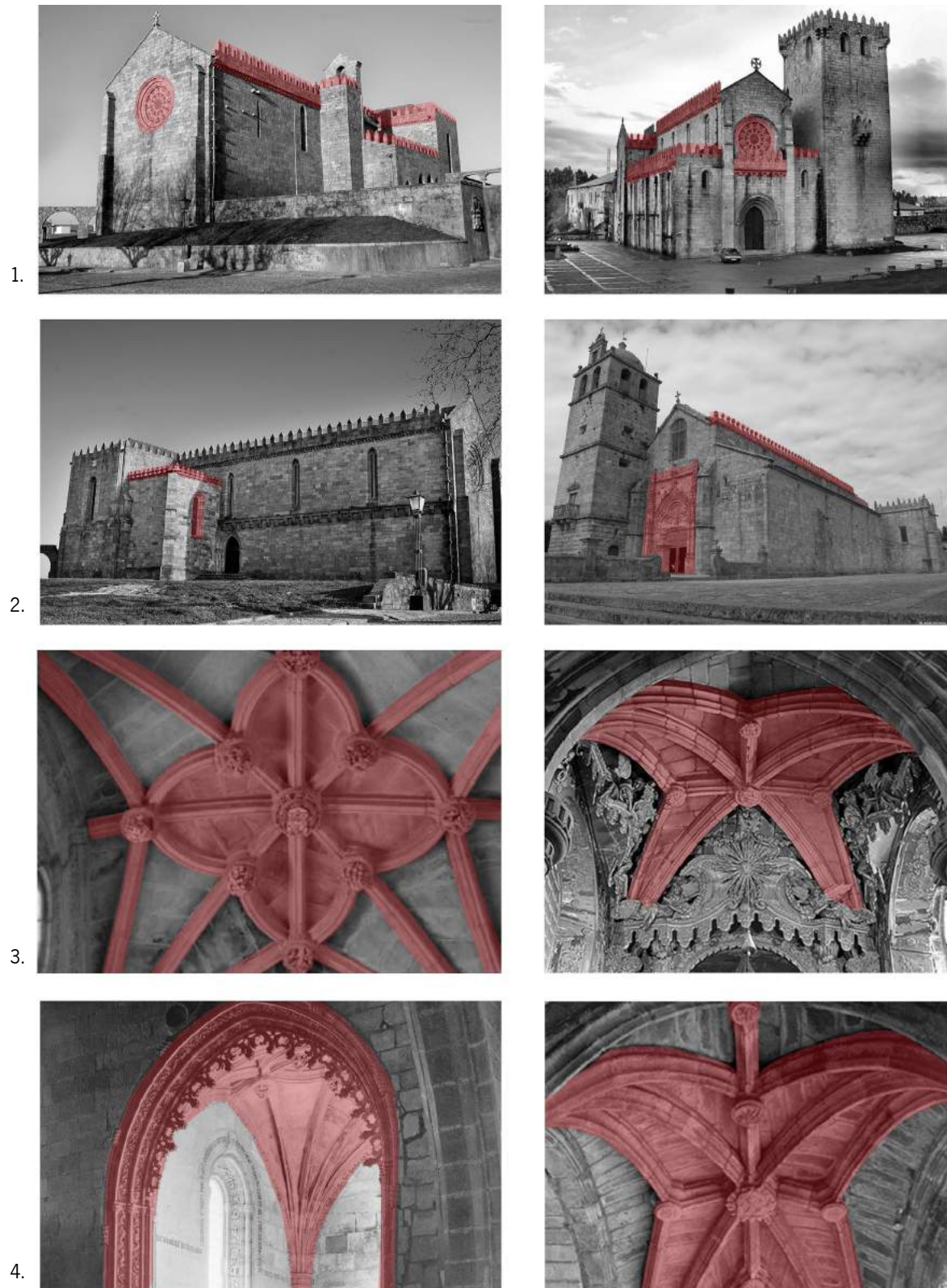


FIGURA 62. Influências arquitetónicas.

1. Igreja de Santa Clara, Vila do Conde e igreja de Leça do Balio, Porto; 2. Igreja de Santa Clara em Vila do Conde e Igreja Matriz de Vila do Conde; 3. Capela dos Fundadores, Vila do Conde e Igreja Matriz, Vila do Conde; 4. Capela dos Fundadores, Vila do Conde e Sé de Braga.

Imagens 1,2 e 4, retiradas do sítio: www.monumentos.pt e trabalhadas pela autora

Como foi possível concluir da análise feita anteriormente, mesmo os exemplos mais afastados geograficamente e de ordens monásticas distintas, partilharam um conhecimento transversal podendo enquadrar cada fase construtiva não só num período de tempo específico, como também num modo arquitetónico. Uma vez mais, para que seja possível associar cada camada a um modo recorreu-se à análise das três principais fases: a fundação do mosteiro (1ª fase), o acrescento da Capela dos Fundadores (2ª fase) e o novo dormitório (4ª fase).

Atualmente, tal como se pode observar, o conjunto conventual está dividido, como se se pudesse percorrer a igreja e o dormitório separadamente. De facto, a sua separação temporal e implantacional facilita-nos a análise do complexo monástico. A igreja- elemento representativo do traçado primitivo, apresenta as suas principais intervenções nos séculos XIV, XV e XVI. Já o novo dormitório regista as maiores marcas construtivas nos séculos XVIII e XX.

De modo a poder associar cada um destes registos arquitetónicos a um modo, recorreu-se a comparações com outras casas religiosas. Tal como na forma de construir, também na aplicação de novos sistemas construtivos e de novas expressões arquitetónicas, houve uma passagem de saberes ao longo do território à medida que estas se desenvolviam. Assim, é na comparação com as várias casas religiosas que se conseguem perceber as influências arquitetónicas exteriores, que contribuíram para a estética do extinto Mosteiro de Santa Clara em Vila do Conde.

Observando a arquitetura original do século XIV, denota-se uma construção maciça em pedra, decorada com merlões e com cornijas ornamentadas com cachorros, remetendo o seu aspeto exterior a um léxico de arquitetura militar, podendo quase afirmar-se que se trata de uma igreja fortificada. Assim, por comparação com um monumento já catalogado como referência nacional desta tipologia de igreja fortificada, a igreja de Leça do Balio, percebem-se as várias semelhanças entre ambas: as pequenas entradas de luz, a arquitetura pesada, a coroa ameada e o seu aspeto fortificado que pretendia proteger os fiéis e o edifício divino do mundo *pagão* ⁽⁷⁰⁾. Todavia, estas igrejas (Balio e Santa Clara) também mostram uma arquitetura mais cuidada em alguns ponto-chave como: a capela-mor, em algumas aberturas em que já é utilizado o arco-quebrado, e na grande rosácea que marca, em ambas, a fachada principal. Elementos que buscavam uma nova inspiração, a luz. Eram então, tempos de experimentação em que: *“todas as linhas e ornatos arquitetónicos, a arte gótica esplende, mas cautelosamente reprimida nas suas liberdades decorativas pelo rigor da regra imposta ao convento. Arquitetos seduzidos embora pela magia da nova arte, não deixaram de a impregnar na austera religiosidade do Velho românico.”*⁽⁷¹⁾

(70) As igrejas fortificadas normalmente possuíam “as torres que flanqueiam a porta do templo, o início do percurso, têm também um fortíssimo sentido simbólico: elas são a força militar que afasta os inimigos da Fé- intimidando-os pela exibição da sua fortaleza.” in RODRIGUES, Jorge, História da Arte Portuguesa (dir. Paulo Pereira), O Mundo Românico, vol. II

(71) Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a igreja de Santa Clara de Vila do Conde nº 14, Dezembro de 1938.

5.



6.



7.



8.



FIGURA 63. Influências arquitetônicas.

5. Mosteiro de Santa Clara em Vila do Conde; 6. Paço Episcopal do Porto; 7. Santuário do Bom Jesus, Braga; 8. Convento de Mafra

Imagens retiradas do sítio: 5: www.vilacondense.pt; 6: www.flickr.com por António Oliveira; e portoarc.blogspot.pt; 7: espacomemoria.blogspot.pt; e <http://portugalidade.pt>; 8. <http://hca-desenvolvimento.blogspot.pt>/ e myguide.iol.pt

Por toda a Europa o Gótico já se tinha aperfeiçoado. A sua arquitetura buscava cada vez mais a verticalidade, a luz e a decoração excessiva, passando o modo a ser denominado de Gótico Flamejante. Graças à expansão marítima e aos descobrimentos foi possível Portugal receber tais influências e saberes, podendo assim adotar o novo gosto nas construções. Todavia, este modo foi reinterpretado surgindo o manuelino, modo que se enquadra numa transição da Idade Média para a Idade Moderna acabando por manter como base artística uma estrutura ainda Gótica. É um *estilo* que se baseia na decoração e que vai marcar não só a arquitetura civil como a religiosa, tal como afirma Pedro Dias⁽⁷²⁾.

De facto, esta corrente mais nacionalista acaba também ela por estar representada na igreja de Santa Clara. Veja-se a Capela dos Fundadores, acrescento executado no século XVI que nos impressiona “*pelo conjunto (...) em estylo gothico-florido, transição do estylo gothico para o da renascença (...) e onde repousam os restos mortaes dos Fundadores (...)*”⁽⁷³⁾ em que estão presentes elementos associados à heráldica, vegetalistas e na aplicação de um novo sistema abobadado, a abóbada decombados. Por esta altura, ainda em Vila do Conde, estava João de Castilho a trabalhar na igreja Matriz. Desta forma, é possível olhar para a arquitetura praticada em ambas de modo a entender as suas semelhanças. É assim notória, a utilização dos frisos trabalhados, as abóbadas estreladas, a decoração vegetalista, as referências à coroa portuguesa e a aplicação de gárgulas como elementos defensores da casa religiosa. Embora se possa estar a comenter uma falácia, pode-se quase afirmar que pela proximidade entre ambos complexos religiosos, poderia ter havido influências arquitetónicas por parte do mestre Castilho na Capela dos Fundadores uma vez que, ele se encontrava em Vila do Conde por esta altura, só ele e a sua equipa faziam este tipo de abóbada. A Sé de Braga é outra das intervenções de Castilho e uma vez mais, em muito se assemelha com a abóbada da igreja Matriz de Vila do Conde e por conseguinte, com a da igreja de Santa Clara.

O manuelino não fica apenas registado em pequenos acrescentos, obras emblemáticas como o Mosteiro dos Jerónimos ou o da Batalha evidenciam ainda mais esta tendência nacionalista e que em muito se identificam com o caso de estudo desta dissertação. Este modo é, assim, a última influência arquitetónica aplicada na igreja de Santa Clara. O novo século, século XVII, vem trazer novidades na construção mas estas apenas se revelariam na concepção do novo dormitório do mosteiro.

É por volta do século XVII-XVIII, época de instabilidade política devido ao domínio filipino em território português, que surge por toda a Europa um novo gosto arquitetónico. Contudo, dada a crise económica só foi possível desenvolver este modo mais tardiamente, já no final do século XVII, início do século XVIII, altura em que coincide a descoberta do ouro no Brasil e que permite a Portugal adaptar os seus edifícios ao *estilo* da época. Conhecido por Barroco, este novo modo tem por base uma arquitetura imponente, vistosa, que encara a paisagem como elemento ativo no desenho projetual, criando quase como cenários arquitetónicos no seio urbano. Neste contexto de grandiosidade, as Clarissas mandaram edificar o novo volume que conformaria assim, uma nova frente com o rio Ave.

(72) DIAS, Pedro - *História da Arte em Portugal (dir. Paulo Pereira), O manuelino*, Vol.V Lisboa, 1986.

(73) FERREIRA, Augusto - *Vila do Conde e o seu Alfoz: origens e monumentos*, 1923.

O traçado deste novo edifício para além de se destacar pela sua implantação e pelas suas medidas exuberantes, desenha-se sobre uma planta simétrica, ritmada conformando uma forma limpa. Os seus alçados buscam os cânones da arquitetura clássica: colunas, frontão, embasamento e arcos de volta perfeita. Esta nova representação edificatória vem marcar o território nacional com construções imponentes criando uma relação direta com a envolvente, como é o caso do Bom Jesus, em Braga, o Paço Episcopal do Porto ou o Convento de Mafra, exemplos que se implantam, maioritariamente, à cota alta e que mantêm uma relação direta com o território. A sua arquitetura grandiosa cria paisagens quase teatrais em que os edifícios são elevados da restante malha urbana, conferindo-lhes poder e importância social.

Apesar do dormitório não ter ficado concluído, após a extinção das ordens religiosas e consequente intervenção da DGEMN, foi respeitado não só o sistema construtivo como também a decoração de modo a que o aspeto estético setecentista se mantivesse até aos dias de hoje.



FIGURA 64. Fotomontagem da atual situação em Vila do Conde, a inserção do Mosteiro na cidade- confronto de escalas.



“ A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua adaptação a uma função útil à sociedade: esta afectação é pois desejável mas não pode nem deve alterar a disposição dos edifícios. ”

in Carta de Veneza, Conservação dos Monumentos e dos sítios, artigo 5º, 1964.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

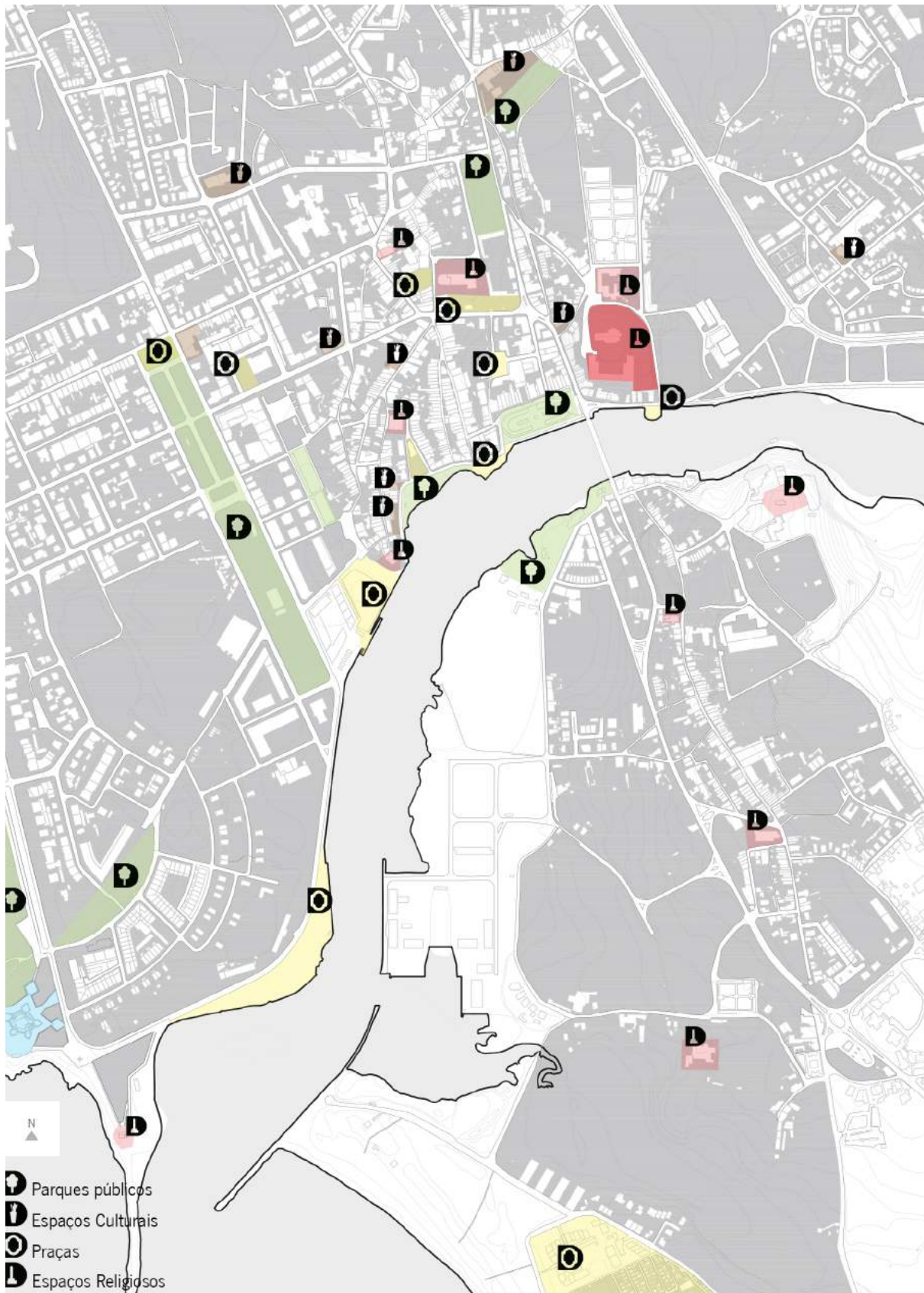


FIGURA 65. Planta e análise programática de Vila do Conde.

Como se pôde constatar pelos capítulos anteriores, o Mosteiro de Santa Clara ocupou sempre um lugar central. Esta foi-se desenvolvendo ao longo da história explorando a costa e densificando o seu núcleo urbano junto à casa religiosa em estudo. Com o aumento da população e com uma economia crescente, as Clarissas fomentaram a extensão do seu edifício graças às várias contribuições pagas pelo pescado e pelas travessias do rio. Todavia, já no século XVI, a riqueza não tardou a faltar-lhes. No reinado de D. João III as Clarissas perderam grande parte do seu poder civil e judicial, sendo obrigadas a governarem-se com o que possuíam ou com o que lhes era doado. Efetivamente de uma doação surgiu a oportunidade de se edificar um novo volume, no século XVIII, que traria mais dignidade à habitação das clarissas.

Em 1834, com o novo dormitório iniciado, mas longe de estar concluído, a extinção das ordens monásticas viria ditar o fim da ocupação do programa religioso no edifício. Desta forma, na década de noventa do século XIX, após a morte da última freira, o mosteiro fica completamente abandonado. Como consequência da sua inabitabilidade, as suas estruturas primitivas (dormitório antigo, igreja e respetivas dependências adossadas) acabaram por entrar em estado de ruína. Pouco tempo depois do edifício ficar afeto ao Estado, e do extinto mosteiro ser reprogramado para casa de detenção de menores, deu-se uma derrocada que acabou por destruir vários setores do mosteiro. Com a degradação do complexo cada vez mais evidente, foi urgente a intervenção da DGEMN para preservar o que ainda restava (igreja e novo dormitório). No entanto, a intervenção realizada removeu não só as partes degradadas, como também as entendidas como “não-primitivas”, ou seja, a remoção de todos os elementos construídos após o momento fundacional, à exceção da Capela dos Fundadores que alberga uma parte fundamental do programa da igreja, uma vez que lá se encontram sepultados D. Afonso Sanches e D. Teresa Martins.

Apesar de ser importante o restauro do conjunto conventual, a intervenção realizada pela entidade responsável pelos Monumentos Nacionais deve ser discutida, visto que grande parte das obras acabaram por destruir as volumetrias que se foram adossando à igreja. Isto porque o objetivo era a remoção da ruína e a devolução do aspeto primitivo e da sua expressão gótica, referente ao século XIV. Todavia, nos dias de hoje “*as obras em edifícios com valor histórico devem analisar e respeitar todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos distintos*”⁽⁷⁴⁾, caso contrário, durante a seleção do material a ser preservado poderão ter sido perdidos dados importantes para a compreensão do edifício, da sua arquitetura e da sua história.

Após o restauro (igreja e novo dormitório com os topos encerrados por empenas), o programa de detenção de menores podia funcionar normalmente. As celas das clarissas foram adaptadas para os quartos de menores e a fachada recebeu um gradeamento que ainda hoje marca a estética do edifício setecentista. A igreja, por sua vez, abriu as portas à comunidade realizando missas semanais. Apesar de partilharem o mesmo terreno os programas funcionavam separadamente.

(74) Carta de Cracóvia - *Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído*, 2000.

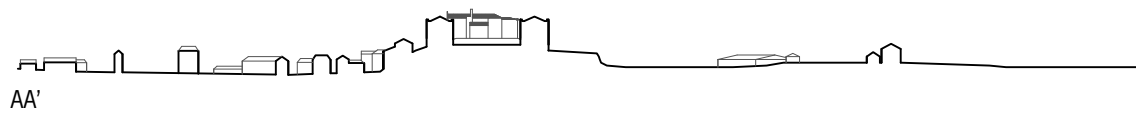


FIGURA 66. Planta e secções da cidade, implantação e envolvente.

Recentemente, quando é decidido o encerramento do reformatório por falta de ocupação, o edifício volta a ficar inabitado e isso, inevitavelmente, levou à degradação do espaço por falta de manutenção. Fica, pois então, um espaço de grandes proporções e com uma presença inigualável na cidade sem um programa associado, encerrado às pessoas que residem ou visitam Vila do Conde.

Hoje em dia, a consciencialização da necessidade de uma reabilitação levou a que em Junho de 2014 se iniciassem as obras para a substituição da cobertura, caixilharias e reboco exterior. Contudo, ainda não existe nenhum programa em vista para reocupar o espaço.

Por se tratar de um edifício histórico, emblemático e de se encontrar fechado faz com que parte daquela zona esteja inativa. Torna-se, por conseguinte, importante pensar de que forma é que o extinto reformatório pode ser reocupado uma vez que *“os edificios que constituem as zonas históricas (...) devem ser salvaguardados como elementos de continuidade urbana, devido as suas características dimensionais, técnicas, espaciais, decorativas e cromáticas, elementos de união insubstituíveis para a unidade orgânica da cidade.”*⁽⁷⁵⁾

Atualmente, com as ditas obras a decorrer no dormitório do Mosteiro de Santa Clara, pensa-se quais os usos mais adequados para reativar o edifício. No entanto, enquanto não for decidida qual a função que poderá desempenhar a extinta casa religiosa, esta será muito possivelmente *musealizada*⁽⁷⁶⁾ e acaba por ser um *“...fantasma que percorre não só a Europa, mas o mundo inteiro, provocando um fenómeno estético comum de desaparecimento dos objectos, que aparentemente reais se inscrevem neste recinto imaginário e que dispõe a cultura moderna.”*⁽⁷⁷⁾

Apesar de ser recorrente proceder à musealização de vários monumentos ou seja, permitir que estes sejam visitados contribuindo para o enriquecimento cultural da cidade e da população. Neste caso, poderá não fazer sentido uma vez que, a musealização pretende preservar o espaço mantendo mobiliário, documentos e ornamentos que possibilitem um melhor entendimento da função e da vivência do mesmo. Contudo, a casa religiosa de Santa Clara encontra-se vazia, restando apenas as suas paredes.

(75) Idem

(76) A musealização está diretamente ligada com o património uma vez que, só a patrimonialização “inicia o processo de transformação do artefacto em objecto museológico, atribuindo significados a artefactos utilitários” enquanto que a musealização “como processo científico compreende necessariamente o conjunto de actividades do museu: um trabalho de preservação (selecção, aquisição, conservação) de investigação e de comunicação”. Desta forma, “o processo de musealização é o de transformar o património numa representação de modo a ter a possibilidade de ser memorado. É um trabalho que tem por objectivo colocar em Memória aquilo que é escolhido e seleccionado conscientemente pelo ser humano como Património”. in SANTOS, Anne Philip Strobant, Tese de Mestrado, Lisboa 2010; Mairesse, Desvallés, Delocha, 2009.

(77) Sola Morales - *Património ou parque temático*, in Loggia, Arq e restauracion, 1998.



1.



2.



3.



4.



5.



6.

FIGURA 67. Fotografias que mostram a relação do Mosteiro com a envolvente.

1. Vista da Alfandega Régia; 2. Vista do Mosteiro; 3. Vista do Mosteiro; 4. Vista da Estrada Nacional sentido Póvoa- Porto; 5. Vista da Capela do Socorro; 6. Vista da Igreja Matriz

Em Vila do Conde, uma parte da população juntou-se com o objetivo de lutar pela reativação do Mosteiro, sendo reconhecidos pela autarquia como sendo um grupo ativista que zela pelo interesse patrimonial do conjunto conventual de Santa Clara. Os “Unidos pelo Mosteiro”⁽⁷⁸⁾ foram alertando para a necessidade de obras de manutenção e apelando por uma limpeza profunda interior de modo a conseguir combater o vandalismo que em muito foi degradando o edifício.

Foi no ano de 2013, no mês de Setembro, que este mesmo grupo teve autorização para proceder à limpeza do espaço. Embora a intenção tenha sido boa, para dar um novo aspeto ao edifício, a verdade é que não houve uma pré-seleção do que preservar, perdendo-se muito mobiliário, documentos e registos importantes. A falta de um inventário de artigos fez com que grande parte da história desaparecesse aquando dessas limpezas. Hoje, o interior do mosteiro está vazio, sem qualquer lembrança ou registo de vivência, a sua musealização levaria a que fosse necessário preencher “artificialmente” o local tal como se pode ver na figura 68.

O Mosteiro foi uma das casas mais importantes para o desenvolvimento de Vila do Conde pois em tempos, possuiu um grande poder sobre a população. Deteve poder judicial e determinou o desenvolvimento que Vila do Conde deveria ter, ou seja, foi um edifício que representou em muito aquilo que foi a base social do espaço urbano que hoje conhecemos. A sua preservação patrimonial representa, assim, uma base sólida de conhecimento que garante à população e aos seus visitantes um contacto direto com a história urbana e social.

Tal como é perceptível na imagem 65, atualmente grande parte dos serviços principais encontram-se no centro histórico da cidade à cota baixa enquanto o Mosteiro de Santa Clara se destaca devido à sua escala e implantação, no cimo do monte de S.João. Os espaços adjacentes acabam por ter o complexo religioso como pano de fundo ou referência urbana, como se pode verificar através do conjunto fotográfico da figura 67.

A imagem 1, captada junto à Alfândega Régia, permite-nos entender o eixo visual que sempre uniu ambas. Desde a época dos Descobrimentos que as Clarissas controlavam as passagens pelo rio. A sua localização estratégica possibilitava-lhes uma visão ampla não só sobre o porto, com também sobre a restante cidade, (imagens 2 e 3). Mas não é apenas da margem que há uma boa visibilidade para o conjunto; também a partir do terreiro da igreja Matriz (imagem 6) o complexo monástico está bem presente, notando-se tanto por terra, como por rio ou mar. Imagina-se, pois então, que em tempos com menor densidade construtiva, Santa Clara se impusesse ainda mais na paisagem.

As dimensões construtivas em muito se relacionavam com a importância e estatuto social. Hoje todavia, muitos espaços monumentais estão musealizados ou encerrados por não terem nenhuma função ativa associada. Dependendo do local onde estes monumentos se inserem, pode haver mais ou menos oportunidades interventivas.

(78) Para mais informações acerca deste grupo aceder ao sítio: <https://www.facebook.com/groups/NaoVamosDeixarO-MosteiroDeSantaClaraMorrer/?fref=ts>.



1.



2.



3.



4.



5.



6.



7.



8.

FIGURA 68. Fotografias que mostram o antes e o depois das limpezas realizadas pela população, retiradas do grupo oficial “Unidos ao Mosteiro” (antes) e fotografias tiradas pela autora (depois).

1. Corredor da sala de aulas; 2. Arrecadação; 3. quarto tipo, vandalizado; 4. Corredor de acesso às salas de aula após limpeza; 5. Refeitório após limpeza; 6. Arrecadação; 7. Corredor de acesso aos quartos; 8. Sala de aula.

Hoje, a atribuição de uma nova função não seria apenas vantajosa para a continuidade histórica como também económica já que a sua localização e proximidade a serviços urbanos torna o extinto mosteiro um edifício pleno de potencialidades propositivas. No entanto, as suas dimensões condicionam a intervenção. Tratando-se de uma cidade com um núcleo muito densificado e com pouca extensão territorial, um edifício como o extinto Mosteiro de Santa Clara conseguiria albergar grande parte dos serviços. A sua área útil ronda os 7800m². Veja-se a relação de escalas entre o mosteiro e a sua envolvente próxima (figura 64). Com tal dimensão, a este espaço podem ser-lhe atribuídas múltiplas funções distintas. Por exemplo, já no século passado o mosteiro foi reconvertido numa casa corretiva para menores. As condições espaciais do dormitório correspondiam em grande parte ao que era pedido: espaços que se convertessem facilmente em quartos prisionais, zonas comuns como refeitório ou recreio e espaços estratificados de modo a poder separar os mesmos, consoante a pena. Para esta reconversão simples, concorreu a própria arquitetura ritmada e modular da antiga casa monástica. Como até à data só existia a casa de detenção em Lisboa, o programa corretivo de Vila do Conde teria de ter dimensões elevadas por forma a albergar um grande número de menores, entre 100 a 150. Assim, o facto do novo dormitório possuir grandes áreas fez com que esta reconversão dos usos se tornasse mais simples. Caso contrário, seriam gastos muitos fundos na construção de um novo edifício.

Quando o reformatório encerra funções, a *ENATUR*⁽⁷⁹⁾ mostra interesse em transformar o espaço numa Pousada de Portugal. Todavia, após um estudo e orçamentada a obra, a hipótese de o reverter foi abandonada.

Hoje, se se pensar que as celas das clarissas foram transformadas em celas prisionais para menores, parece evidente a adaptação deste num hotel ou pousada. Contudo, é importante perceber se este tipo de programa é vantajoso para a cidade ou não visto que “*o turismo cultural, apesar dos seus aspetos positivos para a economia local, deve ser considerado como um risco*”⁽⁸⁰⁾.

O programa das pousadas tem a vantagem não só de atrair visitantes e turistas à cidade onde se insere passando a ser mais movimentada, como também reabilita e preserva o património onde se instala: “*edifícios e monumentos históricos, castelos, conventos e mosteiros, alguns abandonados ou em estado de degradação e especialmente recuperados para o efeito.*”⁽⁸¹⁾ No entanto, este programa não assegura uma interação direta com a população visto que estes espaços estão mais direcionados para uma ocupação breve, temporária e ou sazonal.

(79) A Enatur é Empresa Nacional de Turismo e tem como objecto principal o desenvolvimento e exploração de actividades no sector turístico. É a única entidade que, legalmente, dispõe do uso da marca “Pousada” como estabelecimento hoteleiro. *in* www.enatur.pt.

(80) Carta de Cracóvia - *Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído*, 2000.

(81) Informação retirada do sítio da internet: www.enatur.pt.

Para além disso, é necessário olhar mais a fundo para as implicações da instalação de uma atividade hoteleira num mosteiro: a adaptação do espaço; as alterações estéticas “*Quanto ao contrato de cessão de exploração da rede Pousadas de Portugal, deve o mesmo salvaguardar os interesses do Estado, nomeadamente no que diz respeito à conservação dos monumentos nacionais àquela afetos e do respetivo património móvel, que fazem parte do domínio público, atendendo à importância que tais bens possuem para a história e para a cultura de Portugal.*”⁽⁸²⁾. Também a questão dos fundos investidos para a reconversão, a taxa de ocupação que têm tido programas semelhantes é relevante de modo a perceber se é uma mais valia ou não. Todo o estudo referente a esta matéria programática e de estudo de mercado é essencial para uma boa requalificação espacial. Recomenda-se assim, um estudo pluridisciplinar que conjugue várias áreas de modo a que a vertente social, económica e histórica seja assegurada. Uma intervenção coerente deve responder às diferentes exigências sociais e aos desafios da contemporaneidade.

Com estas considerações finais pretende-se contribuir para uma crítica reflexiva acerca do valor histórico e patrimonial do conjunto monástico para futuras intervenções. Atualmente é difícil encontrar um programa que contemple todas as especificidades do edifício uma vez que “*a conservação do património cultural deve constituir uma parte integrante dos processos de planeamento económico e gestão das comunidades, pois pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social dessa comunidade.*”⁽⁸³⁾

Hoje, o Mosteiro apresenta-se como uma estratigrafia de partes construtivas e influências artísticas arquitetónicas que lhe conferem grande complexidade. Por essa mesma questão é que se torna essencial a preservação deste espaço, salvaguardando-o como elemento patrimonial. Do conjunto atual, apenas a igreja⁽⁸⁴⁾ e o aqueduto⁽⁸⁵⁾ são considerados Monumentos Nacionais, ao contrário do novo dormitório que ainda não é reconhecido como tal. Estando em vias de classificação, esta volumetria só poderá ter uma designação patrimonial específica após a “*instrução do procedimento de classificação*” visto que “*o Igespar. I.P., verifica e documenta o interesse cultural relevante do bem imóvel designadamente, nos seguintes domínios: a) Histórico; b) Paleontológico; c) Arqueológico; d) Arquitectónico; e) Artístico; f) Etnográfico; g) Científico; h) Social; i) Industrial; j) Técnico.*”⁽⁸⁶⁾ Assim sendo, pretende-se com a presente investigação dar o mote para uma nova leitura da importância da compreensão da totalidade deste espaço conventual, como também do valor individual que possui a dependência setecentista já que “*o interesse cultural relevante documentado (...) deve demonstrar, separado ou conjuntamente, valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, variedade, singularidade ou exemplaridade.*”⁽⁸⁷⁾

(82) cit. Governo 2003 retirada do sítio da enatur.pt.

(83) Carta de Cracóvia - *Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído*, 2000.

(84) A igreja de Santa Clara foi reconhecida como Monumento Nacional a 16-06-1910.

(85) O aqueduto foi reconhecido como Monumento Nacional a 16-06-1910 estando incluído na zona de proteção da Igreja de Santa Clara.

(86) Diário da República, 1ª série-nº206- 23 de Outubro de 2009, Artigo 21º.

(87) Idem

Desta forma, a análise aqui realizada poderá ser uma ferramenta de consulta para o conhecimento da história, da evolução e da relevância urbana do edificado. O facto de poder vir a ser reconhecido a nível nacional protege e garante a continuidade histórica do Mosteiro, que embora reabilitado necessita de uma papel ativo na sociedade, rejeitando ser um testemunho do passado.

Tendo por base a questão da reintegração do edifício na vida contemporânea é importante perceber os processos pelos quais foi passando, o seu papel e contributo na cidade e as influências que o foram conformando. Só uma análise prévia assim garante que métodos e critérios construtivos, quando conjugados, resultem numa nova fase, que deverá, tal como as outras sobreposições contribuir para a continuidade histórica do edifício. “*A prática da reutilização deveria ser objeto de estudo de uma pedagogia particular. Ela depende do bom senso, mas também de uma sensibilidade inscrita nas tradições urbanas e comportamentos patrimoniais.*”⁽⁸⁸⁾.

A catalogação, a reinterpretação histórica e a representação das várias camadas e processos construtivos estratigráficos que constituíram o Mosteiro de Santa Clara torna o presente estudo numa base de consulta útil, não só para o reconhecimento do valor patrimonial, como também para a garantia da componente histórica e teórica aquando de uma futura intervenção. A simulação tridimensional da evolução da casa religiosa e o estudo dos vários espaços que se foram erguendo permite um melhor entendimento do conjunto monástico e pode mostrar-se relevante para uma futura reinterpretação projetual.

“(Re) interpretar o Mosteiro de Santa Clara- do estudo à representação” contribui com um (re) conhecimento histórico ainda não explorado do ponto de vista tipo-morfológico. O complexo religioso de Santa Clara representa um papel fundamental para a identidade de Vila do Conde; uma sociedade sem cultura é uma sociedade sem história. Desta forma, “*cada comunidade, tendo em conta a sua memória coletiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património.*”⁽⁸⁹⁾

(88) CHOAY, Françoise - *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70 Arte e Comunicação, 2006, p. 193.

(89) Carta de Cracóvia - *Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído*, 2000.

“Recuperar é transformar...

Não transformando, cristaliza-se o passado e ao arquitecto destina-se o papel de construção do mausoléu e o estabelecimento dos circuitos de visita que expliquem uma entidade sem vida (...)é a Torre do Tombo dos vestígios materiais (...) uma espécie de arquitectura do silêncio.(...)Desertar, abandonar, deixar ao tempo as ruínas e ir tomar café ao centro comercial mais próximo, ver gente e , no Domingo, passear pelo subúrbio?”

A. Costa, O Património entre a aposta arriscada e a confiança nascida da intimidade. J-A | Jornal dos Arquitectos. n.º 213 (Set. 2003), p.7-13.)

6. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira- *O Românico*. in PEREIRA, Paulo- *História da Arte em Portugal*. Vol.3. Lisboa: Publicações Alfa, 1988.

ALVES COSTA, Alexandre- *Pousada do Convento de Santa Marinha da Costa em Portugal Arquitectura do século XX*, Lisboa: Portugal- Frankfurt 97, 1997.

ALVES COSTA, Alexandre- “O Património entre a aposta arriscada e a confiança nascida da intimidade.” J-A | *Jornal dos Arquitectos*. 213: Setembro. (2003).

AZEVEDO, Carlos Moreira- *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento: Guia Histórico*. Dir. Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa: Circulo de Leitores, 2000 p.169-171.

BARBOSA, Inácio de Vilhena- *As Cidades e as Vilas da Monarquia Portuguesa que têm brasão e armas*, Lisboa, 1860.

BOGDAN, Robert, BIKLEN, Sari- *Investigação qualitativa em educação: fundamentos, métodos e técnicas*. *Investigação qualitativa em educação*, Porto, Porto Editora, 1994.

CHOAY, Françoise – *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70 Arte e Comunicação, 2006.

CORREIA, Vergílio- “Santa Clara de Vila do Conde”: *Diário de Coimbra*. Coimbra 20/2, (1939).

CUNHA, Rui Maneira- *As medidas na arquitetura, séculos XIII-XVIII. O estudo de Monsaraz*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2003.

DIAS, Pedro- *A Arquitectura Gótica Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1994.

FERNANDES, José Manuel- *Pousadas de Portugal. Obras de Raiz e em Monumentos: Caminhos do Património*. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Livros Horizonte, 1999. p.161-162.

FERREIRA , Monsenhor José Augusto - *Os túmulos do Mosteiro de Santa Clara de Villa do Conde: estudo historico, seguido do catalogo das abbadessas do referido mosteiro, no qual estão representadas as principaes “casas nobres” do Entre Douro e Minho*, Porto:[s.n.], 1925. (texto policopiado)

FERREIRA, Augusto- *Villa do Conde e seu alfoz : origens e monumentos*, Porto:[s.n.], 1923 (texto policopiado)

FONTES, Luís- *A intervenção arqueológica, In Santa Maria do Bouro -Construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro*. Lisboa : White & Blue, 2004, p.77-79.

FONTES, Luís- *Mosteiro de Santo André de Rendufe, Análise de Paramentos e Evolução Arquitetónica do Edificado: Estudo prévio*, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga, 2010.

GIL, Júlio Alves- *As mais belas igrejas de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1989.

GONÇALVES, Flávio- *Uma série de painéis do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*. Vila do Conde, nº5, separata, Vila do Conde. Barcelos: [s.n.], 1964.

GOULÃO, Maria José et al- *Do modo Gótico ao Manuelino*. in PEREIRA, Paulo- *História da Arte em Portugal*, Vol.IV.Lisboa: Publicações Alfa, 1988.

LEITE, Ana Cristina et al- *Da estética Barroca ao Fim do Classicismo: Sentimento, Autoria, Conceito. A Velocidade da Moda e as Vanguardas*. In PEREIRA, Paulo- *História da Arte em Portugal*, Vol.XVIII. Lisboa: Publicações Alfa, 1988.

MIRANDA, Marta- *Vila do Conde: Cidades e Vilas de Portugal*. Lisboa : Presença, 1998.

NETO, Maria João Baptista- *Memória, Propaganda e Poder:O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto, 2001.

NEVES, Joaquim Pacheco- *Vila do Conde*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 1987

NEVES , Joaquim Pacheco- *O Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde : pequena crónica dum grande mosteiro*, Vila do Conde : Gabinete de Cultura da Câmara Municipal de Vila do Conde, 1982.

OLIVEIRA, Marta- *A ordem de uma geral maneira de edificar. Monumentos*. Lisboa: Direcção- Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. 19: Setembro (2003) 23-31

PEIXOTO, Rocha- "O saque de um convento." *O Primeiro de Janeiro*. Porto. 21/2, (1903).

PEREIRA, José Fernandes, SILVA, Nuno Vassallo- *Da estética Barroca ao fim Classicismo*. In PEREIRA, Paulo- *História da Arte em Portugal*, Vol. VII. Lisboa: Publicações Alfa, 1988.

REIS, A. Do Carmo- *Nova História de Vila do Conde: História local*. Vila do Conde : Câmara Municipal de Vila do Conde, 2000.

RODRIGUES, Jorge- *O Mundo Românico*. In PEREIRA, Paulo- *História da Arte em Portugal*, Vol.II. Lisboa: Publicações Alfa, 1988.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso- *Românico do Vale do Sousa*. Lousada: Valsousa Comunidade Urbana do Vale do Sousa, 2008.

SOLA MORALES , Ignasi- “Património ou parque temático”, in Loggia, Arq e restauracion, 1998.

SOLEDADE, Padre Fr. Francisco- *Memória dos Infantes D. Affonso Sanches e Dona Thereja Martins Fundadores, do real Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*. Lisboa, 1716.

VIEIRA, José Augusto- *O Minho Pitoresco*. Tomo II: Lisboa, 1887.

VISO, Ana Paula Ferreira Costa- *Santa Clara de Vila do Conde: protecção, reeducação e reinserção de menores (1902-1990)*, Braga, 1982.

Actas do IV encontro de História de Vila do Conde : património edificado : memória e reabilitação (coordenação editorial de Laura Garrido).Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2006.

Boletim cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde. - 1ª série . - Vila do Conde : Câmara Municipal de Vila do Conde, 1961.

Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde- Vila do Conde, direcção de Joaquim Pacheco Neves e Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas, 1989.

Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais / propriedade e edição do Ministério das Obras Públicas e Comunicações . - n.º 1 (1935) - n.º 124 (1966) . - Lisboa : Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1935-1972.

Boletim cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde [Periódico] . - n.º 1 (1960) - n.º 8 . - Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 1960-1973.

Carta de Cracóvia, Principios para a conservação e Restauo do património construído, 2000.

Carta de Veneza, Conservação dos Monumentos e dos sítios, 1964.

Cópia da conclusão do Parecer n° 29565, do Conselho Superior das Obras públicas e Minas, datada de 13 de Fevereiro de 1908, DGEMN: DENN, 0684.1.

Diário da República 1ª Serie, n°206- 23 de Outubro de 2009

Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a Igreja de Santa Clara de Vila do Conde, n°14, Dezembro 1938.

Fernando Távora- “Pousada de Santa Marinha, Guimarães”, Boletim da DGEMN, Lisboa, DGEMN, 130, (1985)

TRABALHOS ACADÉMICOS:

ALMEIDA, Ana- *(Re) desenhar memórias: da arquitetura Portuguesa em Safim durante o século XVI*. Tese de mestrado apresentada à Universidade do Minho. Guimarães, 2011. Texto policopiado.

APOLÓNIA, Amélia- *Vila do Conde: Um Porto Nortenho na Expansão Quinhentista*. Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. Texto policopiado.

APOLÓNIA, Amélia- *Expansão e Descobrimientos numa perspectiva local: O porto de Vila do Conde no século XVI*, Lisboa, 2007.

LOPES, Hugo- *Os mosteiros medievais como edifício de saber*. Tese de Mestrado pelo ISCTE. Lisboa, 2003. Texto policopiado.

SANTOS, Ana Philip Rita Stronbat- *Património desportivo e musealização: Elementos para um projeto de musealização do Estádio Nacional*. Tese de mestrado apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2010. Texto policopiado.

VENDA, Cátia Filipa Fidalgo de Sousa- *Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património*. Tese de mestrado apresentada à Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2008. Texto Policopiado.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS:

FONTES, Luís- *Mosteiro de São Martinho de Tibães: o contributo da Arqueologia*. Documento eletrónico acessido em: https://www.academia.edu/5486219/Mosteiro_de_Tib%C3%AAs._Arqueologia; 25 de Outubro de 2014

MAIRESSE, F. - *La belle histoire: aux origines de la nouvelle muséologie*. Publics et Musées, n° 17-18. L'écomusée: rêve ou réalité (sous la direction de André Desvallées), pp.33-59. Acedido em <http://www.persee.fr> a 05 de Setembro de 2014

www.monumentos.pt.

www.igespar.pt/ consulta dos monumentos Nacionais e legislação empregue nos mesmos.

www.cm-viladoconde.pt

www.viladoconde-quinhentista.cm-vilaopconde.pt

www.enatur.pt

7. ÍNDICE DE FIGURAS

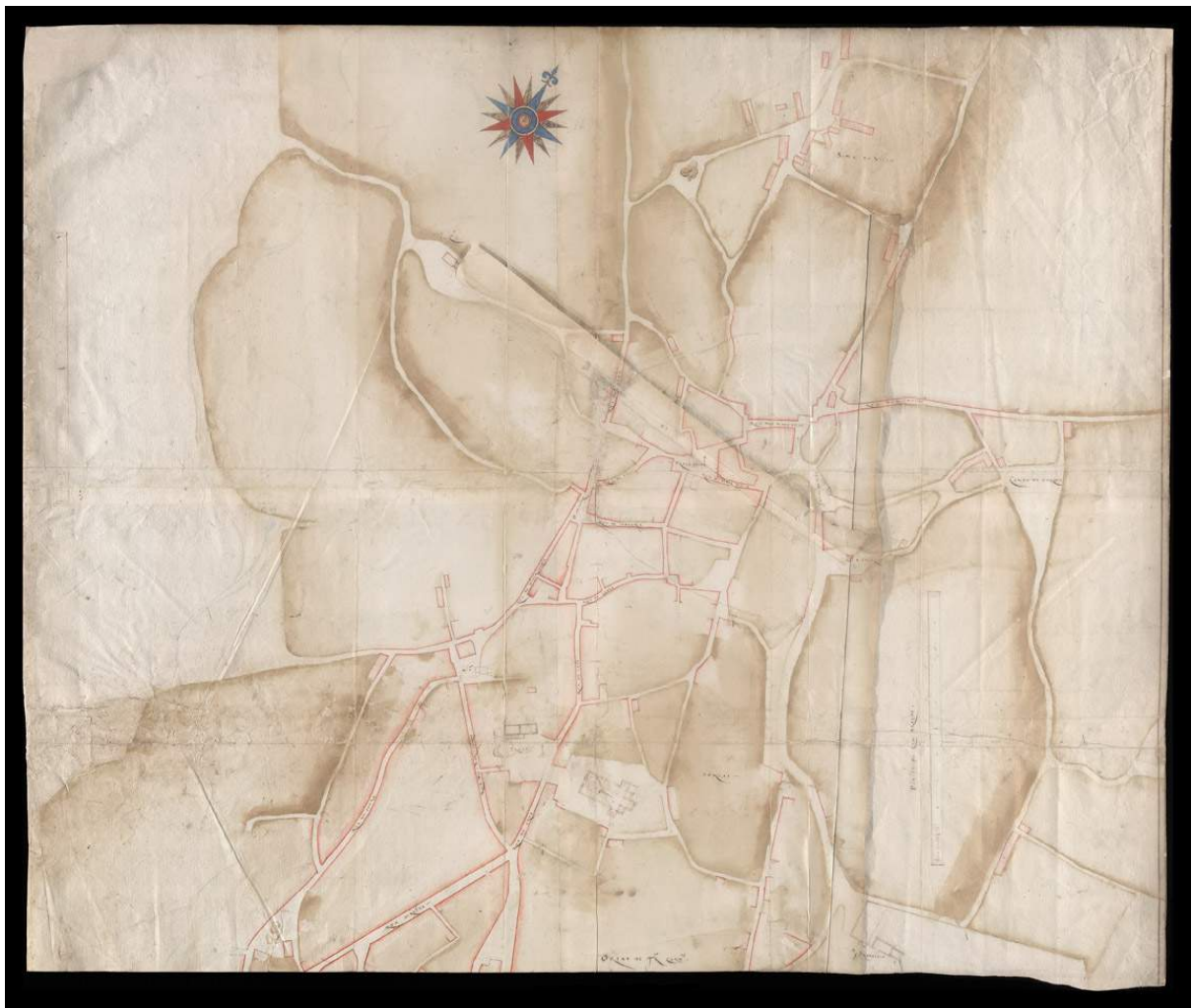
FIG.1	Mapa de localização de Vila do Conde	7
FIG.2	Mapa de localização de Vila do Conde	9
FIG.3	Pintura referente ao Conjunto Conventual de Santa Clara	11
FIG.4	Fotografia da época, séc. XIX, Vila do Conde	11
FIG.5	Livro referente à vida dos Fundadores do Mosteiro	15
FIG.6	Carta de fundação do Mosteiro	17
FIG.7	Cercas conventuais do séc. XV	19
FIG.8	Planta de Vila do Conde, 1915	21
FIG.9	Planta de Vila do Conde, 1953	23
FIG.10	Planta de Vila do Conde, 2013	23
FIG.11	Evolução da Cidade de Vila do Conde	26
FIG.12	Fotografia panorâmica de Vila do Conde, séc. XIX	28
FIG.13	Estudo e esboço de uma cronologia do Mosteiro	33
FIG.14	Esquema estratigráfico, séc. XIV-XVII	35
FIG.15	Esquema estratigráfico, séc. XIV-XVII	35
FIG.16	Direções e alinhamentos do conjunto conventual, séc. XIV	37
FIG.17	Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XIV	37
FIG.18	Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XIV	39
FIG.19	Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XIV	39
FIG.20	Fotografia atual da galilé	39
FIG.21	Fotografia dos túmulos no claustro	39
FIG.22	Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XV-XVI	41
FIG.23	Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XV-XVI	43
FIG.24	Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XV-XVI	43
FIG.25	Desenho do Mosteiro de Santa Clara, séc. XIX	43
FIG.26	Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XVII	45
FIG.27	Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XVII	47
FIG.28	Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XVII	47
FIG.29	Fotografia da igreja de Santa Clara e respetivo claustro, séc. XX	47
FIG.30	Esquema estratigráfico, séc. XIV-XIX	49
FIG.31	Esquema estratigráfico, séc. XIV-XIX	49
FIG.32	Direções e alinhamentos do conjunto conventual, séc. XVIII	51
FIG.33	Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XVIII	51
FIG.34	Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XVIII	53
FIG.35	Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XVIII	53
FIG.36	Fotografia do Mosteiro de Santa Clara, séc. XX	53

FIG.37 Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XIX	55
FIG.38 Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XIX	57
FIG.39 Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XIX	57
FIG.40 Fotografia do conjunto conventual após a derrocada	57
FIG.41 Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XX	59
FIG.42 Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XX	61
FIG.43 Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XX	61
FIG.44 Fotografia da igreja após a derrocada	61
FIG.45 Esquema estratigrafico, séc. XIV-XXI	63
FIG.46 Esquema estratigrafico, séc. XIV-XXI	63
FIG.47 Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, final do séc. XX	65
FIG.48 Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, final do séc. XX	67
fig.49 Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, final do séc. XX	67
FIG.50 Fotografia das obras de restauro realizadas pela DGEMN	67
FIG.51 Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XXI	69
FIG.52 Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XXI	71
FIG.53 Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, séc. XXI	71
FIG.54 Fotografia do Reformatório de Vila do Conde	71
FIG.55 Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, a utopia	73
FIG.56 Composição volumétrica do Mosteiro de Santa Clara, a utopia	73
FIG.57 Estudo e estratigrafia do Mosteiro de Santa Clara	76
FIG.58 Estudo volumétrico do Mosteiro de Santa Clara	77
FIG.59 Estudo geométrico do conjunto conevntual	79
FIG.60 Mapa com localizações das casas religiosas estudadas	83
FIG.61 Estudo geométrico comparativo entre o caso de Santa Clara e outras casas religiosa	85
FIG.62 Modos arquitetónicos, influências	89
FIG.63 Modos arquitetónicos, influências	91
FIG.64 Fotomontagem da inserção do Mosteiro na cidade na atualidade	95
FIG.65 Planta de análise programática em Vila do Conde	97
FIG.66 Planta e secções da cidade, escala e relações urbanas	99
FIG.67 Relação do Mosteiro de Santa Clara com a envolvente	101
FIG.68 Fotografias do antes e do depois das limpezas	103

8. ANEXOS

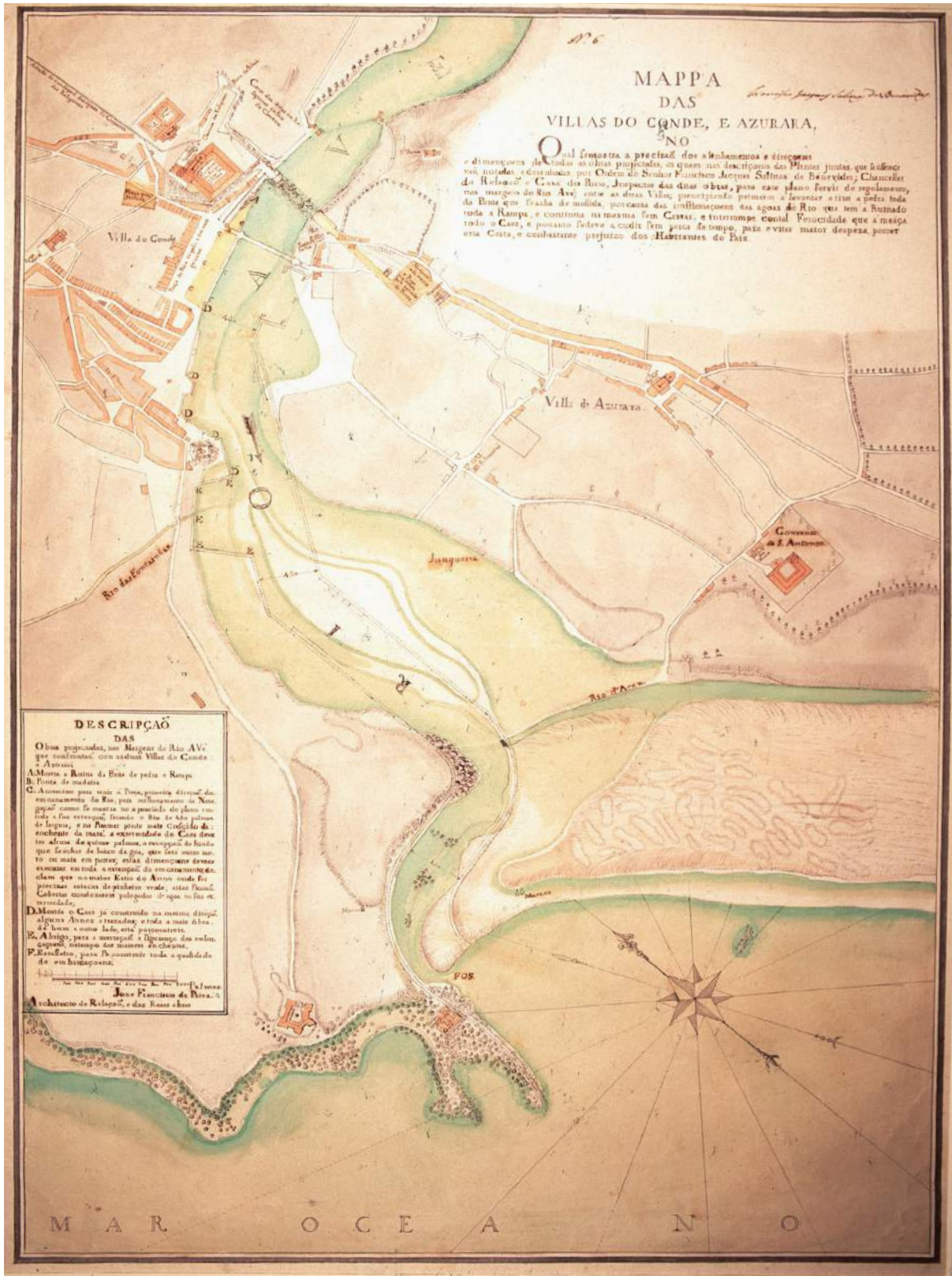
ANEXO I	
Mapas históricos de Vila do Conde	121
Anexo II	
Mapa histórico de Vila do Conde	122
ANEXO III	
Cronologia fotográfica das diversas fases do Mosteiro	124
ANEXO IV	
Pormenores do modelo tridimensional	126
ANEXO V	
Fotografias das maquetas realizadas	127

ANEXO I



Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção Barbosa Machado - CAM. 4-2 (nº1) - Planta de Vila do Conde (1568-70).
Planta manuscrita e colorida sobre papel, 71 x 86 cm.

ANEXO II



Mapa de Localização de Vila do Conde Biblioteca Pública de Évora Hem.II, 4/Arm. 15 - 1, Est. 4 - PAIVA, José Francisco de - Mapa das Villas do Conde, e de Azurara... - [1821-1824]., Manusc., colorida; 78 x 55 cm.

ANEXO III

	ANTES	DURANTE		DEPOIS		
CIDADE	       	<p>- Existência de duas pontes - topo do arco destruído incompleto - arcos baixos reduntes adaptados à 1ª e 2ª</p> <p>Ponte de madeira (1881-1893) Ponte metálica (1893)</p> <p>- Urmas só ponte - Igreja já limpa com a lava sécula exposta - Aqueduto já tinha sido destruído</p> <p>Depois de 1893 → de a igreja já estava destruída fotos de → 1936</p>		   <p>- Conclusão das obras - Obras na igreja após conclusão - Arco diamétrico tem decoração</p> <p>1942 - conclusão das obras do museu</p> <p>1934 até hoje</p> <p>Los anos 1940 já concluído</p>		
IGREJA	  	<p>1928-1932</p> <p>1929-1932</p> <p>1930</p>		  		
CLAUSTRIO	  	<p>1909-1928</p> <p>1929-1932</p> <p>1929-1932</p>		  		
CONVENTO	       	<p>1929-1932</p> <p>1933 - até à data</p> <p>1942 - até à data</p>		<p>1933 - até à data</p> <p>1942 - até à data</p> <p>1942</p>		

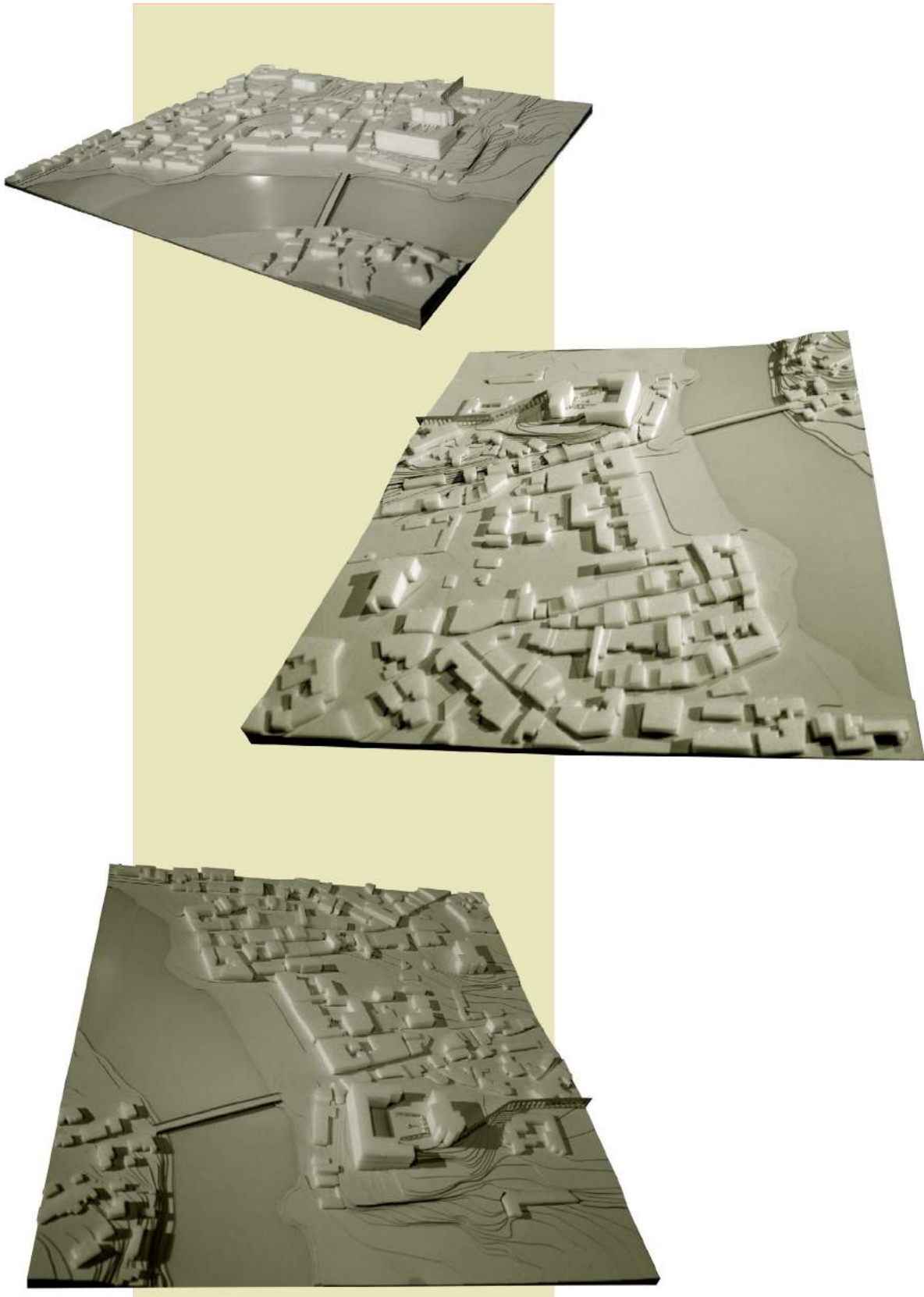
Estudo e esboço de uma cronologia construtiva do Mosteiro de Santa Clara, fotos recolhidas do sítio: www.monumentos.pt.

ANEXO IV

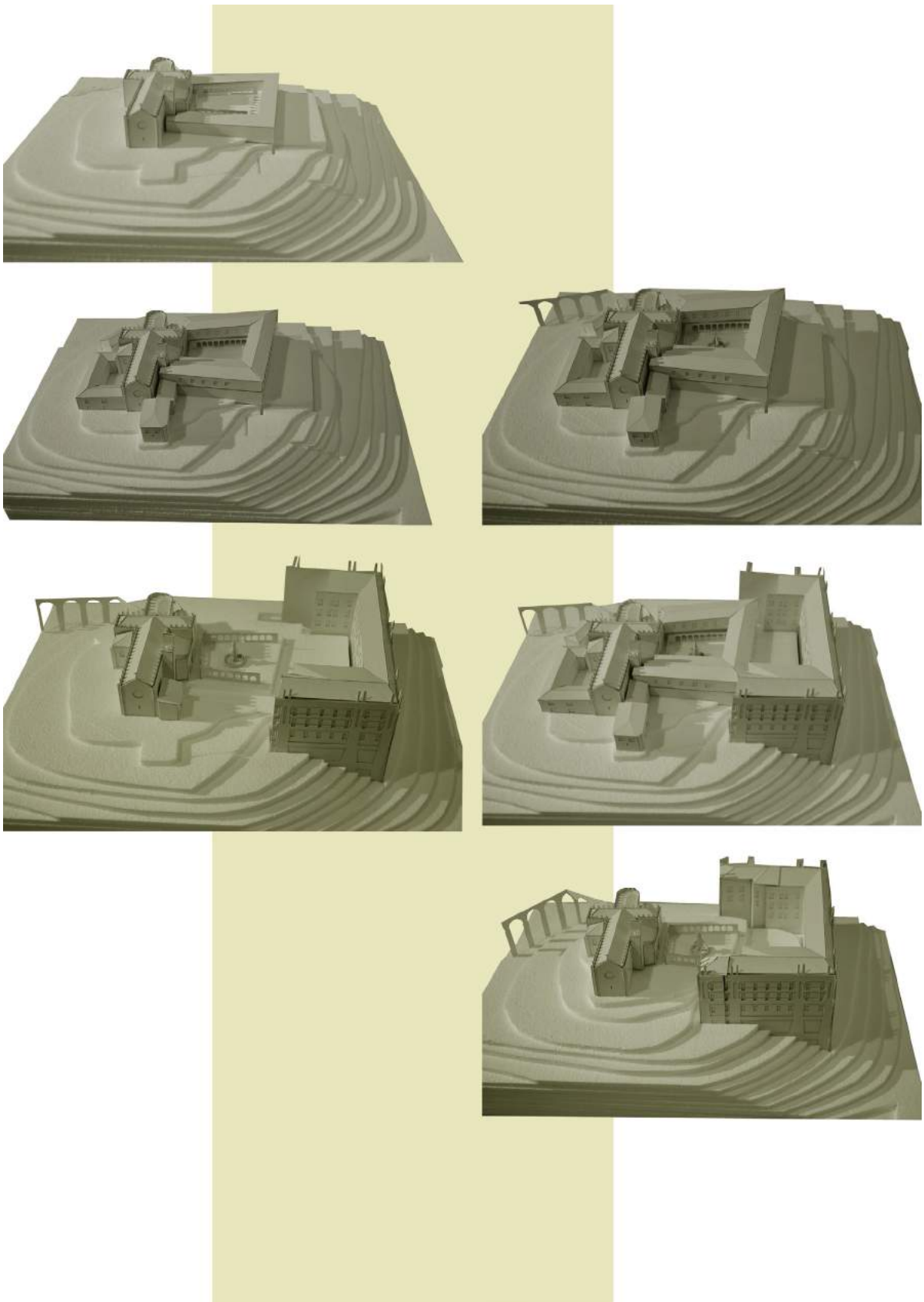


Pormenores do modelo tridimensional.

ANEXO V



Maqueta à escala 1.1000 da cidade de Vila do Conde.



Maqueta à escala 1.400 da evolução construtiva do Mosteiro de Santa Clara.

